



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2024

LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA

O **MUNICÍPIO DE BELO CAMPO-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Belo Campo-Ba, inscrita no CNPN sob o nº 14.237.333/0001-43, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Federal nº. 5.194/66, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 007, de 11 de Janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 075, de 03 de Junho de 2024 e demais normas e redações aplicáveis torna que fará realizar no dia **03/10/2024, às 11:00h, PROCESSO LICITATÓRIO na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 003/2024**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”** para seleção da proposta mais vantajosa para *Contratação de empresa de engenharia para prestar serviços de Recapeamento em CBUQ da Av. Saturnino Vieira na Sede do Município*, conforme objeto e demais indicações, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

Acompanhe as sessões públicas das licitações eletrônicas da Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba pelo site **Bolsa Nacional de Compras - BNC** no endereço eletrônico **<https://bnccompras.com/>**.

O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no site do Diário Oficial do Município no endereço **<https://www.belocampo.ba.gov.br/site/diariooficial>**.

Secretária Municipal de Administração

Obs.: Será sempre considerado o horário de Brasília-DF para todas as indicações de tempo constantes neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

I - REGÊNCIA LEGAL: Este Edital é regido pela Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Federal nº. 5.194/66, Decreto Municipal nº 007, de 11 de Janeiro de 2024, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 007, de 11 de Janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 075, de 03 de Junho de 2024 e demais normas e redações aplicáveis.

II - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

III - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 096/2024

IV - ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

V - TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO Global

VI - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

VII - FORMA DE PRESTAÇÃO: IMEDIATA

VIII - SESSÃO PÚBLICA:

DATA: 03/10/2024

HORA: 11:00h

8.1 - LOCAL: A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do site **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, através do endereço eletrônico <https://bnccompras.com/>. A Sessão será conduzida pela Comissão de, designada através do Decreto Municipal nº 012, de 11 de Janeiro de 2024.

8.2 - Endereço para envio da documentação (Proposta de Preços e Habilitação): No sistema **Bolsa Nacional de Compras - BNC** - <https://bnccompras.com/>.

8.3 - Recebimento das propostas: até: 03/10/2024, às 10:45hh.

8.4 - Abertura das propostas: 03/10/2024 às 11:00h.

8.5 - Início da sessão de disputa de preços: 03/10/2024 às 11:00h.

IX - OBJETO:

9.1 - Constitui objeto desta Licitação, a Contratação de empresa de engenharia para prestar serviços de Recapeamento em CBUQ da Av. Saturnino Vieira na Sede do Município, conforme especificações constantes nos Anexos deste Edital.

X - FUNDAMENTO LEGAL

10.1 - A presente Licitação será regida pela Constituição Federal, normas gerais, Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Federal nº. 5.194/66, Decreto Municipal nº 007, de 11 de Janeiro de 2024, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 007, de 11 de Janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 075, de 03 de Junho de 2024 e demais normas e redações aplicáveis, bem como as cláusulas, condições e anexos deste Edital, aplicando-se, subsidiariamente, os Princípios de Direito Público, suplementados pelos preceitos de Direito Privado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

10.2 - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

XI - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1 - Poderão participar do certame os interessados previamente credenciados perante o site **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos e, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital e seus Anexos.

11.1.1 - A participação nesta licitação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados rigorosamente a data e horário limite estabelecidos no preâmbulo deste edital para o recebimento das propostas.

11.2 - Não serão admitidas neste certame as empresas:

11.2.1 - Cujas falências tenham sido decretadas, ou deferidas à recuperação judicial, ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, bem como tenham concordata concedida, em concurso de credores, em dissolução, em processo de liquidação e em consórcios ou associações de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

11.2.2 - Que por qualquer motivo tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, salvo as já reabilitadas.

11.3 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

11.4 - Cópia deste Edital e seus anexos estarão a partir da data da publicação de seu resumo em Diário Oficial do Município - <https://www.belocampo.ba.gov.br/site/diariooficial> à disposição dos interessados, os quais poderão obtê-lo junto a Divisão de Licitação e Contratos ou na Divisão de Compras na sede desta Prefeitura de segunda a sexta das 8:30 às 12:00h no site do **Bolsa Nacional de Compras - BNC** / <https://bnccompras.com/>. Outras informações sobre a licitação serão prestadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio na Divisão de Licitações e Contratos, nos mesmos locais e horários, pelo(s) **Telefax 77 - 3437-2939**.

XII - CREDENCIAMENTO

12.1 - O credenciamento do LICITANTE será realizado através do **Bolsa Nacional de Compras - BNC** / <https://bnccompras.com/> após a formalização do pedido e da entrega da documentação necessária;

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação na **LICITAÇÃO ELETRÔNICA**, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC;

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC;

c) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras - BNC, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional do Bolsa Nacional de Compras - BNC;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

- d)** As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, deverão, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006;
- e)** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras - BNC, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://bnccompras.com/>;
- f)** A participação do licitante no certame eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras - BNC, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;
- g)** O acesso do operador da Licitação Eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;
- h)** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Licitação Eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Nacional de Compras - BNC;
- i)** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa Nacional de Compras - BNC a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- j)** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.
- k)** A participação em licitação na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido;
- l)** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;
- m)** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- n)** Poderão participar desta concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- o)** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

12.2 - A Licitante deverá arcar com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta. Em nenhuma hipótese a Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.

12.3 - O licitante poderá visitar e vistoriar o local do serviço objeto desta licitação, objetivando ter pleno conhecimento das condições e da natureza dos trabalhos a serem executados, devendo declarar ter **CONHECIMENTO DE TODA DIFICULDADE DOS LOCAIS** onde serão executados os serviços.

12.3.1 - As empresas interessadas em participar do certame, caso queiram visitar os locais onde serão executadas as obras, poderão entrar em contato com a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos informar-se sobre os locais, e, caso necessite, agendar dia e horário para a realização da visita dos locais. Para maiores informações ligar no fone: 77 - 3437-2939.

12.4 - O licitante, após análise cuidadosa de todos os documentos, projetos, especificações e elementos do Edital e seus Anexos, poderá requerer quaisquer esclarecimentos, sempre por escrito, através de carta, dirigida à Comissão de Contratação, no endereço constante do Edital, até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para a entrega das propostas. A Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba responderá por escrito, os esclarecimentos solicitados até três dias corridos antes da data estabelecida para a abertura das propostas, pelos meios próprios, sem, entretanto, identificar os autores das questões. Não será atendido nenhum esclarecimento verbal de nenhum dos licitantes, sobre os elementos acima citados.

12.5 - O não atendimento aos requisitos estabelecidos para a apresentação da Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, implicará na inabilitação e desclassificação do licitante.

12.6 - Em qualquer ocasião antecedendo a data de entrega das propostas, a Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba poderá, por qualquer motivo, no interesse da Administração, por sua iniciativa ou em consequência de respostas fornecidas para solicitações de esclarecimentos, modificar os referidos documentos mediante a emissão de uma errata, que será dada publicidade pelos mesmos veículos utilizados na publicação do Edital, desde que tais modificações possam vir a alterar substancialmente o escopo do projeto. Neste caso poderá prorrogar o prazo de entrega das Propostas, pelo prazo que, na forma da Lei, for julgado necessário.

12.7 - Quaisquer irregularidades quanto ao teor deste Edital, deverão ser notificadas, devidamente protocoladas e dirigida à Comissão de Contratação, formalmente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

XIII - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação. *Obs.: não serão aceitos documentos enviados através de link de plataformas de compartilhamento de arquivos, será desclassificado o licitante que adotar esse procedimento.*

A Proposta de Preços a ser apresentada deverá ser datilografada ou digitada em linguagem clara, concisa e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, atendendo às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, contendo os elementos a seguir relacionados:

- a) Carta Proposta, **Anexo I**, assinada pelo sócio-gerente, diretor da empresa ou pessoa devidamente qualificada e autorizada, identificando os serviços a que o licitante está concorrendo, o Prazo de Execução dos Serviços, o Preço Global Estimado dos serviços em moeda corrente do País, esclarecendo que os preços se referem ao mês da licitação, com prazo de validade de 60 (sessenta) dias da data de entrega estabelecida no Edital;
- b) Planilha contendo o Orçamento Detalhado, conforme modelo do **Anexo I-A**, que deu origem à proposta, item por item e total geral estimado, mantidos os quantitativos fornecidos que visam a homogeneidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

- das propostas, para efeito de classificação na fase de julgamento, que não poderão ser alterados na planilha, sob pena de inabilitação e desclassificação do licitante;
- c) Prazo de validade de **60 (sessenta) dias** consecutivos, contados do recebimento dos envelopes de HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS, e a indicação do prazo de execução dos serviços, que será de **04 (quatro) meses**, contados a partir do 5º (quinto) dia subsequente à assinatura do contrato;
 - d) O preço total ofertado na Proposta será o resultante da respectiva Planilha de Orçamentária - **Anexo I-A**, a qual deverá ser totalmente preenchida, devendo conter todos os preços unitários para todos os serviços nela constantes e as Despesas Indiretas (B.D.I.);
 - e) O B.D.I. corresponderá a uma taxa em porcentagem sobre o custo básico dos serviços licitados, devendo contemplar todas as despesas indiretas, assim como o lucro da empresa;
 - f) Os preços unitários ofertados deverão contemplar todos os custos básicos diretos, assim como os encargos sociais e trabalhistas (L.S.T.);
 - g) A proposta deverá conter ainda:
 - I -** Cronograma de Desembolso Máximo Acumulado (Cronograma Físico-Financeiro) discriminado conforme **Anexo I-B**;
 - II -** Composição da taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) - **Anexo I-C**;
 - III -** Composição dos Encargos Sociais adotados na proposta - **Anexo I-D**.
 - h) No orçamento em planilha de quantitativos, unidades, preços unitários, parciais e totais da obra, do subitem “b” deste item 13, deverá **constar obrigatoriamente** a assinatura do técnico detentor dos atestados de capacidade técnica que serão apresentados na documentação de habilitação da licitante, precedida do nome da empresa a que interessarem, a menção explícita de seu título e o número de sua carteira profissional expedida pelo CREA;
 - i) Na preparação de sua proposta comercial, o licitante deverá consignar preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária;
 - j) A proposta comercial da licitante deverá conter **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E CONCORDÂNCIA** com os termos e condições deste Edital.

13.2 - Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens deste Edital.

13.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema (caso exista disponibilidade desse campo) que:

13.3.1 - Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

13.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

13.3.3 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

13.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

13.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

13.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

13.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame, para aquele item;

13.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

13.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 13.3 ou 13.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital.

13.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

13.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

13.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

13.10.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

13.10.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

13.11 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

13.11.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

13.11.2 - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

13.12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 13.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

13.13 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

13.14 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

13.15 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do de licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

13.16 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

13.17 - Juntamente com a Proposta de Preços, a licitante deverá prestar garantia de 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, conforme modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 96 desta Lei 14.133/21. O documento que comprova a prestação desta garantia deverá compor a apresentação da proposta de preços.

XIV - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

14.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

14.1.1 - Valor total do item;

14.1.2 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

14.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

14.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

14.3.1 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

14.3.2 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

14.5 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas.

14.5.1 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

14.6 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

14.7 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

14.8 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração e por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

XV - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

15.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

15.2 - O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

15.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

15.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

15.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

15.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

15.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Contratação e os licitantes.

15.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

15.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do Grupo de Itens / lote. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser observado conforme valor informado em cada lote lançado na plataforma <https://bnccompras.com/>.

15.6 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do Global.

15.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

15.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

15.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá conforme pré-fixado no sistema

15.10 - Será adotado para o envio de lances nesta licitação o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

15.10.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerão período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

15.11.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

15.12.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

15.12.4 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

15.12.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

15.13 - Poderá o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

15.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

15.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15.15 - No caso de desconexão com a Comissão de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

15.18 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Comissão de Contratação aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

15.19 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

15.20 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

15.21 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

15.21.1 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

15.21.2 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.21.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.22 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

15.22.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

15.22.1.1 - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

15.22.1.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

15.22.1.3 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

15.22.1.4 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.22.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

15.22.2.1 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do Estado em que este se localiza;

15.22.2.2 - Empresas brasileiras;

15.22.2.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

15.23 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2011.

15.24 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.25 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

15.26 - O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 03 (três) horas, envie a **PROPOSTA ADEQUADA** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigida no item XVII do edital.

15.27 - Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

15.28 - O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

15.28.1 - Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subseqüente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

15.28.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.28.3 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será verificado pelo sistema, em caso de eventual ocorrência do empate ficto, conforme o previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

15.28.4 - Após a negociação do preço, a Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

15.28.5 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

XVI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

16.1 - Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos e se atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.1.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

16.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

16.1.3 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

16.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

16.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

16.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

16.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

16.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

16.4 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

16.5 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPS, a Comissão de Contratação verificará se faz jus ao benefício.

16.6 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Comissão de Contratação a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observando o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

16.7 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

16.7.1 - Contiver vícios insanáveis;

16.7.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

16.7.3 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

16.7.4 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

16.7.5 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

16.7.6 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

16.8 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

16.8.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da Comissão de Contratação, que comprove:

16.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

16.8.1.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16.9 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

16.9.1 - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

16.9.2 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

16.9.3 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

16.9.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

16.10 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

16.11 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido descomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

16.11.1 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

16.12 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

16.12.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

16.12.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

XVII - DA FASE DE HABILITAÇÃO.

17.1 - Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 03 (três) horas (conforme exigência do item 15.26 deste Edital) prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

17.1.1 - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

17.2 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.3 - Os documentos relativos à Regularidade Fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

17.3.1 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à Regularidade Fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

17.3.2 - A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.4 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

17.4.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

17.4.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

17.5 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.6 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 17.3.2.

17.7 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

17.8 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

17.9 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

17.10 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

17.11 - Será verificado se o licitante apresentou **DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (ANEXO III)**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

17.12 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ANEXO XIV)**, previstas em lei e em outras normas específicas.

17.13 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES (ANEXO V)** na data de entrega das propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

17.14 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

17.15 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

17.15.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

17.16 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

17.16.1 - Documentação Jurídica: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física);
- b) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b” deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no cartório de Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de cooperativa, nos termos de artigo 107 da Lei Federal Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ou empresa, sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-MEI, emitido pela Receita Federal do Brasil, caso o interessado seja um Microempreendedor Individual-MEI.

17.16.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)** ou **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**;
- b) Prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual e Fazenda Municipal** quando for o caso, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da empresa, mediante **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** expedida pela Secretaria da Receita;
- e) Prova de regularidade de débito para com o **Sistema de Seguridade Social, (INSS)**, e o **Fundo de Garantia, (FGTS)**, a Secretaria da Receita Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

OBSERVAÇÕES:

1) Portaria MF nº 358 de 05/09/2014 - Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional. A partir do dia 20 de outubro de 2014, as certidões que fazem prova de Regularidade Fiscal de todos os Tributos Federais, inclusive Contribuições Previdenciárias, tanto no



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, serão unificadas em um único documento. A unificação das Certidões Negativas está prevista na Portaria acima;

2) Deve-se prestar atenção que, a **PARTIR DE 20/10/2014**, se o contribuinte precisar comprovar a regularidade para com a Fazenda Nacional, ele deve apresentar uma única certidão emitida a partir dessa data OU, se possuir uma Certidão Previdenciária e uma outra dos demais tributos, emitidas ANTES de 20/10, mas dentro do prazo de validade, poderá apresentá-las, pois continuarão válidas dentro do período de vigência nelas indicados; mas se o contribuinte tiver apenas uma delas válida, terá que emitir a nova **CERTIDÃO UNIFICADA**.

3) As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias da data de emissão.

4) As certidões extraídas da Web somente terão validade se confirmada sua autenticidade pela comissão de contratação.

17.6.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Do Balanço Patrimonial:

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos últimos 2 (dois) anos exercícios sociais. Conforme Art. 69, inciso I, da Lei 14.133 de 2021, devidamente lançados no livro diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da empresa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. O licitante apresentará, conforme o caso, publicação do balanço ou cópia reprográfica das páginas do livro diário onde foram transcritos o balanço e a demonstração de resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial.

I - Serão considerados aceitos como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

i - Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

ii - Sociedades limitadas (Ltda.):

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

iii - Sociedades sujeitas ao regime estabelecido pela Lei Complementar nº. 123, de 14/12/06 - Estatuto da Microempresa e das Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional:

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

iv - Sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

II - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

- c) A comprovação da boa situação econômico-financeira das licitantes será demonstrada com base nos seguintes parâmetros, sendo inabilitadas as que apresentarem resultado menor ou igual 1,45 (um vírgula quarenta e cinco), em qualquer dos índices abaixo (*Obs.: A licitante deverá apresentar documento constando os cálculos dos índices contábeis relacionados abaixo, devendo este documento ser assinado pelo sócio e profissional contábil responsável da empresa*):

I - Índice de Liquidez Geral (LG), onde:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

II - Índice de Liquidez Corrente (LC), onde:

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

III - Índice de Endividamento Geral (IEG), menor ou igual a 0,70 (zero vírgula setenta) onde:

$$IEG = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

- d) **Certidão negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. As certidões deverão cobrir um período de cinco anos e serem expedidas a menos de 30 (trinta) dias corridos da data da apresentação da proposta.
- e) A licitante considerada Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e que pretender se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na referida Lei, deverá apresentar dentro do Envelope nº. 01, uma **Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno porte (EPP)**, conforme modelo constante do **Anexo VI - Modelo**, deste Edital.
- f) As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das Microempresas e Empresas de Pequeno porte que não apresentarem a declaração prevista neste subitem poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.
- g) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação no presente certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- h) Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal, será assegurado à licitante considerada Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação.
- i) A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- j) Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
- k) Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação, deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente com o nº. do CNPJ e endereço da matriz, se a licitante for a matriz e da filial se a licitante for a filial. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

- l) Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- m) A Comissão de Contratação em caso de dúvidas, rasuras ou falha da cópia, inclusive da autenticada por cartório, solicitará para confronto os seus respectivos originais, não podendo a licitante se recusar a exibí-los sob pena de inabilitação, devendo, nestes casos, apresentar os documentos solicitados no prazo de até 03 (três) dias úteis no Prédio da Prefeitura.

17.16.4 - Qualificação Técnica - Será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DA EMPRESA JUNTO AO CREA - Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia, em plena validade, **da empresa e de seu(s) Responsável (s) Técnico(s);**
- b) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior (**ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO**) devidamente reconhecidos pelas entidades competentes, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusividade às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; apresentando atestado(s) em nome do mesmo, comprovando execução da obra de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação com respectivo **CAT - Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia)** juntamente com uma **DECLARAÇÃO da ANUÊNCIA deste Edital dos profissionais detentores dos atestados e dos profissionais do quadro técnico da empresa.**
 - b.1)** As Declarações de Anuência do Edital, devem vir com assinatura com reconhecimento de firma em cartório ou com assinatura digital que possibilite a verificação da autenticidade da assinatura;
 - b.2)** Serão desclassificadas e declaradas inabilitadas as licitantes que apresentarem os mesmos profissionais como responsáveis técnicos ou que mantenha algum tipo de vínculo descrito na alínea “b” do item 17.16.4 deste Edital em mais de uma licitante deste certame;
- c) A PROVA DE VÍNCULO dos responsáveis técnicos mencionados na alínea anterior com a empresa licitante deverá ser feita através de um dos seguintes documentos:
 - I -** Ficha de Registro do Empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
 - II -** Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
 - III -** Contrato Social ou último aditivo se houver;
 - IV -** Certidão de Registro e Quitação da empresa junto ao CREA-BA, onde conste o nome do respectivo profissional, comprovando que o mesmo pertence ao Quadro Técnico e/ou é Responsável Técnico da licitante; ou
 - V -** Contrato de Trabalho Particular com reconhecimento de firma das assinaturas.
- d) DECLARAÇÃO que vai manter profissional qualificado como Encarregado ou Mestre de Obras durante toda a execução da obra, devendo indicar o profissional e apresentar sua documentação comprovando o vínculo do profissional com a contratada ao fiscal do contrato no ato de início das obras;
 - I)** A Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo empregatício do(s) responsável(is) técnico(s) detentor(es) dos atestados com a licitante.
 - II)** O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração;
 - III)** Caso o detentor dos atestados apresentados para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, não esteja relacionado na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da licitante, a mesma deverá apresentar a Certidão de Registro no CREA do referido profissional.
- e) **DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**, conforme previsto no item 12.3 deste do Edital;
- f) **DECLARAÇÃO** que obedecerá às ordens expedidas pela Contratante durante a execução das obras, caso seja necessárias adequações executivas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

- g) **DECLARAÇÃO** que dispõe de equipamentos, máquinas e mão de obra técnica e qualificada necessária para execução dos serviços objeto deste certame;
- h) **DECLARAÇÃO** que a vai cumprir de maneira efetiva o cronograma dos serviços de maneira efetiva, mesmo que seja necessário manter 2 turnos de trabalho, e, que para isso, não receberá nenhuma compensação adicional e que os custos referentes à esta exigência já estão inclusos na proposta de preços apresentada;
- i) **DECLARAÇÃO** que durante a execução dos serviços que manterá no canteiro de obras em tempo integral pelo menos 01 (um) profissional de Segurança do Trabalho, afim de exigir o uso de EPIs e EPC mantendo sempre o canteiro isolado e protegido e que os custos referentes à esta exigência já estão inclusos na proposta de preços apresentada;
- j) **DECLARAÇÃO** que se compromete em descartar os resíduos da construção civil proveniente de demolição em locais devidamente licenciados indicados pela Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município e que os custos referentes à esta exigência já estão inclusos na proposta de preços apresentada.

17.16.5 - Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (ANEXO IV).

17.16.6 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de que o licitante não se encontra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta e que é cumpridora de todas as exigências legais impostas pela legislação vigente e por órgãos regulamentadores, independente de exigência deste Edital (ANEXO VII).

17.16.6 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (ANEXO XIV).

17.16.6.1 - A falsidade da declaração de que trata os itens 17.16.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

17.16.7 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que não integra nosso corpo social, nem em seu quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal (ANEXO VIII).

17.16.8 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei (ANEXO XI).

17.16.9 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei (ANEXO XI).

17.16.10 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (ANEXO XII).

17.16.11 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado da independência na elaboração da proposta de preços (ANEXO XIII).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

17.17 - Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e para que estas possam gozar dos benefícios previstos nos capítulos V e VI da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal, por meio da **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** (ANEXO VI).

17.18 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

17.18.1 - A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior à fase de habilitação.

17.19 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

17.20 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, **sem prejuízo das sanções previstas neste Edital**, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

17.21 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

17.22 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

17.23 - Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

17.24 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, **além da aplicação das sanções cabíveis**.

17.25 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

XVIII - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

18.1 - A proposta final do licitante melhor classificado, que deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação conforme previsão do item 15.26 deste Edital, e deverá:

18.1.1 - ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

18.1.2 - conter a indicação do endereço de e-mail, número de telefones/celulares para contato, banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

18.1.3 - conter especificações e características detalhadas dos produtos cotados, bem como, a garantia e outros elementos que de forma inequívoca os identifiquem, em consonância com o conteúdo do Termo de Referência.

18.1.4 - constar de nome e qualificação da pessoa com poderes para assinar contratos com o Município.

18.1.5 - O Descumprimento do prazo de 03 (três) horas previstos no item 15.26 terá como consequência a desclassificação automática da proposta de preços da licitante declarada vencedora.

18.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

18.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

18.3.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

18.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

18.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

18.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

18.7 - A PROPOSTA READEQUADA ao(s) lance(s) verbal(s) a empresa será feita após a sessão de licitação, onde serão obedecidos os seguintes critérios:

18.7.1 - Os valores readequados dos itens de cada lote/item, deverá respeitar o percentual de redução ofertado pela licitante durante a etapa de lances de cada lote/item;

18.7.2 - Nenhum item do lote/item poderá ter preço superior ao da proposta inicial, nem poderá, a empresa vencedora aplicar o valor da redução em apenas alguns dos itens do lote em detrimento de outros.

18.7.3 - A proposta escrita readequada do vencedor poderá ser menor do que o ofertado na etapa de lances para o um melhor ajustamento dos valores unitários e totais dos itens de cada lote/item. Mas não poderá ser maior do que o lance vencedor do lote/item.

XVIX - DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

19.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para **IMPUGNAR ESTE EDITAL** por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

19.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacoes.belocampoba@gmail.com

19.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

19.4.2 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.6 - O prazo para apresentação de **RECURSO** é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

19.7 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

19.7.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor.

19.7 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

19.8 - Havendo quem se manifeste, caberá à Comissão de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

19.8.1 - Nesse momento a Comissão de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

19.8.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

19.8.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico ou por meio do **e-mail licitacoes.belocampoba@gmail.com** ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico ou por meio do **e-mail licitacoes.belocampoba@gmail.com** em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

19.11 - A falta de manifestação no prazo estabelecido no item 19.7.1 autoriza a Comissão de Contratação encaminhar o processo para adjudicação do objeto à licitante vencedora pela autoridade competente.

19.12 - A decisão do(s) recursos interpostos serão divulgados exclusivamente no Site do Diário Oficial do Município (<https://www.belocampo.ba.gov.br/site/diariooficial>), passando a valer para todos os efeitos à partir da data da publicação.

XX - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

20.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

20.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

20.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

20.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

20.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, telefone, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20.2.2 - A convocação feita por e-mail ou telefone dar-se-á de acordo com os dados contidos no Banco do Brasil e nas informações constantes na Receita Federal, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XXI - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1 - Não havendo manifestação de recurso, a Comissão de Contratação encaminhará o processo licitatório para posterior adjudicação e homologação do resultado pela autoridade superior.

21.2 - Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado à licitante vencedora, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

21.3 - A Homologação e a Adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

XXII - DA CONTRATAÇÃO

22.1 - A Adjudicatária será convocada a assinar o termo de contrato no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração, devendo comparecer à Divisão de Licitações e Contratos, Praça Napoleão Ferraz, nº 02, Centro, na cidade de Belo Campo, Bahia.

22.1.1 - Haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, conforme estipulado no Termo de Referência, Termo de Referência que compõe este Edital.

22.1.2 - A partir da data de assinatura do contrato, a contratada terá um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, para apresentação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do contrato, que poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no Art. 96 da Lei 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

22.2 - Para a assinatura do contrato a empresa deverá representar-se por sócio que detenha poderes de administração, apresentando o contrato social e sua alteração, ou procurador com poderes expressos.

22.3 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

22.4 - O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante no **Anexo IX** deste Edital e será emitido para o CNPJ informado na proposta de preços.

22.5 - A Contratada obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões, mediante solicitação, por escrito, nas mesmas condições deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

- a) Se por ocasião da formalização do contrato, as **Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista** da Adjudicatária estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- b) Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob a pena de a contratação não se realizar.

22.6 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

22.7 - Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que se trata o item 22.5, alínea (a) ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública desta licitação, com vistas à celebração da contratação.

22.7.1 - Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso por publicação no Diário Oficial do Município.

22.8 - O contrato será celebrado com duração de 26 (vinte e seis) meses, sendo que 04 (quatro) (vinte e quatro) meses referente a execução dos serviços, contados da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado dentro da vigência do prazo anterior, na forma prevista na legislação vigente.

XXIII - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA - DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO

23.1 - Durante a vigência do Contrato os preços permanecerão fixos e irreeajustáveis.

23.1.1 - Os preços somente poderão ser alterados, por acordo entre as partes, no caso de ocorrência, devidamente demonstrada, bem como no caso de o preço licitado tornar-se superior ao praticado no mercado, ocasião em que o fornecedor do bem será convocado visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado, conforme Lei Federal nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

XXIV - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

24.1 - As obrigações das partes são as que estão definidas no Termo de Referência que compõe este Edital.

XXV - CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

25.1 - As condições de Entrega e Pagamento são as que estão definidas no Termo de Referência que compõe este Edital.

XXVI - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

26.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

XXVII - REVOGAÇÃO-ANULAÇÃO

A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos da Lei nº 14.133/21.

XXVIII - RESCISÃO

28.1 - A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 14.133/21.

28.2 - A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da contratante nos casos enumerados na Lei nº 14.133/21.

28.3 - O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas na Lei 14.133/21.

XXIX - DAS PENALIDADES

29.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Contratação durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - I. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - II. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - III. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - I. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar, ou a retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) fraudar a licitação;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - I. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - II. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - III. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

29.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

29.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

29.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 29.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e” e “f” do item 29.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

29.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

29.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

29.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 29.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

29.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas “d”, “e” e “f” do item 29.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 29.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

29.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea “a” do item 29.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

29.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

29.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

29.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

29.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

29.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

29.15 - As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente e no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio Processo Administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Secretaria Municipal de Administração.

29.16 - Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, o contratado deverá recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome da Prefeitura, ou responderá pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, cobrada judicialmente.

29.17 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, e depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

29.18 - Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio Processo Administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.

29.19 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido Processo Administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso os prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista do processo.

XXX - DOS ANEXOS

30.1 - Integra este Edital, para todos os efeitos de direito:

- a) **Anexo I** - Modelo de Proposta de Preços;
- b) **Anexo II** - Modelo de Procuração (credencial);
- c) **Anexo III** - Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- d) **Anexo IV** - Declaração de empregabilidade do menor;
- e) **Anexo V** - Declaração de Cumprimento da Integralidade dos Custos dos Direitos Trabalhistas na Proposta de Preços.
- f) **Anexo VI** - Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- g) **Anexo VII** - Declaração de Inexistência de Impedimento;
- h) **Anexo VIII** - Declaração de não integrar o quadro funcional;
- i) **Anexo IX** - Minuta do Contrato;
- j) **Anexo X** - Termo de Referência;
- k) **Anexo XI** - Declaração de Conhecimento e Responsabilidade;
- l) **Anexo XII** - Declaração de fatos impeditivos;
- m) **Anexo XIII** - Declaração de elaboração independente da proposta;
- n) **Anexo XIV** - Declaração sobre Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência ou Reabilitados;
- o) **ANEXO XV** - Memorial Descritivo, Projetos e Especificações Técnicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

XXXI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1 - As normas disciplinares desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

31.2 - A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Comissão de Contratação, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

31.3 - A Comissão de Contratação poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

31.4 - A Comissão de Contratação, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

31.5 - Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Belo Campo-Ba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

31.6 - Da sessão, o sistema gerará Ata Circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e estará disponível para consulta no site: www.licitacoes.com.br

31.7 - O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município.

31.8 - Os demais atos pertinentes a esta licitação passíveis de divulgação serão publicados no Diário Oficial do Município.

31.9 - Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório desta licitação.

31.10 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil à data fixada para o recebimento das propostas.

31.11 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

31.12 - Os Recursos ou Impugnações deverão ser protocolados pelo Licitante em horário de expediente comercial (08:00h às 12:00h), junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, à Comissão de Contratação ou através do endereço licitacoes.belocampoba@gmail.com, sendo que o licitante, deve entrar em contato com a Comissão de Contratação através do telefone 77 - 3437-2939 para confirmação do recebimento do e-mail.

31.13 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Comissão de Contratação, com observância da legislação em vigor, as Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas e redações aplicáveis.

31.14 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO ESTADO DA BAHIA

31.15 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.16 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.17 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público

31.18 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital

XXXII - FORO

32.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Belo Campo-Ba, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

Belo Campo-Ba, 16 de Setembro de 2024.

José Henrique Silva Tigre
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

| | | |
|----------------------------------|----------------|--------------------|
| FORNECEDOR: | CNPJ: | |
| ENDEREÇO: | CEP: | INSC. EST.: |
| MUNICÍPIO: | ESTADO: | FONE: |
| DATA: 03/10/2024. E-MAIL: | | CONTATO: |

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO-BA
ATT.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REF.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

Objeto: Prestação de serviços de Recapeamento em CBUQ da Av. Saturnino Vieira na Sede do Município, de acordo com os descritos nos anexos que integram este Edital.

Prezados Senhores,

Após a análise, da documentação da licitação em referência e de seus anexos, propomos executar, sob nossa inteira responsabilidade, o objeto desta Concorrência Eletrônica pelo total de **R\$** _____ (_____), dentro do prazo de **04 (quatro) meses**.

Eu, _____ abaixo assinado, representante da empresa _____ declaro ter tomado conhecimento do Edital e seus Anexos e de todas as condições referente à prestação dos serviços objeto da **Concorrência Eletrônica nº 003/2024**, e assim sendo, concordo com todos os termos impostos, me comprometo a prestar os serviços fielmente conforme valores propostos nesta Proposta de Preços apresentada acima, e que já estão neste preço inclusos todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, tais como: Impostos, Tributos, Encargos e Contribuições Sociais, Fiscais, Parafiscais, Fretes, Seguros e demais despesas inerentes.

A nossa Proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de apresentação da proposta.

_____, _____ de _____ de _____

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO I-A – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Objeto/obra = Pavimentação Asfáltica - Recapeamento de Rua em CBUQ no Município de Belo Campo – BA

Local/implantação = Avenida Saturnino Vieira, S/N, Bairro Centro, Zona Urbana Do Município De Belo Campo - Ba.

Proponente = PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO CAMPO

| Item | Fonte | Macrosserviço / Serviço | Qtd. | Und. | Custo Referência | Custo Unitário | BDI | Preço Unitário | Preço Total |
|------|-----------------|--|-----------|-------|------------------|----------------|---------|----------------|----------------|
| 1 | — | ADMINISTRAÇÃO DE OBRA | | | | | | | R\$ 17.800,08 |
| 1.1 | Composição - 1 | Administração de obra | 1,00 | UN | R\$ 14.747,38 | R\$ 14.747,38 | 20,70 % | R\$ 17.800,09 | R\$ 17.800,08 |
| 2 | — | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | | R\$ 9.203,10 |
| 2.1 | Outros - 51 | PLACA DE OBRA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA - REV 02_01/2022 | 6,00 | M2 | R\$ 349,88 | R\$ 349,88 | 20,70 % | R\$ 422,31 | R\$ 2.533,86 |
| 2.2 | SINAPI - 93208 | EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016 | 6,00 | M2 | R\$ 920,91 | R\$ 920,91 | 20,70 % | R\$ 1.111,54 | R\$ 6.669,24 |
| 3 | — | SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO | | | | | | | R\$ 885.273,30 |
| 3.1 | SINAPI - 99814 | LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019 | 11.384,06 | M2 | R\$ 2,01 | R\$ 0,25 | 20,70 % | R\$ 0,30 | R\$ 3.415,22 |
| 3.2 | SINAPI - 102331 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 | 41.848,83 | TXKM | R\$ 0,54 | R\$ 0,54 | 20,70 % | R\$ 0,65 | R\$ 27.201,74 |
| 3.3 | Outros - 2593 | EXECUÇÃO DE PINTURA ASFÁLTICA DE LIGAÇÃO, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE LIGANTE, EXCLUSIVE TRANSPORTE | 11.384,06 | M2 | R\$ 1,58 | R\$ 1,58 | 20,70 % | R\$ 1,91 | R\$ 21.743,56 |
| 3.4 | SINAPI - 93593 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 | 29.370,88 | M3XKM | R\$ 0,83 | R\$ 0,83 | 20,70 % | R\$ 1,00 | R\$ 29.370,88 |
| 3.5 | SINAPI - 95995 | EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019 | 455,36 | M3 | R\$ 1.462,00 | R\$ 1.462,00 | 20,70 % | R\$ 1.764,63 | R\$ 803.541,90 |
| 4 | — | ENSAIOS | | | | | | | R\$ 7.103,20 |
| 4.1 | Composição - 2 | ENSAIOS - CONTROLE | 1,00 | UN | R\$ 5.885,00 | R\$ 5.885,00 | 20,70 % | R\$ 7.103,20 | R\$ 7.103,20 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

| Item | Fonte | Macrosserviço / Serviço | Qtd. | Und. | Custo Referência | Custo Unitário | BDI | Preço Unitário | Preço Total |
|-----------------------------------|-----------------|--|-----------|------|------------------|----------------|---------|----------------|-----------------------|
| 5 | — | SINALIZAÇÃO | | | | | | | R\$ 35.551,93 |
| 5.1 | Outros - 2555 | PLACA 20X35 EM CHAPA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS | 4,00 | UN | R\$ 93,48 | R\$ 93,48 | 20,70 % | R\$ 112,83 | R\$ 451,32 |
| 5.2 | Outros - 10808 | CONFECÇÃO SUPORTE E TRAVESSA PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO | 23,00 | UN | R\$ 168,60 | R\$ 168,60 | 20,70 % | R\$ 203,50 | R\$ 4.680,50 |
| 5.3 | Outros - 10712 | CONFECÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO TOTALMENTE REFLETIVA | 6,94 | M2 | R\$ 446,77 | R\$ 446,77 | 20,70 % | R\$ 539,25 | R\$ 3.742,40 |
| 5.4 | SINAPI - 102512 | PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021 | 545,56 | M | R\$ 6,27 | R\$ 6,27 | 20,70 % | R\$ 7,57 | R\$ 4.129,89 |
| 5.5 | SINAPI - 102509 | PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021 | 653,56 | M2 | R\$ 28,58 | R\$ 28,58 | 20,70 % | R\$ 34,50 | R\$ 22.547,82 |
| 6 | — | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | | | | | | | R\$ 7.058,12 |
| 6.1 | Outros - 6191 | LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS) | 11.384,06 | M2 | R\$ 0,51 | R\$ 0,51 | 20,70 % | R\$ 0,62 | R\$ 7.058,12 |
| Total: | | | | | | | | | R\$ 961.989,73 |
| Valor não utilizado (QCI): | | | | | | | | | R\$ 0,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO I-B – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Objeto/obra = Pavimentação Asfáltica - Recapeamento de Rua em CBUQ no Município de Belo Campo – BA

Local/implantação = Avenida Saturnino Vieira, S/N, Bairro Centro, Zona Urbana Do Município De Belo Campo - Ba.

Proponente = PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO CAMPO

| ITEM | DESCRIÇÃO | % | VALOR DO SERVIÇO | MÊS 01 | MÊS 02 | MÊS 03 | MÊS 04 |
|----------------------|--------------------------|--------|------------------|------------|------------|------------|------------|
| | | 100% | 961.989,73 | 236.747,25 | 227.544,15 | 227.544,15 | 270.154,20 |
| 1.1 | ADMINISTRAÇÃO DE OBRA | 1,85% | 17.800,08 | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% |
| 1.2 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 0,96% | 9.203,10 | 100,00% | | | |
| 1.3 | SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO | 92,03% | 885.273,30 | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% |
| 1.4 | ENSAIOS | 0,74% | 7.103,20 | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% |
| 1.5 | SINALIZAÇÃO | 3,70% | 35.551,93 | | | | 100,00% |
| 1.6 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | 0,73% | 7.058,12 | | | | 100,00% |
| Percentual Simples | | | | 24,61% | 23,65% | 23,65% | 28,08% |
| Percentual Acumulado | | | | 24,61% | 48,26% | 71,92% | 100,00% |
| Total Simples | | | | 236.747,25 | 227.544,15 | 227.544,15 | 270.154,20 |
| Total Acumulado | | | | 236.747,25 | 464.291,39 | 691.835,54 | 961.989,73 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO I-C MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DO B.D.I.

| DISCRIMINAÇÃO | TAXA |
|--|------|
| 1- DESPESAS INDIRETAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS | |
| a) I.S.S. | |
| b) PIS | |
| c) COFINS | |
| e) Outras | |
| 2- ADMINISTRAÇÃO | |
| a) Pessoal e reflexos (detalhar); | |
| b) Aluguéis; | |
| c) Móveis e utensílios; | |
| d) Veículo; | |
| e) Limpeza e conservação; | |
| f) Máquinas de escritório; | |
| g) Equipamentos e material administrativo; | |
| h) Material de expediente; | |
| i) Equipamentos de segurança; | |
| j) Manutenção e utilização das instalações de apoio; | |
| k) Veículos de socorro; | |
| l) Outras despesas (detalhar). | |
| 3- OUTRAS DESPESAS LEGAIS | |
| a) Licenças; | |
| b) Emolumentos; | |
| c) Taxas; | |
| d) Outros tributos. | |
| 4- OUTRAS DESPESAS | |
| a) Consultorias; | |
| b) Honorários; | |
| c) Outros (a detalhar). | |
| 5- DESPESAS FINANCEIRAS | |
| a) Caução; | |
| b) Capital de giro. | |
| 6- BENEFÍCIO | |
| a) Lucro de empresa | |
| TOTAL: | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO I-D MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE LEIS SOCIAIS E TRABALHISTAS

| DISCRIMINAÇÃO | TAXA EM PORCENTAGEM |
|---|---------------------|
| GRUPO A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS | |
| A 01 Instituto nacional de Seguridade Social - INSS | |
| A 02 Fundo de Garantia por tempo de serviço - FGTS | |
| A 03 Salário - Educação | |
| A 04 Serviço Social da Indústria - SESI | |
| A 05 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI | |
| A 06 Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa - SEBRAE | |
| A 07 Instituto Nac. Colonização e Reforma Agrária-INCRA | |
| A 08 Seguro Contra os riscos de Acidentes do Trabalho | |
| SUBTOTAL - GRUPO A | |
| GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS QUE SOFREM INCIDÊNCIA GLOBAL DE A | |
| B 01 Descanso Remunerado aos Domingos | |
| B 02 Descanso Remunerado em Feriados | |
| B 03 Descanso Remunerado em Férias Anuais | |
| B 04 Licença Paternidade Remunerada | |
| B 05 Auxílio Enfermidade | |
| B 06 Décimo Terceiro Salário | |
| B 07 Adicional de 1/3 nas Férias Anuais | |
| B 08 Auxílio Enfermidade e/ou Faltas | |
| SUB TOTAL - GRUPO B | |
| GRUPO C - ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO SOFREM INCIDÊNCIA DE A | |
| C 01 Aviso Prévio | |
| C 02 Indenização por Dispensa sem justa Causa | |
| C 03 Adicional p Aviso Indenizado | |
| C 04 Indenização Adicional | |
| SUB TOTAL - GRUPO C | |
| GRUPO D - TAXA DE REINCIDÊNCIA | |
| D 01 Reincidência Global do Grupo A sobre o Grupo B | |
| SUB TOTAL - GRUPO D | |
| TOTAL GERAL | |

Obs. As licitantes poderão acrescentar outros encargos que julgarem pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a),
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela,
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua
....., nº como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para
praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar,
assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e
dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc.).

_____, ____ de _____ de 20____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

**OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o
número do CNPJ.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, com endereço **[ENDEREÇO COMPLETO COM CEP]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, representada neste ato por **[NOME REPRESENTANTE]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, inscrito no CPF nº **[CPF]**, **DECLARA**, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024**, instaurada pelo Município de Belo Campo-Ba, que atende os cumprimentos dos requisitos de habilitação.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, com endereço **[ENDEREÇO COMPLETO COM CEP]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, representada neste ato por **[NOME REPRESENTANTE]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, inscrito no CPF nº **[CPF]**, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 20____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA INTEGRALIDADE DOS CUSTOS DOS DIREITOS TRABALHISTAS NA PROPOSTA DE PREÇOS

Eu, **[NOME REPRESENTANTE]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, inscrito no CPF nº **[CPF]**, como representante devidamente constituído da empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, com endereço **[ENDEREÇO COMPLETO COM CEP]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024** da Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, **DECLARO**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que a Proposta de Preços apresentada no certame compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, e que será de nossa responsabilidade exclusiva e integral o recolhimento de todos os tributos e encargos incidentes, responsabilizando-se, mais, por eventuais indenizações ou pagamentos oriundos de ações judiciais movidas por trabalhadores ou prestadoras de serviço contratados pela candidata para execução do contrato, inclusive subcontratações que eventualmente venham a ser autorizadas pela Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, à sua exclusiva conveniência e sob seus critérios e condições.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Para fins do disposto no Edital do **Concorrência Eletrônica nº 003/2024**, **declaro**, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no **CNPJ nº** _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

_____, _____ de _____ de 20____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

Eu, **[NOME REPRESENTANTE]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, inscrito no CPF nº **[CPF]**, como representante devidamente constituído da empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, com endereço **[ENDEREÇO COMPLETO COM CEP]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024** da Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, **DECLARO** que inexistente impedimento legal contra a da empresa **[RAZÃO SOCIAL]** para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

_____, ____ de _____ de 20____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A empresa [**RAZÃO SOCIAL**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO COM CEP**], inscrita no CNPJ sob o nº [**CNPJ**], representada neste ato por [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], **DECLARA** sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024**, instaurado pelo Município de **Belo Campo-Ba**, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente....

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE BELO CAMPO-
BA E A EMPRESA
..... NOS
TERMOS ABAIXO:**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO-BA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 14.237.333/0001-43 com Sede na Praça Napoleão Ferraz, nº 02, Centro, na cidade de Belo Campo, Bahia, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o **Sr. José Henrique Silva Tigre**, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº, com sede na, representada neste ato por o(a) Sr(a)., com registro de identidade nº e cadastro no CPF nº, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, com base nos termos da Lei nº 14.133/21 com suas posteriores alterações e na **Concorrência Eletrônica nº 003/2024** resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **Prestação de serviços de Recapeamento em CBUQ da Av. Saturnino Vieira na Sede do Município**, conforme especificações constantes no do processo de **Concorrência Eletrônica nº 003/2024**.

Parágrafo Único - Passam a fazer parte deste contrato como se estivessem aqui transcritas, às especificações constantes no Edital do **Concorrência Eletrônica nº 003/2024, Processo Administrativo nº** e Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

2.1. A execução contratual será em conformidade com as especificações do Termo de Referência e Processo Administrativo nº 096/2024, bem como da proposta da CONTRATADA.

2.2. O regime de execução será de empreitada por preço global.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

3.1. Pela prestação dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ (.....), estando incluso neste preço todos os custos, tais como: impostos, taxas, descargas, fretes, mão-de-obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

3.2. O pagamento será realizado em conformidade com o Termo de Referência;

3.2.1. Ao CONTRATANTE se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário;

3.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) de correção monetária;

3.2.3. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do CONTRATANTE e haverá, em consequência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1. Este contrato terá vigência com início em__e término em__, podendo ser prorrogado, observando-se as hipóteses legais da Lei nº 14.133/2021, notadamente o seu art. 111



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Será permitida a subcontratação parcial dos serviços, obedecendo-se os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos.

6.2. A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas.

6.3. Executar toda a obra de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este termo.

6.4. Não promover nenhuma alteração no projeto, ou na obra propriamente dita, serviços, equipamento e profissionais, sem que haja expressa autorização da Administração por meio dos seus fiscais ou de pessoas com poder para decisão, conforme o caso;

6.5. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual para obras de construção e de 50% (cinquenta por cento) para obras de requalificação e reformas.

6.6. Alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da licitante vencedora, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

6.7. Alocar durante todo o período das obras ao menos um profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas similares às do objeto da contratação.

6.8. Caso a Contratada necessite substituir qualquer responsável técnico, deverá apresentar proposta de substituição de profissional para aprovação da Contratante, que será feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresentar. Concomitantemente, deverá ser apresentada proposta para aprovação de novo profissional, que deverá ter experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada pelo seu acervo técnico.

6.9. Emitir relatório das atividades desenvolvidas semanalmente, de cunho gerencial, onde constarão todas as informações pertinentes e/ou solicitadas pela equipe técnica da Contratante, que deverá ser entregue, via digital, para o e-mail do fiscal responsável pelo contrato.

6.10. Realizar todos os serviços relacionados com o objeto do Termo de Referência de acordo com as especificações estipuladas pelo Projeto de Engenharia anexo a este processo.

6.11. Seguir o cronograma físico-financeiro das etapas de execução dos serviços. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação "in loco" e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, mediante formalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se.

6.12. Manter LIVRO DIÁRIO DE REGISTRO DE OBRA, apto a receber as anotações de ocorrências relativas à obra, as reivindicações da fiscalização e as soluções encontradas para os questionamentos feitos pelo representante do Contratante. O referido Livro deverá ser confeccionado em três vias de igual teor, onde duas vias deverão ser entregues ao fim de cada etapa conforme cronograma físico-financeiro, mensalmente;

6.13. Fornecer e manter no canteiro de serviços, tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.

6.14. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos e dando-lhes o destino adequado.

6.15. Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse da Contratante em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

6.16. Executar os trabalhos de forma a não prejudicar o trânsito local, e de acordo com as especificações técnicas anexas ao processo, especificações municipais, boas normas de higiene, segurança e normas da ABNT.

6.17. Respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; à mitigação por condicionantes e compensação ambiental; à utilização de produtos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais; à avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística; à proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; e à acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

6.18. A Contratada somente poderá subcontratar parte dos serviços desde que solicite autorização formal da contratante e que esta seja aprovada prévia e expressamente pelo Contratante.

6.19. Quando autorizada a efetuar a subcontratação de serviços, a Contratada será responsável pela supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais, pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.20. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando equipamentos de proteção individual (EPI) apropriado.

6.21. Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização.

6.22. Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância expressa da Contratante.

6.23. Providenciar junto ao CREA/BA, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução, relativa aos serviços objeto da licitação, de acordo com a legislação vigente.

6.24. Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional à Contratante.

6.25. Entregar as áreas afetadas pelos serviços, totalmente recuperadas e limpas, sendo efetuado o replantio de gramas nas valas, recomposição de calçadas, asfaltos e outros que se fizerem necessário.

6.26. Promover medidas de eliminação de riscos ocupacionais aos seus empregados, promovendo sua redução quando a eliminação não for possível, bem como fornecer os equipamentos de proteção coletiva e individual necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

6.27. Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da Contratante, cabendo à licitante vencedora todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

6.28. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas, os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

6.29. Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato de Classe, a que seus empregados estiverem filiados, sem ônus adicional à Contratante.

6.30. Fornecer, mensalmente, declaração por escrito, sob as penas da lei, de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, de acordo com o disposto no art. 121, da Lei nº 14.133/21, sem o prejuízo da consulta acerca da regularidade trabalhista prevista no art. 68, inciso V da Lei nº 14.133/21.

6.31. Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

6.32. A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Contratante, nem poderá onerar o objeto deste pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade, ativa ou passiva, com a Contratante.

6.33. Apresentar planejamento inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, veículos e equipamentos), com 02 (dois) de antecedência ao início das obras, indicando os itens que serão comprados, alugados ou remanejados de outros canteiros, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.

6.34. Desenvolver atividades em mais de um turno de serviço, seja durante os dias úteis, nos finais de semana e/ou nos feriados, sempre que se fizer necessário, com o propósito de manter, recuperar ou antecipar etapas do cronograma físico-financeiro dos serviços, a fim de garantir o cumprimento do prazo total de execução estabelecido.

6.35. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

- 6.36.** Submeter à fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.
- 6.37.** Manter durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo certidões negativas que comprovem sua regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.38.** Quando da retirada de entulho do canteiro de obras, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização o comprovante de descarte de entulho de acordo com a Resolução Nº. 307, DE 5 DE JULHO DE 2002 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE- CONAMA.
- 6.39.** Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do edital.
- 6.40.** Responder por danos materiais ou físicos causados por seus empregados diretamente à Contratante ou a terceiros, independente de culpa ou dolo.
- 6.41.** Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.
- 6.42.** A licitante vencedora deverá manter durante a execução dos serviços, a sinalização específica e compatível com a segurança, observando, no que couber a legislação vigente, especialmente do Código Brasileiro de Trânsito (CBT), sob pena de responder por omissão, negligência ou dolo;
- 6.43.** Responder civil e criminalmente, conforme o caso concreto, por danos que vier a causar a terceiros na execução da obra objeto desta licitação, sejam eles de natureza materiais ou morais, independentemente de terem ocorrido por omissão, negligência, imperícia ou dolo;
- 6.44.** A licitante vencedora deverá instalar e manter no canteiro de serviço, um escritório, por obra, com os meios e pessoal necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da Contratante.
- 6.45.** Respeitar e cumprir as normas vigentes na Contratante, referente ao meio ambiente.
- 6.46.** Comunicar, por escrito, ao setor da Secretaria Municipal de Obras responsável pelo recebimento/fiscalização do objeto da licitação, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedem o prazo de vencimento do fornecimento/execução do objeto da licitação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1.** Receber o objeto contratado no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;
- 7.2.** Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao fornecimento citado na cláusula primeira e que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
- 7.3.** Realizar o pagamento à CONTRATADA pela prestação de serviço objeto deste contrato;
- 7.4.** Rejeitar os serviços que não satisfizer os padrões exigidos nas especificações do Termo de Referência e desse instrumento;
- 7.5.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento;
- 7.6.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado especialmente designado;
- 7.7.** Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
- 7.8.** Realizar o devido pagamento, pela execução do contrato, no prazo e valor pactuados.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1.** Competirá ao órgão da CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, desta fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.
- 8.1.1.** A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência ao CONTRATANTE;
- 8.1.1.1.** O modelo de gestão do contrato além das especificações contidas nesse instrumento, estão em conformidade com os critérios contidos no Termo de Referência;
- 8.2.** O representante da CONTRATANTE deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

8.2.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.2. O (s) fiscal (s) do contrato, que será designado mediante portaria, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.2.3. O fiscal do contrato poderá ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da CONTRATADA, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA quaisquer ônus das leis trabalhistas e previdenciárias bem como qualquer outra que tal fato imponha;

8.2.4. Ademais, mediante nomeação e publicação em portaria, serão especialmente designados colaboradores vinculados a CONTRATANTE para atuarem como gestor e fiscal com o escopo de acompanhar, fiscalizar e gerir o contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento pela CONTRATADA das obrigações constantes deste contrato importará a aplicação das sanções, constantes do Termo de Referência em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO E MATRIZ DE RISCOS

10.1. A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do processo licitatório e em seus anexos.

10.2. A matriz de riscos, definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, será em conformidade com o Anexo I do Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1. Integram o presente contrato, como se nele estivessem na íntegra transcritas, as cláusulas, condições e especificações estabelecidas no Edital do processo licitatório referido no preâmbulo deste contrato, bem como todos os seus anexos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

12.2. As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021, sendo reconhecidos pela CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

14. O projeto será custeado em parceria entre o Município de Belo Campo e o governo Federal através da Caixa Econômica por meio do Contrato de Repasse nº 953011/2023, da seguinte forma:

15.

| 5.1 – NATUREZA DA DESPESA: | | | CONCEDENTE: | CONVENIENTE | TOTAL: |
|-----------------------------------|---------------------------|--|--------------------|--------------------|----------------|
| CAPITAL | INSTALAÇÕES | | R\$ 960.019,00 | R\$ 1.981,00 | R\$ 962.000,00 |
| | SUB-TOTAL CAPITAL: | | R\$ 960.019,00 | R\$ 1.981,00 | R\$ 962.000,00 |
| GERAL: | | | R\$ 960.019,00 | R\$ 1.981,00 | R\$ 962.000,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

7.2. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação específica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba:

Órgão: 26000 - Secretaria de Transportes

Unidade: 26001 - Secretaria de Transporte

Atividade/Projeto: 2014 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Elemento da Despesa: 44.90.51.00 - Obras e Instalações

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

16.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal de nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 027, de 29 de Fevereiro de 2024, e vincula-se ao Edital da **Concorrência Eletrônica nº** e seus anexos, bem como a Proposta da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Edital da Concorrência Eletrônica e seus anexos, em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Elegem o Foro da Comarca de Belo Campo-Ba, para dirimir dúvidas ou omissões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais especial que seja.

E, por estarem assim, ajustados, assinam o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo - que também o assinam - para que produza seus jurídicos efeitos.

Belo Campo-Ba, de de

.....
Prefeito Municipal
Contratante

.....
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO X - TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO: Secretaria de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos

CATEGORIA: Termo de Referência – TR. para contratação de empresa de engenharia para Recapeamento de Ruas no Município de Belo Campo – Ba, endereço: Avenida Saturnino Vieira, S/N, Bairro Centro, Zona Urbana do Município De Belo Campo - Ba.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Termo de Referência estabelece as especificações técnicas, critérios e condições necessários para a **contratação de empresa de engenharia para execução de Recapeamento de Ruas No Município de Belo Campo – Ba**, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Municipal nº 007/2024, que regulamenta a referida Lei no Município de Belo Campo/BA e demais prescrições legais aplicáveis ao assunto.

2. OBJETO

2.1. Descrição do Objeto:

2.1.1. **Contratação de empresa de engenharia para Recapeamento de Ruas No Município de Belo Campo – Ba, localidade: Avenida Saturnino Vieira, S/N, Bairro Centro, Zona Urbana do Município de Belo Campo - Ba**, com vistas a atender a demanda da Secretaria de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência.

2.1.2 O detalhamento do projeto obedecerá ao seguinte cronograma de execução, de acordo com os serviços, prazos e valores estipulados na tabela a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO | % | VALOR DO SERVIÇO | MÊS 01 | MÊS 02 | MÊS 03 | MÊS 04 |
|----------------------|--------------------------|--------|------------------|------------|------------|------------|------------|
| | | 100% | 961.989,73 | 236.747,25 | 227.544,15 | 227.544,15 | 270.154,20 |
| 1.1 | ADMINISTRAÇÃO DE OBRA | 1,85% | 17.800,08 | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% |
| 1.2 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 0,96% | 9.203,10 | 100,00% | | | |
| 1.3 | SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO | 92,03% | 885.273,30 | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% |
| 1.4 | ENSAIOS | 0,74% | 7.103,20 | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% |
| 1.5 | SINALIZAÇÃO | 3,70% | 35.551,93 | | | | 100,00% |
| 1.6 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | 0,73% | 7.058,12 | | | | 100,00% |
| Percentual Simples | | | | 24,61% | 23,65% | 23,65% | 28,08% |
| Percentual Acumulado | | | | 24,61% | 48,26% | 71,92% | 100,00% |
| Total Simples | | | | 236.747,25 | 227.544,15 | 227.544,15 | 270.154,20 |
| Total Acumulado | | | | 236.747,25 | 464.291,39 | 691.835,54 | 961.989,73 |

2.1.3. Dado as suas características e finalidades, os serviços aqui mencionados enquadra-se no conceito de OBRA, em conformidade com o Art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133.

2.2. Características da Avenida que será pavimentada:

2.2.1. A avenida Saturnino Vieira é uma importante artéria da malha urbana do município, a mesma interliga bairros importantes a o Centro da cidade e possui edificações com características de unifamiliares.

Levou-se em consideração a quantidade de famílias atendidas, bem como as condições ruins que a atual pavimentação se encontra.

2.3. O valor total do projeto será de **R\$ 961.989,73**.

2.4. Os valores referenciais inseridos neste Estudo de Termo de Referência são provenientes do Contrato de Repasse nº 953011/2023 firmado entre o governo do Federal e a Prefeitura Municipal de Belo Campo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

2.5. Em decorrência da natureza da contratação e visando um ganho na economia e funcionalidade da obra, assim como levando-se em consideração a facilitação da fiscalização contratual, o objeto desse convênio não pode ser fracionado e deve ser concluído em sua completa amplitude.

3. JUSTIFICATIVA

A escolha de fazer recapeamento asfáltico sobre pavimentação em paralelepípedo pode ser justificada pelos seguintes fatores:

1. **Melhoria do Conforto e Segurança:** O asfalto proporciona uma superfície mais regular, com menor ruído e melhor tração, promovendo uma experiência de condução mais segura e confortável.
2. **Redução de Custos a Longo Prazo:** O recapeamento asfáltico tende a ser mais econômico, tanto em termos de instalação quanto de manutenção, em comparação à manutenção contínua dos paralelepípedos.
3. **Melhor Desempenho em Termos de Drenagem e Durabilidade:** O asfalto pode resolver problemas de drenagem e infiltração que os paralelepípedos enfrentam, além de reduzir o impacto das intempéries sobre a pavimentação.
4. **Estética e Praticidade:** A estética moderna e a manutenção mais simples do asfalto são vantajosas em áreas que não precisam preservar características históricas.

Essa solução é comumente adotada em diversas cidades para melhorar a qualidade das vias sem a necessidade de remover toda a estrutura de paralelepípedos existente, maximizando o custo-benefício.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 Das especificações técnicas do produto

Os pavimentos asfálticos são aqueles em que o revestimento é composto por uma mistura constituída basicamente de agregados e ligantes asfálticos onde ambos são aquecidos em temperaturas previamente escolhidas, em função da característica de viscosidade e temperatura do ligante. O Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) é a mistura asfáltica formada de agregados graúdo e miúdo e cimento asfáltico, aplicada a quente e que compõe a camada de revestimento asfáltico (camada de rolamento). O revestimento asfáltico é a camada que se destina a receber a carga dos veículos, devendo ser impermeável e resistente aos esforços de contato em movimento, que são variados conforme a carga e a velocidade dos veículos.

4.2. Capacidade técnica

4.2.1. Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a CONTRATADA executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimento da natureza e vulto similares com o objeto da demanda deste termo de referência.

4.2.2. Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 65 da Lei 14.133/21.

3.3 Descrição da solução (execução da obra) como um todo: A contratação de empresa especializada para **Prestação de serviços de Recapeamento em CBUQ da Av. Saturnino Vieira na Sede do Município.**

3.4 Justificativa da escolha da solução: Conforme a realidade atual do Município a única solução viável para os referidos itens é a aquisição por meio de Concorrência Eletrônica.

3.5 Parcelamento ou não dos lotes: será atendido o princípio do não parcelamento, uma vez que é tecnicamente viável inviável, de acordo com o inciso II do §3º do Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

4.1 A CONTRATADA deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 45,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

incisos I e II da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

4.2 Será realizada uma avaliação de impacto ambiental para identificar possíveis impactos negativos e implementar medidas mitigadoras durante a execução da obra.

4.3 Orientações complementares acerca da sustentabilidade da prestação almejada poderão ser repassadas pela fiscalização competente.

5. DOS ELEMENTOS MÍNIMOS DO ETP (Estudo Técnico Preliminar)

5.1 Por razões de economia processual e considerando a baixa complexidade do objeto de contratação, observa-se que o presente Termo de Referência contempla os requisitos mínimos do ETP, disposto no art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, a saber:

5.1.1 Art. 18, §1º, inciso I - item 2.1 do Termo de Referência;

5.1.2 Art. 18, §1º, inciso IV - itens 1.1 do Termo de Referência;

5.1.3 Art. 18, §1º, inciso VIII - item 2.5 do Termo de Referência;

5.1.4 Art. 18, §1º, inciso XIII - item 2.2 do Termo de Referência.

6. DA VISITA TÉCNICA - CONHECIMENTO DO LOCAL

6.1 Nos termos do artigo 63, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, o Licitante poderá visitar o local de execução da obra para se inteirar de todos os aspectos referentes à sua execução, podendo agendar visitas com através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos através do fone 77 - 3437-2939, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de abertura das propostas.

6.2 Não será permitido que um mesmo preposto represente 02 (duas) ou mais empresas distintas na visita técnica.

6.3 A visita ao local de execução da obra deverá ocorrer em dias úteis e deverá ser agendada, conforme abaixo:

6.3.1 Telefone 77 - 3437-2939;

6.3.2 Horário: Das 08h00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00

6.4 O Licitante, por intermédio de representante legal, devidamente qualificado para esse fim, deverá apresentar declaração, conforme modelo indicado a seguir, de que vistoriou o local onde será realizada a obra e que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.

Atestamos, para o fim de participar no presente certame, que a empresa _____ visitou e tomou conhecimento das condições do local onde serão executadas as obras, tomando ciência de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução das obras objeto da licitação – Edital de Concorrência Eletrônica nº 003/2024

Nome do Funcionário/representante da licitante que efetuou a visita: RG nº _____

6.5 Nos termos do artigo 63, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021, o Licitante poderá declinar do direito de realizar a Visita Técnica, e em substituição da vistoria deverá APRESENTAR DECLARAÇÃO formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, sob pena de inabilitação. Para tanto, deve utilizar o modelo sugerido a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

Declaramos que a empresa NÃO efetuou a visita técnica no local onde serão executadas as obras, objeto da licitação – Edital de Concorrência Eletrônica nº 003/2024, mas assume incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação.

Nome do Funcionário/representante da licitante que efetuou a visita: RG nº

6.6 As declarações referidas nos subitens anteriores isentam a Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba de qualquer responsabilidade decorrente do desconhecimento, por parte do Licitante, das condições de execução das obras e serviços, não sendo admitida qualquer alegação posterior.

6.7 Em nenhuma hipótese poderá o licitante alegar a insuficiência de dados e informações sobre o local e as condições pertinentes ao objeto do contrato.

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

7.1 Os Projetos básicos e planilhas orçamentárias seguem apenas a este Termo de Referência.

7.2 A contratação trata-se de obra de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII da Lei 14.133/2021.

8. DOS VALORES E PAGAMENTO

8.1 O orçamento das obras foram realizados, predominantemente, com os valores de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, conforme especificado na Planilha Orçamentária.

8.2 O valor total orçado é de **R\$ 961.989,73**. Os pagamentos serão feitos mediante medições e atestados da fiscalização da equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras, de acordo com o cronograma físico - financeiro, em anexo ao processo.

8.3 Dotação orçamentária vinculada à Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 26000 - Secretaria de Transportes

Unidade: 26001 - Secretaria de Transporte

Atividade/Projeto: 2014 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Elemento da Despesa: 44.90.51.00 - Obras e Instalações

8.4 O projeto será custeado em parceria entre o Município de Belo Campo e o Governo Federal por meio de convênio, da seguinte forma:

| 5.1 – NATUREZA DA DESPESA: | | | CONCEDENTE: | CONVENIENTE | TOTAL: |
|----------------------------|--------------------|--|----------------|--------------|----------------|
| | | | | : | |
| CAPITAL | INSTALAÇÕES | | R\$ 960.019,00 | R\$ 1.981,00 | R\$ 962.000,00 |
| | SUB-TOTAL CAPITAL: | | R\$ 960.019,00 | R\$ 1.981,00 | R\$ 962.000,00 |
| GERAL: | | | R\$ 960.019,00 | R\$ 1.981,00 | R\$ 962.000,00 |

9. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, MODO DE DISPUTA E REGIME DE CONTRATAÇÃO

9.1 Considerando os recentes estudos realizados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o modo aberto tem sido um dos principais motivos de obras paralisadas no Brasil atualmente. De tal maneira que para a presente licitação, além de ser realizada na modalidade Concorrência Eletrônica, tem como modo de disputa o modelo aberto e fechado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

9.2 A presente contratação será licitada adotando-se o regime de contratação de empreitada por Preço Global. Neste caso, a empresa se compromete a realizar a obra por um preço fixo estipulado no contrato. Dessa forma, quaisquer custos adicionais que possam surgir durante a execução da obra ficarão a cargo do empreiteiro.

9.3 A execução se dará por empreitada total, e o contrato de construção será feito com uma empresa ou consórcio, que assumirá a responsabilidade por todos os serviços da obra com o fornecimento de material.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO, PRAZO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE ENTREGA.

10.1 A contratada deverá assinar a Ordem de Início de Serviços da Obra no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil imediatamente posterior ao recebimento do instrumento de convocação.

10.2 Após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços e/ou da nota de empenho ou instrumento equivalente, a contratada deverá iniciá-los no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos e apresentar documentos que comprovem os cadastros dos funcionários no CNO da Obra.

10.3 O Cadastro Nacional de Obras (CNO): é um registro mantido pelo Governo Federal do Brasil, através do Ministério da Economia, que reúne informações sobre obras de construção civil realizadas em todo o país. Esse cadastro é utilizado para diversos fins, como controle tributário e estatístico. O cadastro pode ser feito de maneira totalmente virtual, por meio do preenchimento de um formulário eletrônico diretamente no e-CAC, acessando o endereço eletrônico da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br).

10.4 A empresa construtora, quando contratada para execução de obra por empreitada total, observado o disposto na IN do CNO, fica responsável por inscrever a obra no CNO;

10.5 A empresa líder do consórcio, no caso de contrato para execução de obra de construção civil mediante empreitada total celebrado em nome das empresas consorciadas;

10.6 Toda alteração cadastral referente à obra deve ser informada no CNO, sempre no prazo de 30 dias desta. Qualquer alteração não informada poderá acarretar punições para o responsável pela construção.

10.7 O responsável deve fazer a inscrição da obra no CNO em até 30 (trinta) dias, contados do início das atividades de construção.

10.8 O contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, sendo 04 (quatro) meses de execução dos serviços.

10.9 O contratante deve assinar o contrato em até 05 dias úteis, contados a partir de sua convocação.

10.10 O contrato poderá ser prorrogado com fundamento no art. 111 da Lei 14.133/2021.

10.11 Prazo de execução dos serviços: O prazo para execução dos serviços será contado a partir do início da obra, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.12 Os locais de intervenção da obra, bem como todas as especificações técnicas e memoriais referentes aos materiais são parte integrante deste termo conforme especificações e projetos anexados a este termo.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos.

11.2 A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas.

11.3 Executar toda a obra de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este termo.

11.4 Não promover nenhuma alteração no projeto, ou na obra propriamente dita, serviços, equipamento e profissionais, sem que haja expressa autorização da Administração por meio dos seus fiscais ou de pessoas com poder para decisão, conforme o caso;

11.5 Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual para obras de construção e de 50% (cinquenta por cento) para obras de requalificação e reformas.

11.6 Alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da licitante vencedora, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

11.7 Alocar durante todo o período das obras ao menos um profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas similares às do objeto da contratação.

11.8 Caso a Contratada necessite substituir qualquer responsável técnico, deverá apresentar proposta de substituição de profissional para aprovação da Contratante, que será feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresentar. Concomitantemente, deverá ser apresentada proposta para aprovação de novo profissional, que deverá ter experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada pelo seu acervo técnico.

11.9 Emitir relatório das atividades desenvolvidas semanalmente, de cunho gerencial, onde constarão todas as informações pertinentes e/ou solicitadas pela equipe técnica da Contratante, que deverá ser entregue, via digital, para o e-mail do fiscal responsável pelo contrato.

11.10 Realizar todos os serviços relacionados com o objeto do Termo de Referência de acordo com as especificações estipuladas pelo Projeto de Engenharia anexo a este processo.

11.11 Seguir o cronograma físico-financeiro das etapas de execução dos serviços. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação “in loco” e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, mediante formalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se.

11.12 Manter LIVRO DIÁRIO DE REGISTRO DE OBRA, apto a receber as anotações de ocorrências relativas à obra, as reivindicações da fiscalização e as soluções encontradas para os questionamentos feitos pelo representante do Contratante. O referido Livro deverá ser confeccionado em três vias de igual teor, onde duas vias deverão ser entregues ao fim de cada etapa conforme cronograma físico-financeiro, mensalmente;

11.13 Fornecer e manter no canteiro de serviços, tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.

11.14 Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos e dando-lhes o destino adequado.

11.15 Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse da Contratante em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

11.16 Executar os trabalhos de forma a não prejudicar o trânsito local, e de acordo com as especificações técnicas anexas ao processo, especificações municipais, boas normas de higiene, segurança e normas da ABNT.

11.17 Respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; à mitigação por condicionantes e compensação ambiental; à utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais; à avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística; à proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; e à acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

11.18 A Contratada somente poderá subcontratar parte dos serviços desde que solicite autorização formal da contratante e que esta seja aprovada prévia e expressamente pelo Contratante.

11.19 Quando autorizada a efetuar a subcontratação de serviços, a Contratada será responsável pela supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais, pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços correspondentes ao objeto da subcontratação.

11.20 Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando equipamentos de proteção individual (EPI) apropriado.

11.21 Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

mantendo estreita comunicação com a fiscalização.

11.22 Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância expressa da Contratante.

11.23 Providenciar junto ao CREA/BA, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução, relativa aos serviços objeto da licitação, de acordo com a legislação vigente.

11.24 Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional à Contratante.

11.25 Entregar as áreas afetadas pelos serviços, totalmente recuperadas e limpas, sendo efetuado o replantio de gramas nas valas, recomposição de calçadas, asfaltos e outros que se fizerem necessário.

11.26 Promover medidas de eliminação de riscos ocupacionais aos seus empregados, promovendo sua redução quando a eliminação não for possível, bem como fornecer os equipamentos de proteção coletiva e individual necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

11.27 Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da Contratante, cabendo à licitante vencedora todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

11.28 Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas, os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

11.29 Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato de Classe, a que seus empregados estiverem filiados, sem ônus adicional à Contratante.

11.30 Fornecer, mensalmente, declaração por escrito, sob as penas da lei, de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, de acordo com o disposto no art. 121, da Lei nº 14.133/21, sem o prejuízo da consulta acerca da regularidade trabalhista prevista no art. 68, inciso V da Lei nº 14.133/21.

11.31 Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

11.32 A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Contratante, nem poderá onerar o objeto deste pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade, ativa ou passiva, com a Contratante.

11.33 Apresentar planejamento inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, veículos e equipamentos), com 02 (dois) de antecedência ao início das obras, indicando os itens que serão comprados, alugados ou remanejados de outros canteiros, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.

11.34 Desenvolver atividades em mais de um turno de serviço, seja durante os dias úteis, nos finais de semana e/ou nos feriados, sempre que se fizer necessário, com o propósito de manter, recuperar ou antecipar etapas do cronograma físico-financeiro dos serviços, a fim de garantir o cumprimento do prazo total de execução estabelecido.

11.35 Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.

11.36 Submeter à fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

11.37 Manter durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo certidões negativas que comprovem sua regularidade fiscal e trabalhista.

11.38 Quando da retirada de entulho do canteiro de obras, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização o comprovante de descarte de entulho de acordo com a Resolução Nº. 307, DE 5 DE JULHO DE 2002 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE- CONAMA.

11.39 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do edital.

11.40 Responder por danos materiais ou físicos causados por seus empregados diretamente à Contratante ou a terceiros, independente de culpa ou dolo.

11.41 Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.

11.42 A licitante vencedora deverá manter durante a execução dos serviços, a sinalização específica e compatível com a segurança, observando, no que couber a legislação vigente, especialmente do Código Brasileiro de Trânsito (CBT), sob pena de responder por omissão, negligência ou dolo;

11.43 Responder civil e criminalmente, conforme o caso concreto, por danos que vier a causar a terceiros na execução da obra objeto desta licitação, sejam eles de natureza materiais ou morais, independentemente de terem ocorrido por omissão, negligência, imperícia ou dolo;

11.44 A licitante vencedora deverá instalar e manter no canteiro de serviço, um escritório, por obra, com os meios e pessoal necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da Contratante.

11.45 Respeitar e cumprir as normas vigentes na Contratante, referente ao meio ambiente.

11.46 Comunicar, por escrito, ao setor da Secretaria Municipal de Obras responsável pelo recebimento/fiscalização do objeto da licitação, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedem o prazo de vencimento do fornecimento/execução do objeto da licitação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

12.OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Realizar a elaboração do contrato e convocação do adjudicatário para assinatura.

12.2 Providenciar o empenho do contrato.

12.3 Emitir a Ordem de Início do Serviço em conformidade com o objeto da licitação.

12.4 Promover a liquidação e pagamento das notas fiscais.

12.5 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados, conforme serviços prestados.

12.6 Comunicar à empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do objeto.

12.7 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado em desacordo com as obrigações assumidas pelo prestador ou com as especificações deste certame.

12.8 Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

12.9 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto deste certame.

12.10 Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, à Administração Municipal reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente e/ou por prepostos designados, podendo para isso:

12.10.1 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

12.10.2 Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

12.10.3 Cumprir as demais obrigações contidas no edital.

13.GARANTIA CONTRATUAL

13.1 A partir da data de assinatura do contrato, a contratada terá um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, para apresentação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro- garantia ou fiança bancária.

13.1.1 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.1.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

13.1.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;

13.1.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;

13.1.5 No caso de apresentação de garantia na modalidade de seguro-garantia ou fiança bancária, a contratada deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o encerramento do Contrato.

13.2 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária, em favor da Contratante;

13.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

13.4 No caso de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, poderá promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o Capítulo VIII (Das hipóteses de extinção de contrato) da Lei 14.133/21.

13.5 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;

13.6 A garantia será considerada extinta:

13.6.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.6.2 Após 03 (três) meses do término da vigência do contrato, atendido o disposto no instrumento convocatório;

13.6.3 O prazo de extinção da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

13.7 A Contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

13.7.1 Caso fortuito ou força maior;

13.7.2 Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

13.7.3 Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração;

13.7.4 Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;

13.7.5 Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no Item deste Termo de Referência.

13.8 Independente do previsto no edital e seus anexos, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso o pagamento não tenha ocorrido até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no Instrução Normativa nº 05/2008 - SLTI/MPOG. Hiperlink da IN 05/2017 - <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/midias/INn05de26de2017Hiperlink.pdf>.

14.HABILITAÇÃO

14.1 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

14.1.1 DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física);
- b) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b” deste subitem;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

- d) Ato constitutivo devidamente registrado no cartório de Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de cooperativa, nos termos de artigo 107 da Lei Federal Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ou empresa, sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-MEI, emitido pela Receita Federal do Brasil, caso o interessado seja um Microempreendedor Individual-MEI.

14.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)** ou **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**;
- b) Prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual e Fazenda Municipal** quando for o caso, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da empresa, mediante **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** expedida pela Secretaria da Receita;
- e) Prova de regularidade de débito para com o **Sistema de Seguridade Social, (INSS)**, e o **Fundo de Garantia, (FGTS)**, a Secretaria da Receita Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

OBSERVAÇÕES:

1) Portaria MF nº 358 de 05/09/2014 - Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional. A partir do dia 20 de outubro de 2014, as certidões que fazem prova de Regularidade Fiscal de todos os Tributos Federais, inclusive Contribuições Previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, serão unificadas em um único documento. A unificação das Certidões Negativas está prevista na Portaria acima;

2) Deve-se prestar atenção que, a PARTIR DE 20/10/2014, se o contribuinte precisar comprovar a regularidade para com a Fazenda Nacional, ele deve apresentar uma única certidão emitida a partir dessa data OU, se possuir uma Certidão Previdenciária e uma outra dos demais tributos, emitidas ANTES de 20/10, mas dentro do prazo de validade, poderá apresentá-las, pois continuarão válidas dentro do período de vigência nelas indicados; mas se o contribuinte tiver apenas uma delas válida, terá que emitir a nova CERTIDÃO UNIFICADA.

3) As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias da data de emissão.

4) As certidões extraídas da Web somente terão validade se confirmada sua autenticidade pelo Pregoeiro ou membro de equipe de apoio.

14.1.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

- a) CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DA EMPRESA JUNTO AO CREA - Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia, em plena validade, **da empresa e de seu(s) Responsável (s) Técnico(s);**
- b) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior (**ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO**) devidamente reconhecidos pelas entidades competentes, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusividade às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; apresentando atestado(s) em nome do mesmo, comprovando execução da obra de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação com respectivo **CAT - Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia)** juntamente com uma **DECLARAÇÃO da ANUÊNCIA deste Edital dos profissionais detentores dos atestados e dos profissionais do quadro técnico da empresa.**
- b.1)** As Declarações de Anuência do Edital, devem vir com assinatura com reconhecimento de firma em cartório ou com assinatura digital que possibilite a verificação da autenticidade da assinatura;
- b.2)** Serão desclassificadas e declaradas inabilitadas as licitantes que apresentarem os mesmos profissionais como responsáveis técnicos ou que mantenha algum tipo de vínculo descrito na alínea “b” do item 6.1.3 deste Termo de Referência;
- c) A PROVA DE VÍNCULO dos responsáveis técnicos mencionados na alínea anterior com a empresa licitante deverá ser feita através de um dos seguintes documentos:
- I -** Ficha de Registro do Empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
 - II -** Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
 - III -** Contrato Social ou último aditivo se houver;
 - IV -** Certidão de Registro e Quitação da empresa junto ao CREA-BA, onde conste o nome do respectivo profissional, comprovando que o mesmo pertence ao Quadro Técnico e/ou é Responsável Técnico da licitante; ou
 - V -** Contrato de Trabalho Particular com reconhecimento de firma das assinaturas.
- d) **DECLARAÇÃO** que vai manter profissional qualificado como Encarregado ou Mestre de Obras durante toda a execução da obra, devendo indicar o profissional e apresentar sua documentação comprovando o vínculo do profissional com a contratada ao fiscal do contrato no ato de início das obras;
- I)** A Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo empregatício do(s) responsável(is) técnico(s) detentor(es) dos atestados com a licitante.
 - II)** O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração;
 - III)** Caso o detentor dos atestados apresentados para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, não esteja relacionado na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da licitante, a mesma deverá apresentar a Certidão de Registro no CREA do referido profissional.
- e) **DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA;**
- f) **DECLARAÇÃO** que obedecerá às ordens expedidas pela Contratante durante a execução das obras, caso seja necessárias adequações executivas;
- g) **DECLARAÇÃO** que dispõe de equipamentos, máquinas e mão de obra técnica e qualificada necessária para execução dos serviços objeto deste certame;
- h) **DECLARAÇÃO** que a vai cumprir de maneira efetiva o cronograma dos serviços de maneira efetiva, mesmo que seja necessário manter 2 turnos de trabalho, e, que para isso, não receberá nenhuma compensação adicional e que os custos referentes à esta exigência já estão inclusos na proposta de preços apresentada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

- i) **DECLARAÇÃO** que durante a execução dos serviços que manterá no canteiro de obras em tempo integral pelo menos 01 (um) profissional de Segurança do Trabalho, afim de exigir o uso de EPIs e EPC mantendo sempre o canteiro isolado e protegido e que os custos referentes à esta exigência já estão inclusos na proposta de preços apresentada;
- j) **DECLARAÇÃO** que se compromete a providenciar, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a Licença Ambiental junto à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município e que atenderá todos os requisitos para o enquadramento nas exigências para a emissão desta Licença e que os custos referentes à esta exigência já estão inclusos na proposta de preços apresentada;
- k) **DECLARAÇÃO** que se compromete em descartar os resíduos da construção civil proveniente de demolição em locais devidamente licenciados indicados pela Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município e que os custos referentes à esta exigência já estão inclusos na proposta de preços apresentada;
- l) **Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- m) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de que o licitante não se encontra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta e que é cumpridora de todas as exigências legais impostas pela legislação vigente e por órgãos regulamentadores, independente de exigência deste Edital;
- n) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- o) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que não integra nosso corpo social, nem em seu quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal;
- p) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei;
- q) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei;
- r) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- s) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- t) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado da independência na elaboração da proposta de preços;
- u) Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e para que estas possam gozar dos benefícios previstos nos capítulos V e VI da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal, por meio da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

14.1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Do Balanço Patrimonial:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos últimos 2 (dois) anos exercícios sociais. Conforme Art. 69, inciso I, da Lei 14.133 de 2021, devidamente lançados no livro diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da empresa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. O licitante apresentará, conforme o caso, publicação do balanço ou cópia reprográfica das páginas do livro diário onde foram transcritos o balanço e a demonstração de resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial.

I - Serão considerados aceitos como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

i - Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

ii - Sociedades limitadas (Ltda.):

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

iii - Sociedades sujeitas ao regime estabelecido pela Lei Complementar nº. 123, de 14/12/06 - Estatuto da Microempresa e das Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional:

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

iv - Sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

II - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade:

- c) A comprovação da boa situação econômico-financeira das licitantes será demonstrada com base nos seguintes parâmetros, sendo inabilitadas as que apresentarem resultado menor ou igual 1,45 (um vírgula quarenta e cinco), em qualquer dos índices abaixo (*Obs.: A licitante deverá apresentar documento constando os cálculos dos índices contábeis relacionados abaixo, devendo este documento ser assinado pelo sócio e profissional contábil responsável da empresa*):

IV - Índice de Liquidez Geral (LG), onde:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

V - Índice de Liquidez Corrente (LC), onde:

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

VI - Índice de Endividamento Geral (IEG), menor ou igual a 0,70 (zero vírgula setenta) onde:

$$\text{IEG} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

- d) Certidão negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. As certidões deverão cobrir um período de cinco anos e serem expedidas a menos de 30 (trinta) dias corridos da data da apresentação da proposta.

14.2 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

14.3 A validade das certidões relativas à comprovação da Qualificação Econômico-Financeira e da Regularidade Fiscal, corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

14.4 As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).

14.5 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de empresas ME/EPPs, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);

14.6 A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal. (art. 4º, § 2º, do DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015);

14.7 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor;

14.8 Para efeito de habilitação técnica, fica admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

15.FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

15.1 Será designado servidor, mediante portaria do município, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2 A portaria mencionada no item anterior definirá as competências, atribuições e responsabilidade de cada um dos membros.

15.3 As responsabilidades dos fiscais serão, dentre outras, fiscalizar os aspectos materiais da execução (visitas, medições, vistorias, testes, ensaios, etc.) e outro (s) que se responsabilizará pelos aspectos formais (verificação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, acompanhamento de Notas Fiscais, pagamentos, etc.).

15.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, nos art. 120 da Lei nº 14.133/21

15.5 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

16.1 A medição dos serviços será efetuada mensalmente, conforme cronograma físico-financeiro e entregue ao fiscal da obra, vinculado à Secretaria Municipal de Obras;

16.2 A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Anexo VI** deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com
- c) qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Execução em conformidade à Ordem de Serviço (local, data, tipo de serviço e quantidades);
- b) Execução do serviço em tempo hábil;
- c) Qualidade do serviço executado;
- d) Compatibilidade dos materiais utilizados com os materiais contratados;
- e) Limpeza e recolhimento de materiais das áreas de execução dos serviços;
- f) Conduta dos representantes, colaboradores e prestadores de serviços;
- g) Recusar-se a executar uma ordem de serviço, sem motivo justificado;
- h) Executar qualquer serviço sem prévia autorização;
- i) Danificar ou comprometer os espaços da Universidade durante a execução dos serviços;
- j) Comunicação por parte dos colaboradores à Administração, bem como ao responsável pela unidade, de qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços;
- k) Entregar com presteza e integralidade a documentação exigida no contrato ou solicitada pelos Gestores e Fiscais do Contrato;
- l) Entregar com presteza e integralidade os esclarecimentos formais solicitados para sanar possíveis inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação pelos Gestores e Fiscais do Contrato.

16.5 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou
- d) utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.6 Para efeitos de medição serão considerados os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, em conformidade com o Cronograma-Físico estabelecido pelo CONTRATANTE, consideradas, para tanto, a qualidade dos materiais e mão-de-obra utilizada de forma a atender as especificações técnicas do Memorial Descritivo;

16.7 A medição deverá ser entregue à Secretaria Municipal de Obras até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua conferência e posterior pagamento em no máximo 30 (trinta) dias;

16.8 A medição não aprovada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação;

16.9 A devolução da medição não aprovada, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução das obras/serviços;

16.10 Na hipótese de não pronunciamento da Secretaria Municipal de Obras quanto à medição, no prazo definido anteriormente, considerar-se-á aprovada a medição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

- 16.11** Aprovada a medição, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal referente aos serviços medidos;
- 16.12** O pagamento será realizado em no máximo 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal.
- 16.13** É facultado à Contratante rejeitar os serviços e fornecimentos, no todo ou em parte, desde que o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações e condições pactuadas em contrato e documentos técnicos que compõem este processo.
- 16.14** O atraso, ou lentidão do cumprimento do serviço, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o Capítulo VIII da Lei 14.133/21.
- 16.15** Antes de cada pagamento será aferida a regularidade da contratada, mediante certidões e consulta ao SICAF.
- 16.16** O pagamento só poderá ser efetuado após a comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondendo ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo contratado e apresentação da nota fiscal atestada por servidor especialmente designado para fiscalização do contrato.
- 16.17** O pagamento será realizado em no máximo 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal;

17.CONDIÇÕES DE REAJUSTE

- 17.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 17.2** O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais (Data de preço: Sinapi 04/2024; SEINFRA - 028.1 - CEARÁ; ORSE - Março/2024-1 - Sergipe - REGIME PREVIDENCIÁRIO: NÃO DESONERADO). Após o intervalo de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, após solicitação formal da contratada, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 17.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 17.5** Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 17.6** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 17.7** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 17.8** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.9** O reajuste será realizado por apostilamento.

18.DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

- 18.1** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, mediante pedido de autorização expresso da contratada;
- 18.2** A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incube avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;
- 18.3** O CONTRATADO apresentará a CONTRATANTE a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente;
- 18.4** O CONTRATADO deverá apresentar todas as certidões e documentações referentes ao item HABILITAÇÃO e seguintes à respeito do subcontratado;
- 18.5** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

18.6 Em qualquer hipótese de subcontratação permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

18.7 Não poderá ser subcontratado empresa ou consórcio que tenha participado do procedimento do qual se originou a contratação, ou, direta ou indiretamente, da elaboração do projeto básico ou executivo;

18.8 O vínculo jurídico entre CONTRATADA e subcontratada não se estende à Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, permanecendo a primeira integralmente obrigada pelo fiel e perfeito cumprimento dos serviços contratados, na forma do presente Contrato;

18.9 A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica apresentadas pela CONTRATADA para sua contratação;

18.10 A CONTRATADA se compromete a fiscalizar o adimplemento, por suas subcontratadas, de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias e depósitos de FGTS, apresentando sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, a documentação comprobatória do adimplemento de tais obrigações relativas aos empregados de suas subcontratadas alocadas à prestação de serviços objeto deste contrato;

18.11 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

18.12 Os serviços que não poderão ser subcontratados, para a requalificação e construção, são:

- a) **Gestão de Obra.** A supervisão e coordenação geral da obra, incluindo o gerenciamento de equipes, cronogramas, orçamentos e conformidade com regulamentos locais e nacionais, geralmente são realizados pela empresa contratada principal;
- b) **Controle de Qualidade e Segurança.** A implementação de procedimentos de controle de qualidade e segurança, bem como a realização de inspeções regulares para garantir que a obra atenda aos padrões exigidos, é uma responsabilidade direta da empresa principal;
- c) **Instalação de Infraestrutura Básica.** Serviços que envolvem a instalação ou modificação de infraestrutura básica, como redes de água, esgoto, drenagem pluvial e eletricidade, geralmente exigem conhecimentos técnicos específicos e estão sujeitos a regulamentações e normas rigorosas;
- d) **Coordenação com Autoridades Locais.** O processo de obtenção de licenças, autorizações e aprovações junto às autoridades municipais e órgãos reguladores normalmente é conduzido pela empresa contratada principal.

19.CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU PERMANENTE DO SERVIÇOS

19.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico- Financeiro. Sendo assim, confeccionado o Termo Provisório de Entrega de Obra.

19.2 A Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

19.3 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

19.4 A contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

19.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo detalhado, no prazo de 15 dias, contados da entrega da documentação acima, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

19.5.1 O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

19.5.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada etapa e após a apresentação da medição prévia pelo Contratado, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

realizados em consonância com os indicadores revistos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

19.5.1.2 Em caso de rejeição, o fiscal fixará prazo para que a irregularidade seja sanada, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

19.5.1.3 Nesse caso, cabe à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.5.1.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

19.5.1.5 A aprovação da medição prévia apresentada pelo contratado não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

19.5.1.6 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.5.1.7 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

19.5.2 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

19.5.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.7 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

19.7.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.7.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.7.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

19.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19.9 Com o intuito de assegurar uma compreensão detalhada das metas e requisitos, a contratada compromete-se a conduzir reuniões de alinhamento ao longo do processo, promovendo uma comunicação transparente e eficaz entre ambas as partes envolvidas.

19.10 Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

19.11 Quaisquer que sejam os apontamentos e observações do contratante deverão ser sanados no prazo máximo de até 5 dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

20.SANÇÕES

20.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertências por escrito;
- b) Multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- f) Inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
- g) Advertência por escrito;
- h) Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);
- i) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- j) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- k) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

20.2 O contratado que subcontratar, total ou parcialmente, o serviço contratado, associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do contrato, bem assim realize a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização da Contratante, formalizada por termo aditivo ao contrato, sofrerá a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

20.3 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstra não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.4 As penalidades serão aplicadas após regular Processo Administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

21. DAS DISPOSIÇÕES:

21.1 O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação às especificações da contratação.

21.2 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- d) **ANEXO I** - Declaração de Vistoria do Local da Obra;
- e) **ANEXO II** - Declaração de Responsabilidade e de Renúncia a Vistoria Técnica;
- f) **ANEXO III** - Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico;
- g) **ANEXO IV** - Matriz de Risco;
- h) **ANEXO V** - IMR (Instrumento de Medição de Resultado);

22. VIGÊNCIA

Este Termo de Referência entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá válido até a conclusão do processo licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação com todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Atenciosamente,


Secretário de Obras
Nathan Ferraz Duarte



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO LOCAL DA OBRA

"Atestamos, para o fim de participar no presente certame, que a empresa _____ visitou e tomou conhecimento das condições do local onde serão executadas as obras, tomando ciência de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução das obras objeto da licitação
– Edital de Concorrência nº ____/2024.

Nome do Funcionário/representante da licitante que efetuou a visita:
RG nº _____

ANEXO II – DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E DE RENÚNCIA A VISTORIA TÉCNICA

“() Declaramos que a empresa _____ NÃO efetuou a visita técnica no local onde serão executadas as obras, mas assume incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação.”

Nome do Funcionário/representante da licitante que efetuou a visita:
RG nº _____

ANEXO III – DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO

Eu, [Nome Completo], [Cargo], da empresa [Nome da Empresa], com CNPJ [Número do CNPJ da Empresa], situada à [Endereço Completo da Empresa], declaro para os devidos fins que a nossa empresa dispõe de pessoal técnico qualificado e disponível para atender às necessidades relacionadas ao [especificar o tipo de serviço técnico].

O pessoal técnico disponível possui as habilidades e competências necessárias para realizar as atividades pertinentes de forma eficiente e eficaz, conforme exigido pelas normas e regulamentos aplicáveis.

Esta declaração é fornecida com base em informações precisas e verdadeiras, e comprometemo-nos a fornecer todo o suporte necessário para garantir a execução adequada dos serviços técnicos mencionados.

Nome do Funcionário/representante da licitante:
RG nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

ANEXO IV - DO TERMO DE REFERÊNCIA

MATRIZ DE RISCO

| CATEGORIA DO RISCO | RISCO | SIM | NÃO | NÃO SE APLICA | MEDIDAS PREVENTIVAS |
|--------------------|--|-----|-----|---------------|---|
| FINANCEIRO | Insuficiência de recurso financeiro para manutenção/reparo do objeto | | X | | -Boa elaboração do objeto, conforme valor do recapeamento R\$/Km. |
| HUMANO/TÉCNICO | Insuficiência de equipe técnica especializada para acompanhar/operacionalizar a execução do projeto | | X | | -Conforme a Lei 14.133/21, rege todas exigências tanto da empresa, assim como a pessoal especializado. |
| | Insuficiência de equipe técnica especializada para acompanhar/operacionalizar a manutenção do objeto concluído | | X | | -A obra será acompanhada por profissional, tanto da Prefeitura quanto do órgão Concedente. |
| AMBIENTAL | Ocorrências de danos no objeto causados por fenômenos ou desastres naturais | X | | | - Prevenção/manutenção aos danos ao objeto, sanando, conforme necessidade do objeto. |
| | Ocorrências de possíveis danos ambientais causados pela execução ou entrega do objeto | | X | | - A rua já existente, não apresenta nenhum risco, logo todo o projeto é planejado para diminuir ou não ter nenhum dano ambiental. |
| TEMPO | Ausência ou insuficiência do prazo de garantia | | X | | -Executar a obra em períodos de nenhuma ou pouquíssima chuva. |
| | Cancelamento de condições e garantias contratuais por perda de prazos. | | X | | -Elaboração de um bom Planejamento de Plano de Ataque da obra. |

ANEXO V - DO TERMO DE REFERÊNCIA

IMR (INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO)

- 1.1. Durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/MP nº 05/2017 e suas alterações posteriores.
- 1.2. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará 01 (um) indicador e as respectivas metas a cumprir, sendo acompanhados periodicamente pela fiscalização do contrato.
- 1.3. O Indicador proposto implica em variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.
- 1.4. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base no indicador proposto e utilizará formulários de controle (Tabela 01) dos serviços, conforme modelos constantes deste anexo.
- 1.5. Durante a prestação dos serviços e após sua conclusão por parte da contratada, a fiscalização poderá realizar vistoria aleatória nos locais de execução, podendo, a seu critério, repeti-la sempre que for necessária.
- 1.6. O resultado da avaliação do indicador será entregue ao preposto da contratada até o 5º dia útil subsequente, afim de que a contratada possa emitir a fatura dos serviços executados. Os pagamentos por parte da contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

| INDICADOR | |
|-------------------------------|--|
| ITEM | DESCRIÇÃO |
| Finalidade | Cumprimento dos critérios e serviços relacionados na Tabelas 1 deste Anexo. |
| Meta a cumprir | 100% dos serviços realizados da Administração. E adequados à perspectiva |
| Instrumento de Medição | Planilha de Controle dos serviços executados, conforme modelo deste anexo. |
| Forma de acompanhamento | Realização de inspeção, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços especificados, bem como dos critérios elencados na Tabela 1 deste anexo e das demais disposições do Termo de Referência, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na Planilha de Controle. |
| Periodicidade | Quando houve solicitação do serviço. |
| Mecanismo de Cálculo | % de serviços adequados executados dentro do mês de referência (total de serviços adequados executados dentro do mês de referência/total de serviços estabelecidos por período) * 100. |
| Início da Vigência | Data do início da execução dos serviços. |
| Faixas de Ajuste no Pagamento | 85% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura. 75% a 84% dos serviços = recebimento de 95% da fatura. 65% a 74% dos serviços = recebimento de 85% da fatura. 59% a 64% dos serviços = recebimento de 80% da fatura. |
| Sanção | Abaixo de 64% dos serviços = multa de 5% sobre o valor total da fatura alusiva aos serviços onde constatou-se o não cumprimento dos quesitos insertos na Tabela 1. |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

| FICHA DE INSPEÇÃO | | |
|---------------------|----------------------------|------------------------|
| UNIDADE: | Data da Inspeção: / - - | MÊS/ANO DE REFERÊNCIA: |
| PROCESSO: | CONTRATO: | |
| EMPRESA: | CNPJ: | |
| FISCAL DO CONTRATO: | MATRÍCULA SIAPE: | |

TABELA 1

| Índice de Medição de Resultados - IMR | | | |
|---------------------------------------|---|----------|-----------|
| ITE | AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO | ADEQUADO | INADEQUAD |
| 1 | Execução em conformidade à Ordem de Serviço (local, data, tipo de serviço e quantidades) | | |
| 2 | Execução do serviço em tempo hábil. | | |
| 3 | Qualidade do serviço executado. | | |
| 4 | Compatibilidade dos materiais utilizados com os materiais contratados. | | |
| 5 | Limpeza e recolhimento de materiais das áreas de execução dos serviços. | | |
| 6 | Conduta dos representantes, colaboradores e prestadores de serviços. | | |
| 7 | Recusar-se a executar uma ordem de serviço, sem motivo justificado. | | |
| 8 | Executar qualquer serviço sem prévia autorização. | | |
| 9 | Danificar ou comprometer os espaços da Universidade durante a execução dos serviços. | | |
| 10 | Comunicação por parte dos colaboradores à Administração, bem como ao responsável pela unidade, de qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços. | | |
| 11 | Entregar com presteza e integralidade a documentação exigida no contrato ou solicitada pelos Gestores e Fiscais do Contrato. | | |

PLANILHA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS (TABELA 1) MÊS
DE REFERÊNCIA: /

| Avaliações dos Serviços (A) | Quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado (B) | Quantidade de itens avaliados e classificados como adequados (C) | Porcentagem do Serviço Realizado (D) |
|-----------------------------|--|--|--------------------------------------|
| Prestação de Serviços | 12 | x | % |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

A) Todos os Serviços, Tarefas e Obrigações a serem executados pela Contratada de forma adequada à expectativa da Administração.

B) A quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado seguirá o somatório dos itens discriminados na Tabela 1 deste ANEXO e deverá ser preenchida por servidor formalmente designado pela Administração para a fiscalização do contrato.

C) A quantidade de itens avaliados e classificados como adequados corresponde ao somatório de avaliações do serviço efetivamente realizado e devidamente adequado à expectativa da Administração, especificados nas Tabelas 1.

D) A porcentagem do serviço realizado será mensurada mediante o cálculo $(C/B) \times 100$, ou seja, a quantidade de itens avaliados e classificados como adequados sobre a quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado (soma da Tabela 1), vezes 100 (cem). Este cálculo informará o percentual do serviço que foi realizado, ensejando o respectivo ajuste no pagamento.

Obs. 1 - Havendo casas decimais na porcentagem do serviço realizado (D), arredondar para o percentual inteiro abaixo, exemplo: 89,47%=89% Obs. 2 - O levantamento dos serviços e as respectivas avaliações serão realizadas pelo Fiscal do Contrato designado pela Administração. Obs. 3 - Durante a execução dos serviços e após sua conclusão por parte da contratada, a fiscalização realizará vistoria aleatória nos postos de serviço contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, com endereço **[ENDEREÇO COMPLETO COM CEP]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, representada neste ato por **[NOME REPRESENTANTE]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, inscrito no CPF nº **[CPF]**, **DECLARAMOS** para fins de atendimento ao que consta do edital do modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024** da Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a prestar serviços de qualidade, sob as penas da Lei.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, com endereço **[ENDEREÇO COMPLETO COM CEP]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, representada neste ato por **[NOME REPRESENTANTE]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, inscrito no CPF nº **[CPF]**, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 20____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Eu, **[NOME REPRESENTANTE]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, inscrito no CPF nº **[CPF]**, como representante devidamente constituído da empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, com endereço **[ENDEREÇO COMPLETO COM CEP]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024** da Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, **DECLARO**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Concorrência Eletrônica nº 003/2024**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **Concorrência Eletrônica nº 003/2024** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Concorrência Eletrônica nº 003/2024**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Concorrência Eletrônica nº 003/2024** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Concorrência Eletrônica nº 003/2024** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Concorrência Eletrônica nº 003/2024** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Concorrência Eletrônica nº 003/2024** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO SOBRE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADOS

Eu, **[NOME REPRESENTANTE]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, inscrito no CPF nº **[CPF]**, como representante devidamente constituído da empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, com endereço **[ENDEREÇO COMPLETO COM CEP]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024** da Prefeitura Municipal de Belo Campo-Ba, **DECLARO**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 20____.

Razão Social:

CNPJ:

Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPOESTADO DA BAHIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

ANEXO XV

MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

PROJETO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - RECAPEAMENTO DE RUA EM CBUQ

**Localidade: Avenida Saturnino Vieira, S/N, Bairro Centro, Zona Urbana Do
Município De Belo Campo - Ba.**

MARÇO DE 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ESTADO DA BAHIA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome – Prefeitura Municipal de Belo Campo

Logradouro – Praça Napoleão Ferraz

Número – 02

Bairro/Distrito - Centro

CEP – 45.160-000

Município – Belo Campo

UF - BA

CNPJ –14.237.333/0001-43

Projeto – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - RECAPEAMENTO DE RUA EM CBUQ

Localidade: Avenida Saturnino Vieira, S/N, Bairro Centro, Zona Urbana Do Município De Belo Campo - Ba.

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Belo Campo - BA

PROJETO: Pavimentação Asfáltica - Recapeamento de Ruas em CBUQ

LOCALIDADE: Avenida Saturnino Vieira, Zona Urbana Do Município De Belo Campo- Ba.

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM SUPERFICIAL MEMORIAL DESCRITIVO

GENERALIDADES

O presente Memorial Descritivo destina-se a estabelecer as etapas necessárias, juntamente com sua descrição para os serviços de Pavimentação Asfáltica - Recapeamento de Ruas em CBUQ a ser executada no município de Belo Campo - BA. **A área de intervenção a ser asfaltada será de 11.384,06 m², conforme projeto.**

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

As especificações aqui prescritas visam fornecer subsídios capazes de garantir uma execução economicamente viável, dentro dos padrões técnicos adotados, devendo ser aplicada apenas em relação aos serviços previstos na planilha de quantitativos e custos, peça componente do Projeto Básico de Engenharia, quando da execução da obra. Os serviços de pavimentação e drenagem serão executados segundo as especificações técnicas fornecidas.

A presente especificação técnica tem por objetivo fixar as condições gerais e específicas que deverão ser obedecidas na elaboração das obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Superficial, determinando normas e processos que devem ser utilizados para execução dos serviços.

Para a execução dos serviços, o Construtor deverá disponibilizar toda a mão de obra, materiais e ferramentas indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos.

Além disso, a empresa executora deverá conter em seu quadro um responsável técnico, profissional habilitado acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA.

Todos os serviços serão fiscalizados pelo profissional habilitado da Prefeitura Municipal de Belo Campo.

1. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

01.001. ENCARREGADO DE OBRAS

Para o bom funcionamento e execução da obra, terá no quadro de trabalho o profissional encarregado geral de obras

01.002. ENGENHEIRO CIVIL

Para o bom planejamento da obra, terá no quadro de trabalho o profissional engenheiro civil.

2. SERVIÇOS PRELIMINARES

02.001. PLACA DA OBRA

A placa deve ter formato retangular em chapa aço galvanizado, na proporção de 2 m (largura) por 3 m (comprimento), totalizando 6,00 m². Conforme os padrões exigidos pela fiscalização.

02.002. BARRACÃO

Execução de almoxarifado em canteiro de obra em chapa de madeira compensada, incluso prateleiras.

3. SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO – EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO

Os serviços de Pavimentação Asfáltica - Recapeamento de Ruas em CBUQ a ser realizado no município de Belo Campo – BA será executado sobre os pavimentos existentes, sendo os pavimentos dos tipos: pedra graníticas (paralelepípedo) e pedra irregular, conforme as seguintes Etapas de Execução:

1. Limpeza da Rua
2. Execução de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)
 - 2.1 Pintura de Ligação
 - 2.2 Camada de Rolamento

03.001. LIMPEZA

Primeiramente será executada a limpeza em toda a extensão da via e deverá ser realizada através de Lavadora de alta pressão (lava-jato) para água fria, pressão de operação entre 1400 e 1900 lib/pol², vazão máxima entre 400 e 700 l/h. No local a ser limpo deverá ser sinalizado, proporcionando segurança no trânsito (veículos e pedestres).

03.002. CORREÇÃO DE IRREGULARIDADES

A Prefeitura Municipal de Belo Campo será responsável pelas correções de todas as deformações plásticas sobre o pavimento existente. Nos locais onde forem constatadas deformações como: afundamento, buracos e outras imperfeições, deverão ser regularizados com material agregado pedregulho, areia e pedras britada com a finalidade de corrigir as depressões longitudinais e transversais, o enchimento de espaços ao redor do paralelepípedo ou buracos e depressões da pista a ser pavimentada e, principalmente conformar a superfície de acordo com as declividades de projeto.

03.003. CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ)

Definição

Os pavimentos asfálticos são aqueles em que o revestimento é composto por uma mistura constituída basicamente de agregados e ligantes asfálticos, ambos aquecidos em temperaturas previamente escolhidas, em função da característica viscosidade-temperatura do ligante. O Concreto Betuminoso Usinado a Quente é a mistura asfáltica formada de agregados graúdo e miúdo e cimento asfáltico, aplicada a quente e que compõe a camada de revestimento asfáltico revestimento asfáltico (rolamento ou binder).

A composição do revestimento asfáltico constitui em uma mistura complexa de hidrocarbonetos (composto químico constituído unicamente por átomos de carbono e de hidrogênio) não voláteis de elevada massa molecular.

O revestimento é a camada que se destina a receber a carga dos veículos e ação climática, devendo ser impermeável e resistente aos esforços de contato pneu-pavimento em movimento, que são variados conforme a carga e a velocidade dos veículos.

A mistura de agregados e ligantes deverá ser realizada em usina estacionária e transportada posteriormente por caminhão para a pista, onde será lançada por equipamento apropriado, denominado vibroacabadora. Em áreas menores deverá ser aplicado com moto-niveladora ou manualmente. O equipamento para a compactação deve constituir-se por rolos pneumáticos com regulagem e pressão e rolo metálico liso, tipo tandem. Em seguida deverá ser compactada, até atingir um grau de compressão tal que resulte num arranjo estrutural estável e resistente.

Método Executivo

Após a limpeza do pavimento existente para remoção de materiais que possam prejudicar a adesão da mistura asfáltica à base será executada a mistura asfáltica, a qual será transportada da usina até o local despejada no silo da vibroacabadora. A vibroacabadora deverá ser ajustada para executar o revestimento asfáltico com a espessura e largura prevista em projeto em anexo para percorrer o trecho da faixa a ser asfaltada despejando e pré-compactando a mistura aquecida. Durante a passagem do equipamento, um operador de mesa verifica a espessura da camada. Os rasteleiros acompanham a vibroacabadora e corrigem falhas e defeitos deixados pela

vibroacabadora. Na sequência, passa-se o rolo compactador de pneus, na faixa recém-pavimentada, na quantidade de fechas prevista em projetos. Deve ser possível ajustar a pressão dos pneus, iniciando a passagem com pequenas pressões e, assim que a mistura asfáltica for esfriando, aumentam-se as pressões. Atrás do rolo de pneus, inicia-se a rolagem com o rolo liso tipo tandem, com o número de fechas previsto em projeto e dando o acabamento final ao revestimento asfáltico.

03.003.01 *Pintura de Ligação*

A pintura de ligação consistirá na distribuição de uma película, de material betuminoso diretamente sobre a superfície do calçamento existente, previamente limpo, ou seja, deverá estar seca, isenta de contaminantes como poeiras e óleos, como explicado anteriormente.

Após a limpeza da rua será executada a pintura asfáltica de ligação, transportada através de caminhão tanque para transporte de material asfáltico de 30.000 L, diretamente da refinaria, coordenadas geográficas: 12°42'17.0"S 38°33'58.2"W.

Para a execução da pintura da ligação, será empregada emulsão asfáltica do tipo RR-1C. Os serviços de pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-1C deverá ser dissolvida na proporção de 50% de água limpa x 50% RR-1C. A distribuição do ligante deverá ser feita por veículo apropriado ao tipo caminhão espargidor, equipado com bomba reguladora da pressão e sistema completo de aquecimento, com vassoura mecânica CMV: VM 7 rebocável ou equivalente; as barras de distribuição devem permitir ajustes verticais e larguras variáveis de espalhamento devendo também estar aferido este equipamento. A mistura não deve ser distribuída quando a temperatura ambiente for inferior a 10° C ou em dias de chuva.

O controle da quantidade de emulsão espargida na pista será feito através da colocação de uma bandeja na pista, com peso e área conhecidas da mesma, sendo que após a passagem do carro distribuidor, através de uma simples pesagem obtém-se a quantidade de ligante usado. O serviço será aceito, uma vez que seja atendida a taxa de aplicação mínima de 1,0 litro/m² de ligante.

03.003.02 *Camada de Rolamento*

Para execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, primeiro será transportado o material asfáltico através de caminhão tanque para transporte de material asfáltico de 30.000 L, diretamente da refinaria, coordenadas geográficas: 12°42'17.0"S 38°33'58.2"W, e posteriormente, será transportada o concreto betuminoso (massa asfáltica) usinado a quente, através de caminhão basculante de 14 m³ da usina mais próxima, localizada em Vitória da Conquista, coordenadas geográficas: 14°51'25.5"S 40°50'29.3"W.

A descarga na pista do material C.B.U.Q. A mesma será efetuada de forma a minimizar a distribuição da mistura, que será executada por vibroacabadora. O espalhamento da mistura em conjunto com a vibroacabadora deverá atuar o rolo pneumático autopropulsionado de pressão variável, cujos pneumáticos terão suas respectivas pressões internas aumentadas gradativamente, com o suceder das passadas. Como unidade de acabamento de compactação, será utilizado o rolo metálico tipo Tandem.

03.003.03 *Critérios de Controle*

Os critérios de controle de execução de pavimento asfáltico geralmente incluem: compactação adequada do asfalto, espessura correta da camada asfáltica, temperatura adequada do material durante o processo de aplicação, uniformidade da mistura asfáltica, aderência entre as camadas do pavimento, e ausência de defeitos como trincas, ondulações ou áreas afundadas. Estes critérios visam garantir a durabilidade, segurança e qualidade do pavimento.

Os critérios de controle para melhor qualidade de execução serão exercidos através de coletas de amostras, ensaios e determinações solicitadas pela fiscalização da obra. A temperatura de compressão na Pista deverá ser efetuada medidas de temperatura durante o espalhamento da massa, imediatamente antes de iniciada a compressão. Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C. O número de determinações das temperaturas de compressão será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pela Contratada. Além da temperatura de compressão, há também o controle do grau de compressão da

mistura betuminosa, por meio da medição da densidade de amostra da mistura espalhada e comprimida na pista (brocas rotativas).

04. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

04.001. Limpeza Final da Obra

Definição

Trata-se da limpeza final da obra, após a conclusão de todos os serviços.

Método Executivo

Após a conclusão de todos os serviços, a empresa responsável pela execução da obra deverá proceder uma limpeza final rigorosa, além da retirada de todos os entulhos, sobras de materiais e produtos, equipamentos e quaisquer objetos que não façam parte do conjunto final da via.

Conclusão da Obra

A obra será liberada ao tráfego logo após a conclusão da Limpeza Final.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO
CAMPO**
ESTADO DA BAHIA

PROJETO DE SINALIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

A Prefeitura Municipal de Belo Campo no Estado da Bahia conhece a importância da sinalização viária para garantir segurança tanto para os meios de transportes quanto para os pedestres.

A organização de uma cidade através do controle efetivo do tráfego urbano previne acidentes físicos e acidentes psíquicos, pois os usuários das vias passam a adotar comportamentos adequados, aumentando a segurança, ordenando o fluxo de veículos e orientando os usuários das vias.

Diante dessa necessidade de adequar a sinalização das ruas do município baseado no Código de Trânsito Brasileiro, a Prefeitura desenvolveu o projeto de sinalização vertical e horizontal para a Avenida Saturnino Vieira, Zona Urbana Do Município De Belo Campo - Ba.

A sinalização vertical consiste em sinais aplicados sobre placas fixadas na posição vertical para transmitir mensagens de caráter permanente através de símbolos e legendas e as horizontais consiste na demarcação no próprio asfalto, conforme estabelecido pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA- SINALIZAÇÃO VERTICAL

A presente especificação técnica destina-se a estabelecer as etapas necessárias, juntamente com sua descrição para os serviços de Sinalização Vertical para compor o Pavimentação Asfáltica – Recapeamento de Rua a ser executada no Município de Belo Campo – BA.

1.1 PLACAS DE SINALIZAÇÃO

1.1.1 PLACAS EM CHAPA DE AÇO

As placas de sinalização deverão ser confeccionadas em chapa de aço planas, com espessura de 1,25 mm, bitola #18, ou espessura de 1,50 mm, bitola #16. As placas de sinalização devem ser fixadas nos suportes na posição adequada, mantendo-a sempre limpa e legível para não prejudicar a visibilidade da placa.

As chapas de aço depois de cortadas nas dimensões finais e furadas, devem ter as suas bordas lixadas antes do processo de tratamento composto por: retirada de graxa, decapagem, em ambas as faces; aplicação no verso de demão de wash primer, a base de cromato de zinco com solvente especial para a galvanização de secagem em estufa.

O acabamento final do verso pode ser feito: com uma demão de primer sintético e duas demãos de esmalte sintético, à base de resina alquídica ou poliéster na cor preto fosco, com secagem em estufa à temperatura de 140 °C, ou; com tinta a pó, à base de resina poliéster por deposição eletrostática, com polimerização em estufa a 220 °C e com espessura de película de 50 micra. No verso da placa deve constar o nome do fabricante da placa, a denominação do órgão gestor e a data da fabricação com mês e ano.

As placas receberão pintura em tinta esmalte sintética nas cores conforme estabelecido pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

1.1.2 SUPORTE EM CHAPA DE AÇO

Os suportes para as placas de sinalização deverão ser dimensionados e fixados na posição apropriada para suportar o peso da placa e a ação do vento.

Para a fixação do suporte junto à placa deverá utilizar fixadores adequados de modo a impedir a soltura ou deslocamento da mesma.

Os suportes para as placas serão em tubo metálico, seção circular, e deverão ser implantados em solo por processo de percussão, ou através de escavação, reaterro apiloado e concreto.

Antes da fixação do suporte todos os componentes metálicos deverão ser zincados para ser imune de corrosão, de acordo a NBR 6323.

As cores dos suportes devem ser nas tonalidades neutras para não interferir na interpretação do significado do sinal.

1.1.3 CORES E FORMA

A forma padrão do sinal de regularização é circular e as cores são brancas e vermelhas, conforme descrição abaixo:

1.1.3.1 As placas devem ter: fundo branco, tarja vermelha, orla vermelha, símbolo preto e letras pretas. Dimensões mínimas: Diâmetro de 0,40 m, tarja com 0,040 m e orla com 0,040 m.

Dimensões no projeto: redonda = PixR2 : 3,1445 x 0,25 x 0,25



Obrigação



Proibi o

Exceção: As placas “Parada Obrigatória” e “Dê preferência” são diferenciadas devendo ser da seguinte forma:

Dimensões no projeto: octogonal = 4,82843 x L2 : 4,82843 x 0,25 x 0,25



Forma: Octogonal

Cores: Fundo vermelho, letras brancas, orla interna branca e orla externa vermelha. Dimensões: Lado com 0,25m, orla interna branca com 0,020m e orla externa vermelha com 0,010m



Forma: Triangular

Cores: Fundo vermelho e letras brancas. Dimensões: Lado com 0,75m e orla com 0,10m.

1.1.4 TIPO DE PLACAS UTILIZADAS NO PROJETO

1.1.4.1 Placas esmaltadas para sinalização de ruas.

1.1.4.2 Placas de sinalização em chapa galvanizada com suporte e travessa para a placa de sinalização em chapa galvanizada.

1.1.4.2.1 Nesta pavimentação foram utilizadas placas de regulamentação, elas indicam as obrigações, proibições e limitações que determinam o uso das vias. Sua violação constitui infração do Código de Trânsito Brasileiro. Elas são circulares, têm o fundo branco, borda em vermelho, com ou sem uma tarja

vermelha, exceto a placa de "Parada Obrigatória", que é octogonal e possui fundo vermelho e placa de "Dê a Preferência", que é triangular.



Parada Obrigatória



Velocidade Máxima Permitida

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA- SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

A presente especificação técnica destina-se a estabelecer as etapas necessárias, juntamente com sua descrição para os serviços de Sinalização Horizontal para compor o Projeto de Pavimentação Asfáltica – Recapeamento de Rua a ser executada no município de Belo Campo - BA.

A concepção do projeto de sinalização viária foi executada de modo que oriente aos usuários das vias a adotar comportamentos adequados e ordenar os fluxos de tráfego, aumentando a segurança. Sua elaboração teve como princípio básico as condições de percepção dos usuários da via, garantindo a real eficácia dos sinais.

A sinalização horizontal consiste na execução de linhas longitudinais que tem a função de definir os limites da pista de rolamento, orientar a trajetória dos veículos, ordenando-os por faixas de tráfego, e ainda regulamentar as possíveis manobras laterais, tanto para mudança de faixa, como para utilização temporária de uma faixa com sentido oposto de tráfego, nas manobras de ultrapassagem.

No eixo, deverá ser executada uma sinalização horizontal com Linha Simples Seccionada (LMS-2), e linha Seccionada (LFO-2) na cor branca e amarela, respectivamente, com 10 cm de largura (conforme Manual de Sinalização Rodoviária

DNER) e também linha de Bordo (LBO) na cor branca com 10 cm de largura (conforme Manual de Sinalização Rodoviária DNER).

A sinalização horizontal deverá ser executada por meio mecanizado, e por pessoal habilitado.

| | | | |
|---|---|------------------|---|
| <p align="center">ACOMPANHAMENTO DE INÍCIO DE OBRAS</p> | | | |
|  | <p>Obra: Recapeamento de Ruas no município de Belo Campo – BA Local: Belo Campo / BA Convenio nº 953011/2023 celebrado entre o Governo Federal, através do Ministério das cidades e a Prefeitura Municipal de Belo Campo.</p> | |  |
| | Data: 21/11/2022 | Recurso: Federal | Folhas: 09 |
| <p>RELATÓRIO FOTOGRÁFICO</p> | | | |



Foto 01: TRECHO 01 – Início



Foto 02: TRECHO 01 – Início

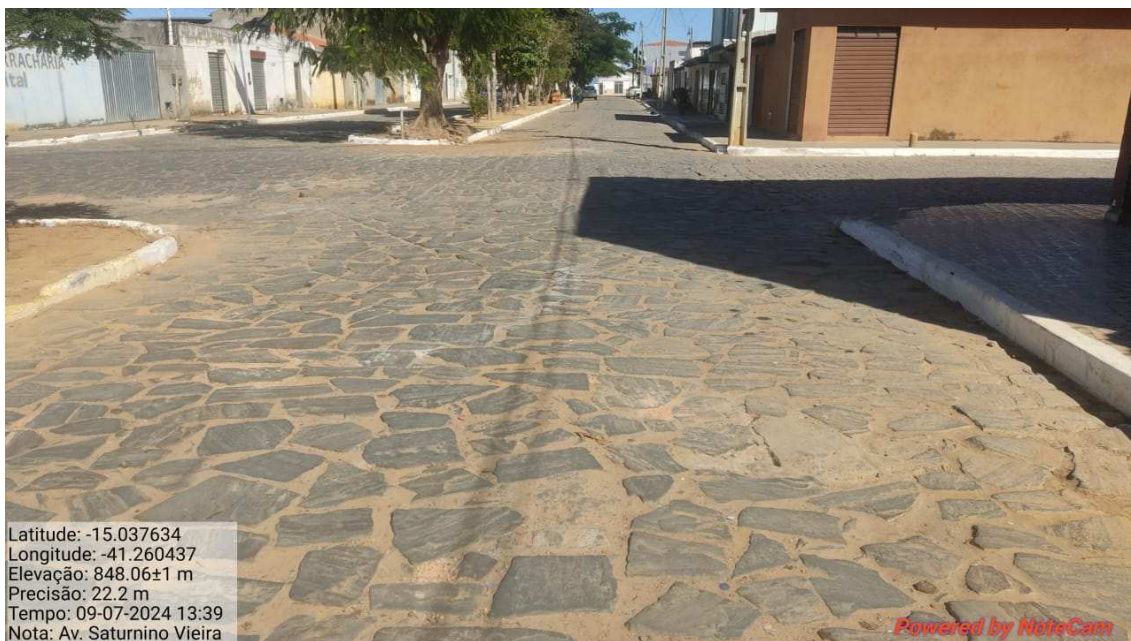


Foto 03: TRECHO 01 – Início



Foto 04: TRECHO 01 – Meio



Foto 05: TRECHO 01 – Meio



Foto 06: TRECHO 01 – Fim



Foto 07: TRECHO 01 – Fim

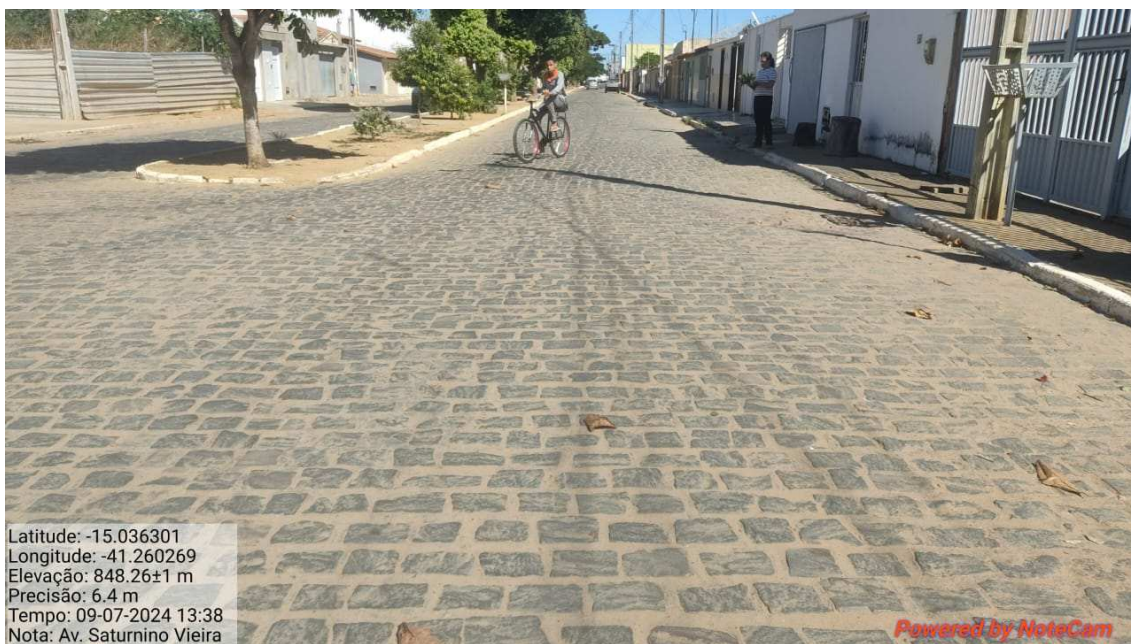


Foto 08: TRECHO 02 – Início



Foto 09: TRECHO 02 – Início



Foto 10: TRECHO 02 – Início



Foto 11: TRECHO 02 – Início

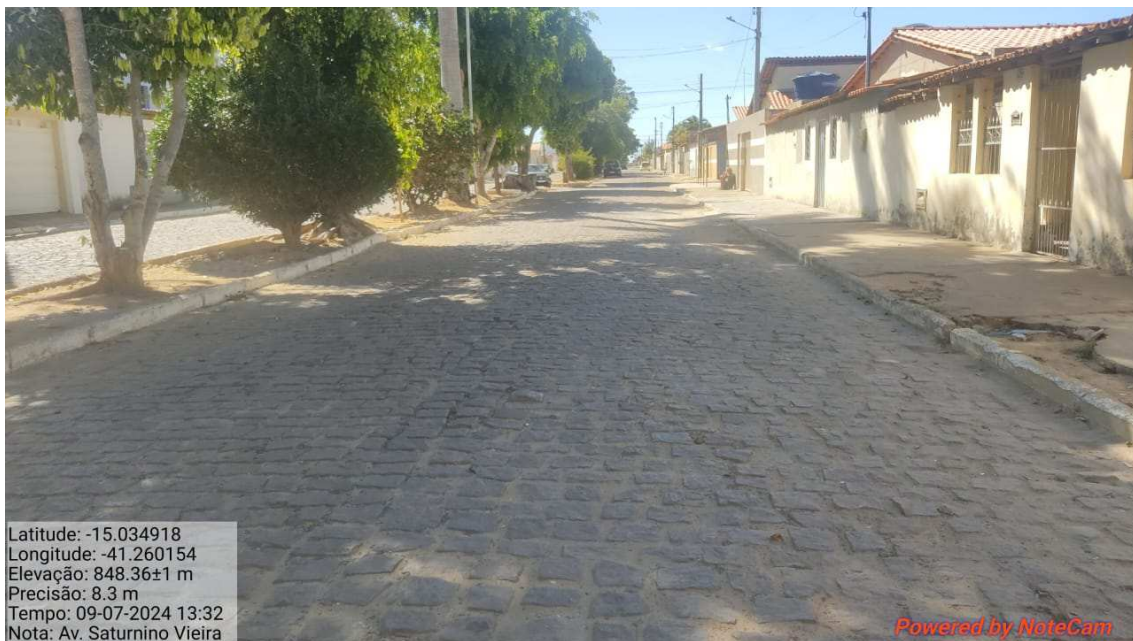


Foto 12: TRECHO 02 – Meio



Foto 13: TRECHO 02 – Meio



Foto 14: TRECHO 02 – Fim



Foto 15: TRECHO 02 – Fim

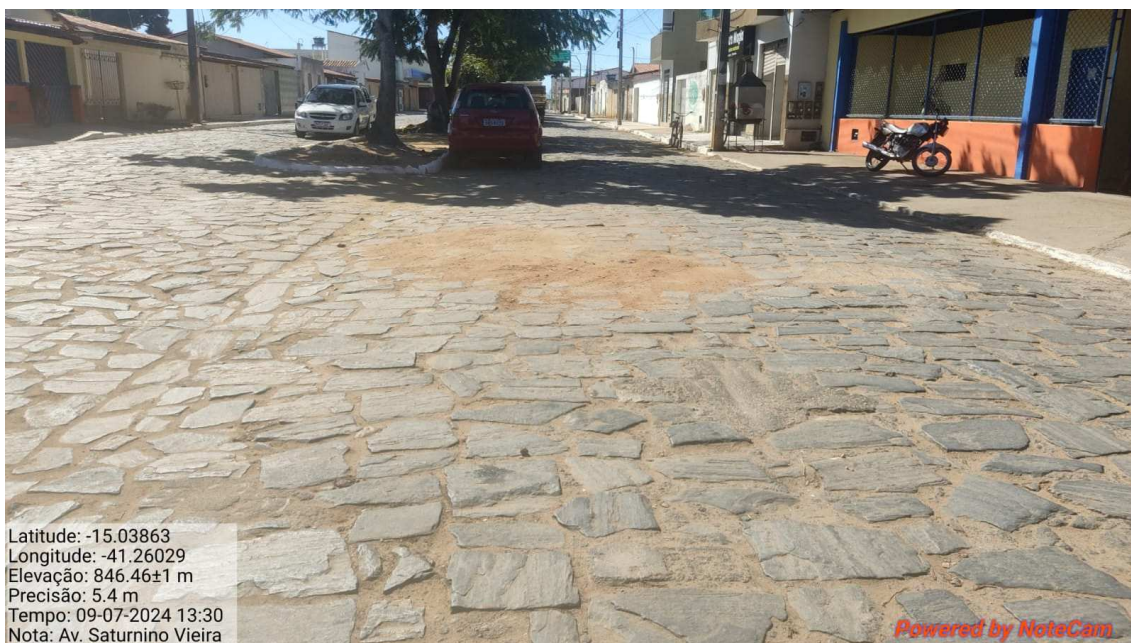
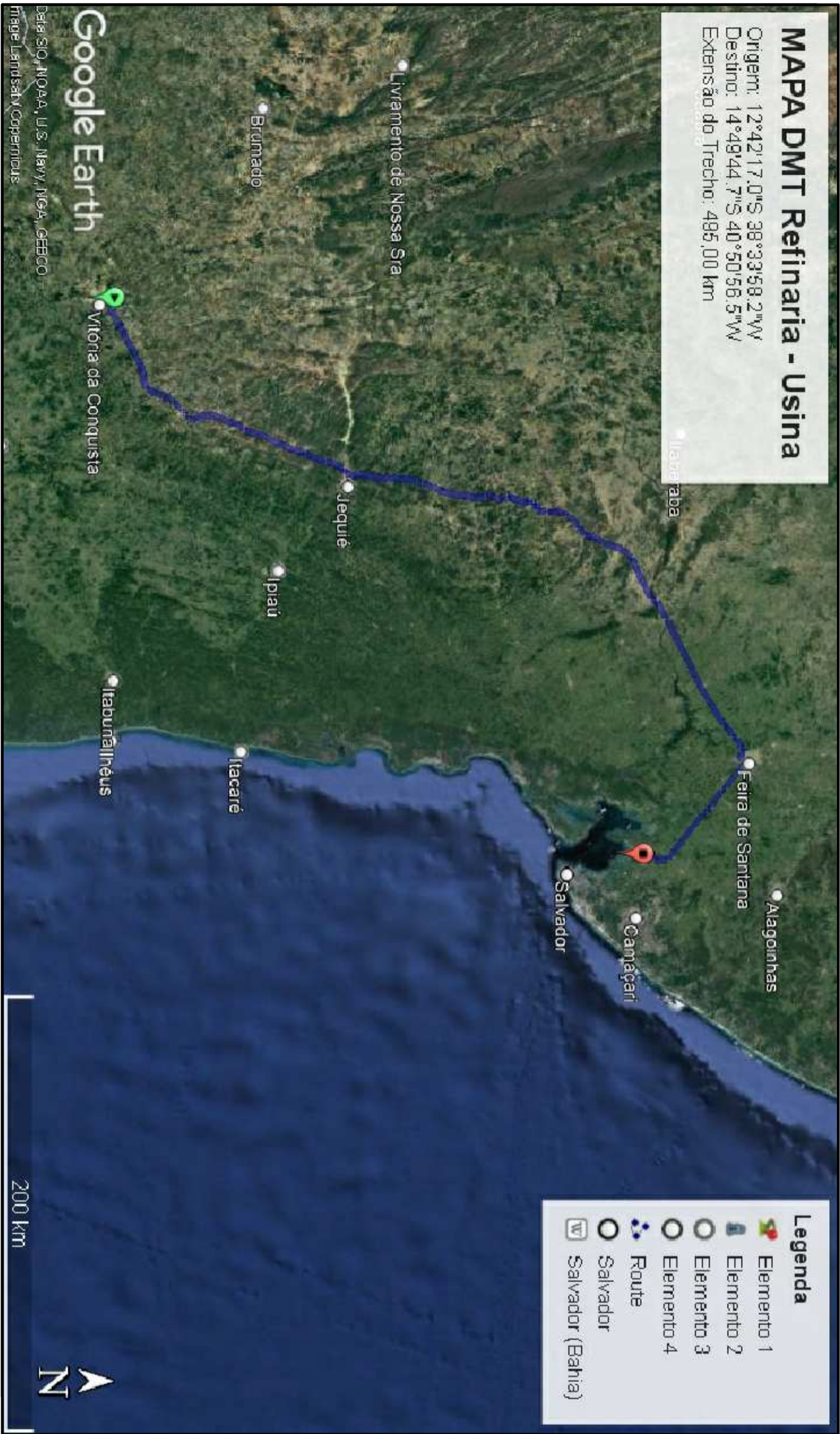


Foto 16: TRECHO 02 – Fim



Foto 17: TRECHO 02 – Fim

RÔMULO SOARES PENA
Responsável Técnico



MAPA DE EXTENSÃO DO TRECHO (REFINARIA–USINA)

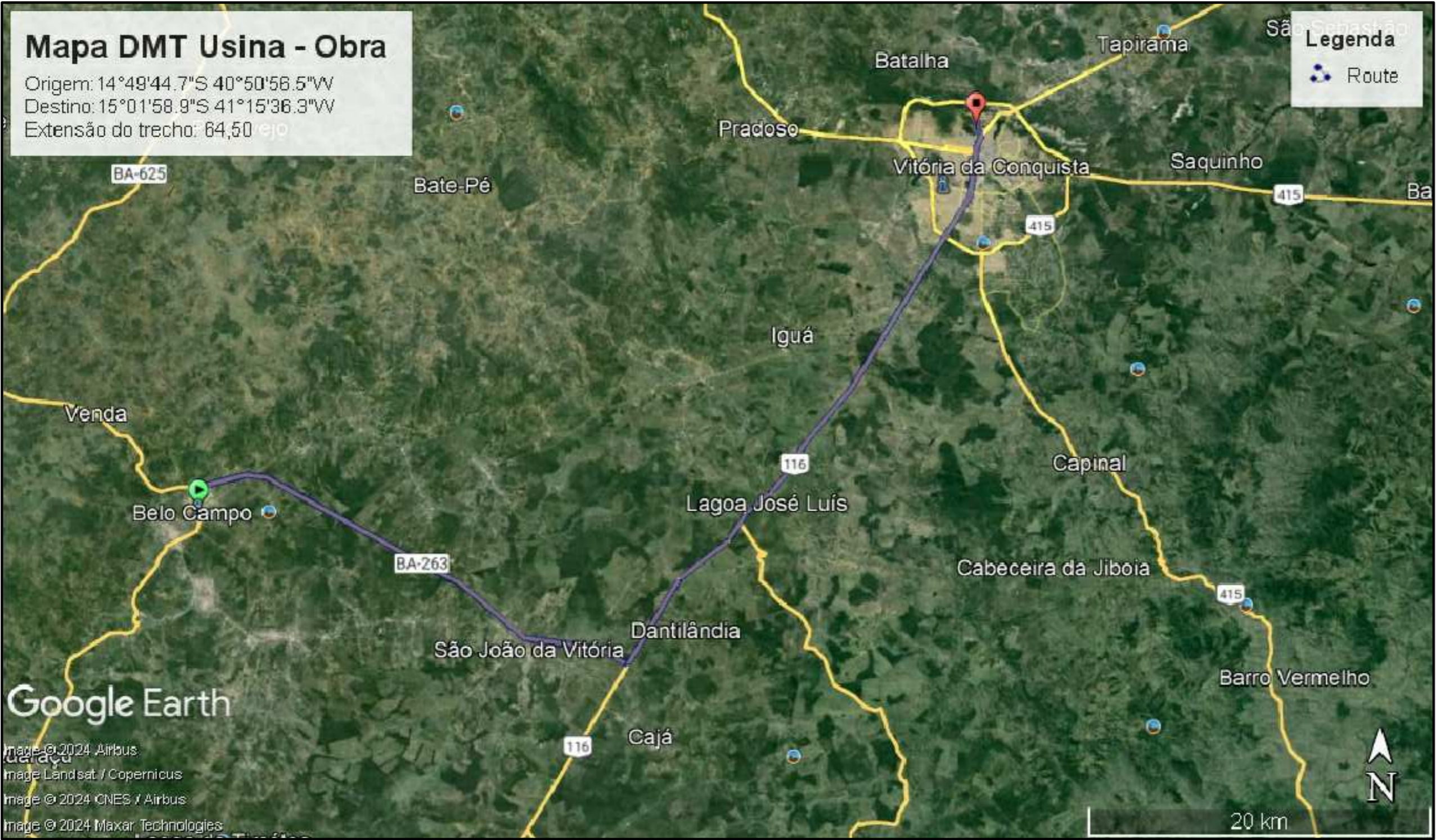
IMAGEM: GOOGLE Earth (2024)

| |
|--|
| Coordenadas Geográficas |
| – USINA DE ASFALTO MAIS PRÓXIMA 14°49'44.7"S 40°50'56.5"W |
| – REFINARIA MAIS PRÓXIMA 12°42'17.0"S 38°33'58.2"W |
| EXTENSÃO DO TRECHO 495,00 KM |

1Planta de Localização – DMT

ESCALA 1:1200

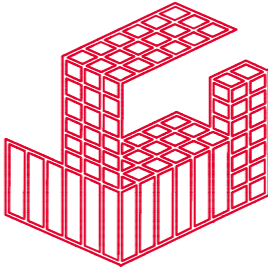
| | | |
|---|--|------------------------------------|
| <div><div><div><div><div>CIV</div><div>PROJETOS</div></div></div><div><div>* Gestão em projeto de obras públicas.</div><div>* Orçamento de obras e projetos.</div><div>* Projeto e execução de edificações.</div><div>* Regularização de obras/imóveis.</div><div>* Viabilidade/Compatibilização/Assessoria Técnica</div><div>* Gerenciamento de obras e projetos.</div><div>* Laudos técnicos.</div></div></div><div>Contato: civprojetos@gmail.com Fone: 71982391017 (whatsapp)</div></div> | | RESPONSÁVEL TÉCNICO ASSINATURA: |
| <div><div><div><div>PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO</div><div>Praça Napoleão Ferraz - n° 02 - Centro</div><div>Bele Campo - Bahia</div></div><div></div></div></div> | | |
| LOCALIZAÇÃO: AV. SATURNINO VIEIRA, S/N CENTRO, BELO CAMPO –BAHIA – BRASIL | DATA: JAN/2024 | |
| PROJETO: PROJETO DE RECAPEAMENTO ASFALTICO EM PARALELO | ESCALA: 1/750 | |
| REFERÊNCIA: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO - DMT | FOLHA: 01/01 | |
| RESPONSÁVEL TÉCNICO: ROMULO SOARES PENA CREA–BA 89426 | <div><div>ROMULO</div><div>Rômulo Pena</div><div>(71)982391017</div></div> | |



MAPA DE EXTENSÃO DO TRECHO (USINA–PAVIMETAÇÃO)
IMAGEM: GOOGLE Earth (2024)

| |
|--|
| Coordenadas Geográficas |
| – AVENIDA SATURNINO VIEIRA 15°01'58.9"S 41°15'36.3"W |
| – USINA DE ASFALTO MAIS PRÓXIMA 14°49'44.7"S 40°50'56.5"W |
| EXTENSÃO DO TRECHO 64,50 KM |

1 Planta de Localização – DMT
ESCALA 1:1200



CIV


PROJETOS


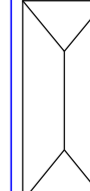

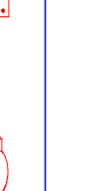

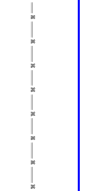



- * Gestão em projeto de obras públicas.
- * Orçamento de obras e projetos.
- * Projeto e execução de edificações.
- * Regularização de obras/imóveis.
- * Viabilidade/Compatibilização/Assessoria Técnica
- * Gerenciamento de obras e projetos.
- * Laudos técnicos.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

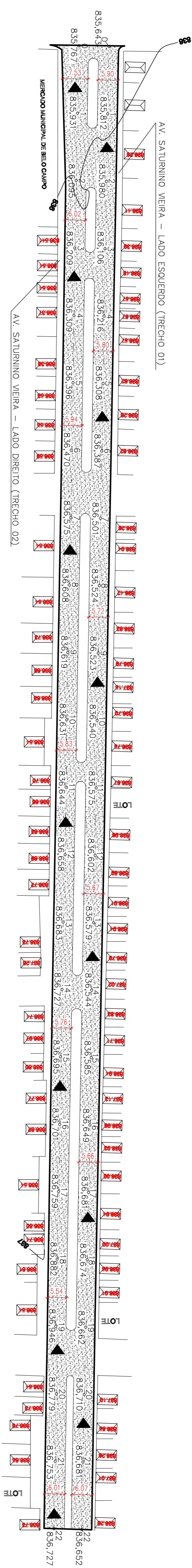
ASSINATURA:

Contato: civprojetos@gmail.com Fone: 71982591017 (whatsapp)

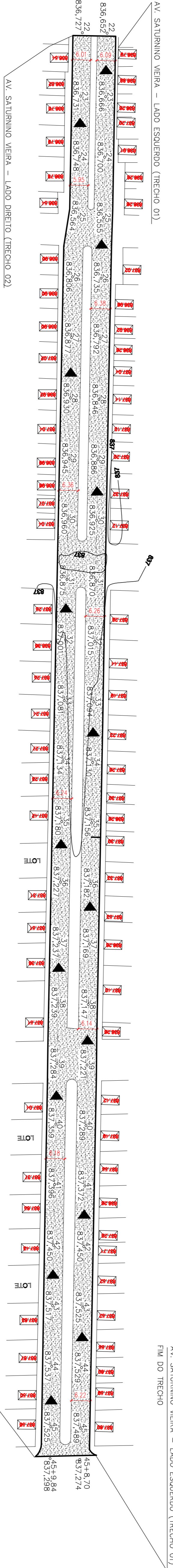
| | | | |
|--|--|--|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO Praça Napoleão Ferraz - nº 02 - Centro Belo Campo - Bahia | | |  |
| LOCALIZAÇÃO: AV. SATURNINO VIEIRA, S/N CENTRO, BELO CAMPO –BAHIA – BRASIL | | DATA: | JAN/2024 |
| PROJETO: PROJETO DE RECAPEAMENTO ASFALTICO EM PARALELO | | ESCALA: | 1/750 |
| REFERÊNCIA: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO - DMT | | FOLHA: | 02/06 |
| RESPONSÁVEL TÉCNICO: RÔMULO SOARES PENA CREA-BA 89426 | | PROJETO: Rômulo Pena (71)982591017 | |

| LEGENDA | |
|---|---|
|  | ASFALTO SOBRE PARALELEPÉDO E/OU PAV. FRISADO VIAS |
|  | CASAS / EDIFICAÇÕES |
|  | MURO |
|  | MEIO-FIO |
|  | POSTE |
|  | CURVAS DE NÍVEL |
|  | CERCA |
|  | ARVORE |
|  | SENTIDO DO ESCOAMENTO DA ÁGUA |

NOTA:
01 – Pavimento de concreto betuminoso usado a quente e=04 cm;
02 – Drenagem superficial em CBUQ;
03 – Perfil longitudinal do eixo com estacionamento indicado em planta;
04 – Sorbeto de CBUQ, 30 cm base x 10 cm altura;



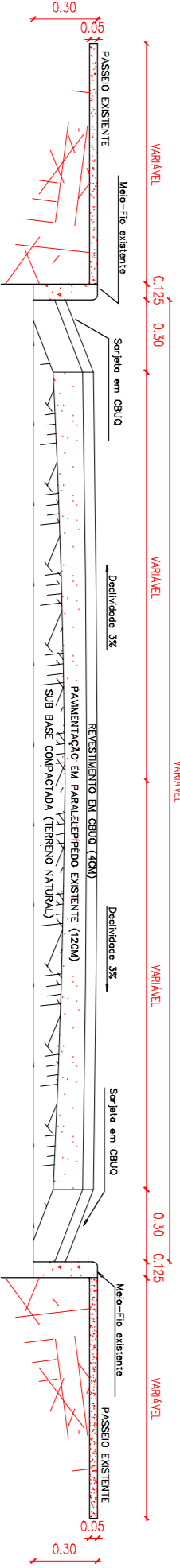
1 Planta de Pavimentação e Drenagem
ESCALA 1:750



2 Planta de Pavimentação e Drenagem
ESCALA 1:750

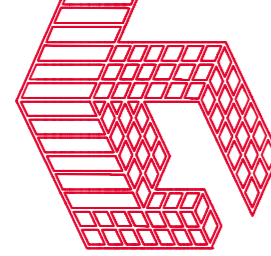
| Quadro de resumo: | | | |
|--|----------|----------|-------------|
| VIAS | Comp | Largeza | Pavimento |
| AVENIDA SATURNINO VIEIRA TRECHO 01 (LADO ESQUERDO) | 908,70m | 6,26m | 5.688,46m² |
| AVENIDA SATURNINO VIEIRA TRECHO 02 (LADO DIREITO) | 909,84m | 6,26m | 5.695,60m² |
| TOTAL | 1818,54m | VARIAVEL | 11.384,06m² |

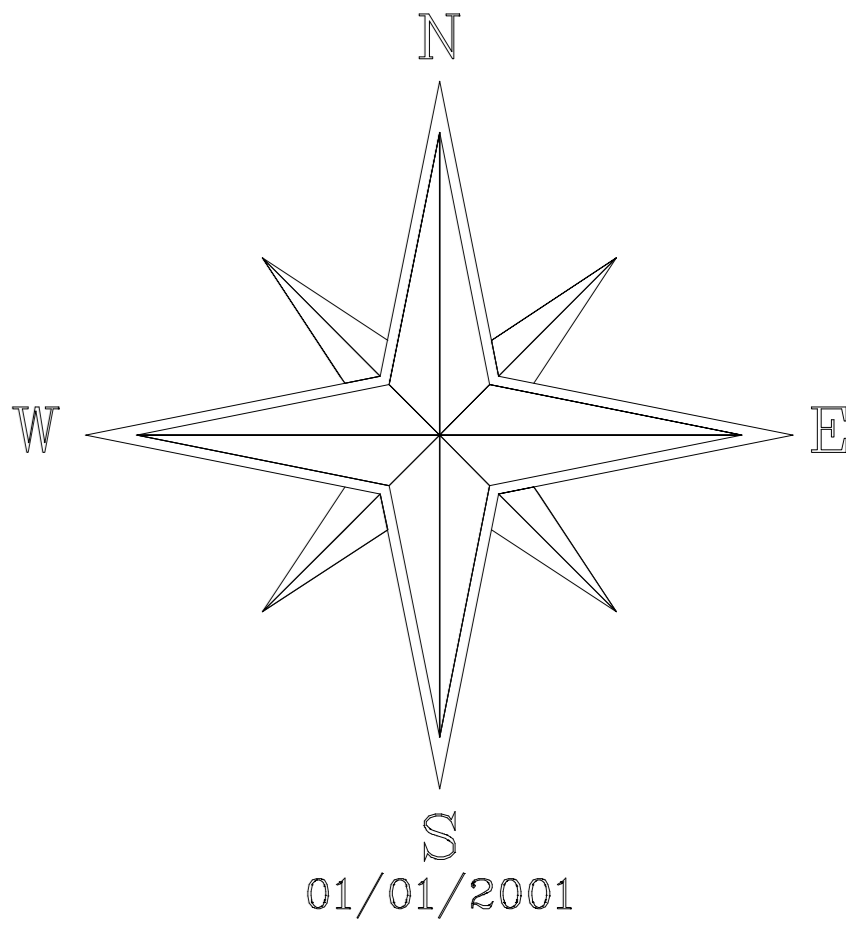
OBS: Ver detalhamento dos quantitativos no memorial de cálculo



3 Corte Transversal da Rua
ESCALA (S&A ESCALA)

| | | | |
|---------------------|---|---------|----------|
| LOCALIZAÇÃO | AV. SATURNINO VIEIRA, S/N | DATA | JAN/2024 |
| PROJETO | CENTRO, BELO CAMPO – BAHIA – BRASIL | ESCALA | 1/750 |
| REFERENCIA | PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E DETALHES | FOLHA | 05/06 |
| RESPONSÁVEL TÉCNICO | ROMULO SOARES PENA | CREA-BA | 89426 |

| | | | |
|---|---|---------------------|--------------------|
|  | <ul style="list-style-type: none">* Gestão em projeto de obras públicas,* Orçamento de obras e projetos,* Projeto e execução de edificações,* Regularização de obras/terrenos,* Viabilidade/Computatização/Assessoria técnica* Gerenciamento de obras e projetos,* Laudos técnicos. | RESPONSÁVEL TÉCNICO | ROMULO SOARES PENA |
|---|---|---------------------|--------------------|



01/01/2001

Sistema de Coordenadas
Coordenadas Planas Sistema U.T.M.

Origem das coordenadas:
Elipsóide: S.A.D. 69
N Equador acrescido de 10.000.000 m
E MC 51°00' acrescido de 500.000 m

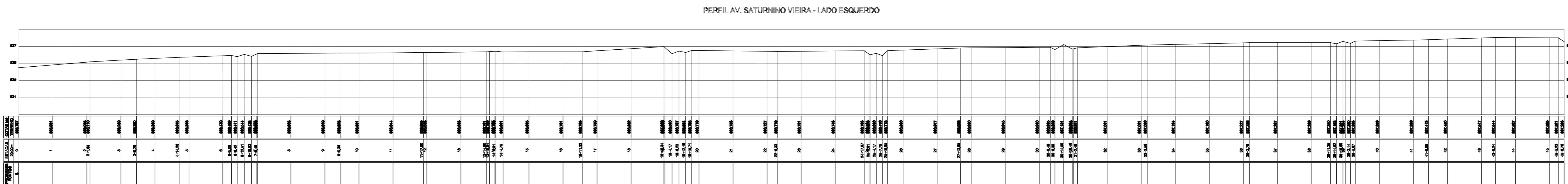
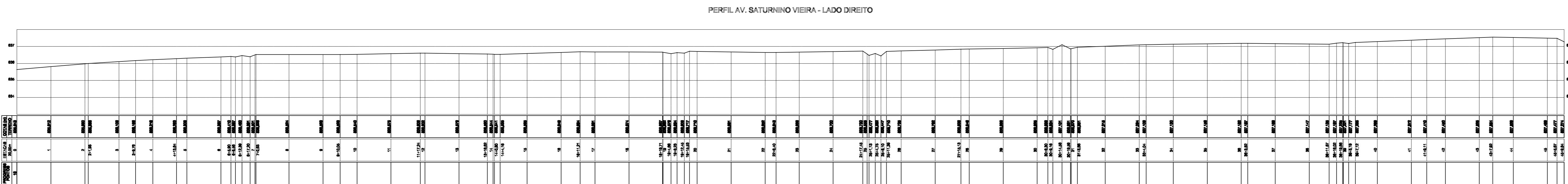
Coordenadas Geodésicas do ponto:
Latitude $\phi = 00^{\circ}00'00,000000''$ S
Longitude $\lambda = 00^{\circ}00'00,000000''$ W
Coeficiente de Escala: K = 0,000000000000



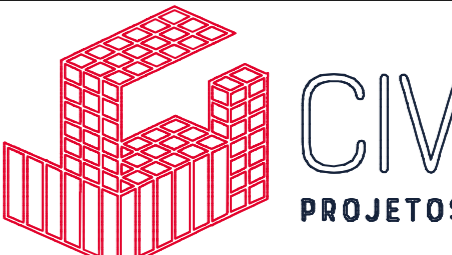
LEGENDA

| | |
|--|---------------------|
| | CASAS / EDIFICAÇÕES |
| | MURO |
| | MEIO-FIO |
| | POSTE |
| | CURVAS DE NÍVEL |
| | CERCA |
| | ARVORE |

Situação:



1 Perfil Longitudinal
ESCALA 1:1200

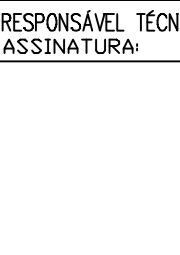


CIV
PROJETOS


Contato: civprojetos@gmail.com Fone: 7198259107 (whatsapp)

- * Gestão em projeto de obras públicas.
- * Orçamento de obras e projetos.
- * Projeto e execução de edificações.
- * Regularização de obras/imóveis.
- * Validade/Consultoria/Assessoria Técnica
- * Gerenciamento de obras e projetos.
- * Laudos técnicos.

RESPONSÁVEL TÉCNICO
ASSINATURA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO
Para Registre Para - nº 02 - Centro
Bele Campo - Bahia



LOCALIZAÇÃO: AV. SATURNINO VIEIRA, S/N
CENTRO, BELO CAMPO - BAHIA - BRASIL

PROJETO: PROJETO DE RECAPEAMENTO ASFALTICO EM PARALELO

REFERENCIA: PERFIL LONGITUDINAL

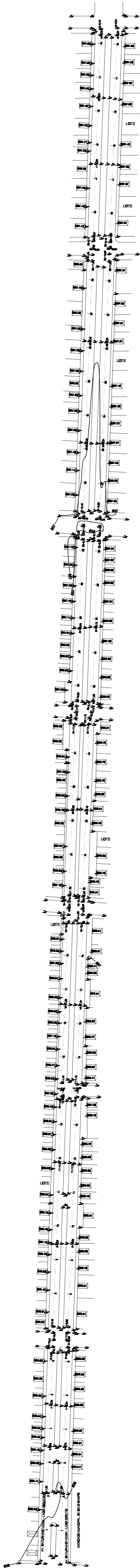
RESPONSÁVEL TÉCNICO: RÔMULO SOARES PENA CREA-BA 89426

DATA: JAN/2024

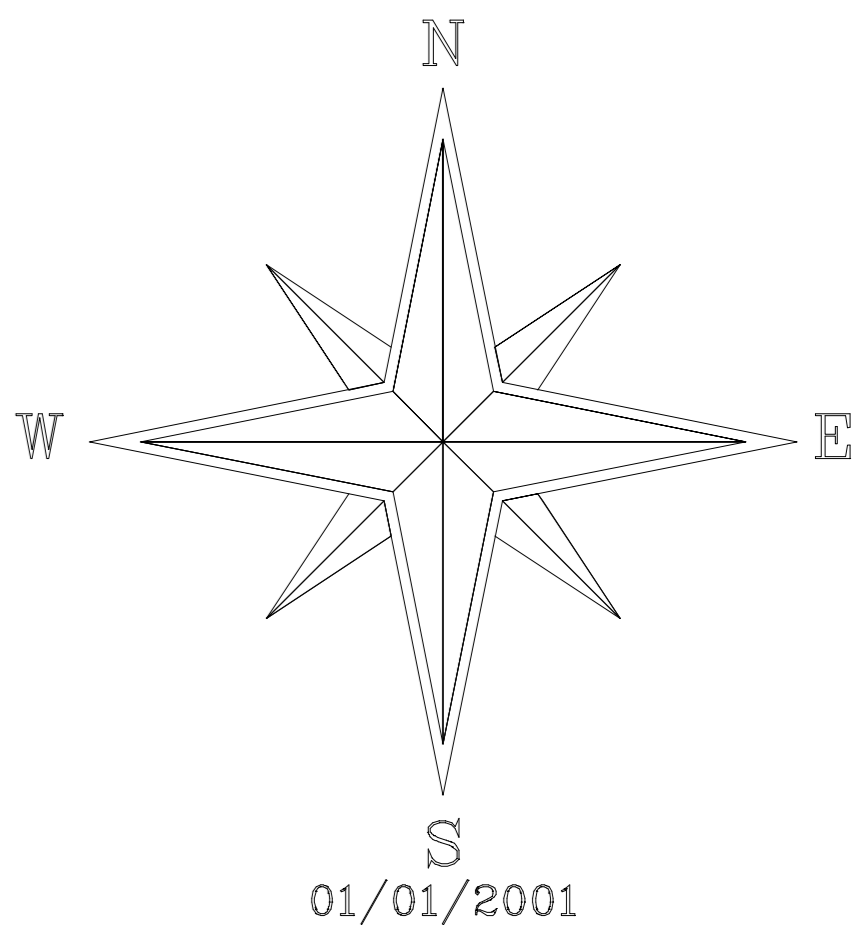
ESCALA: 1/1200

FOLHA: 04/06

REVIS: Rômulo Pena 71198259107



1 Levantameto Planialtimétrico
ESCALA 1:1200



LEGENDA

| | |
|--|---------------------|
| | CASAS / EDIFICAÇÕES |
| | MURO |
| | MEIO-FIO |
| | POSTE |
| | CURVAS DE NÍVEL |
| | CERCA |
| | ARVORE |

Situação:

- Gestão em projeto de obras públicas.
- Orçamento de obras e projetos.
- Projeto e execução de edificações.
- Regularização de obras/móveis.
- Validação/Consultoria/Assessoria Técnica
- Gestão de obras e projetos.
- Laudos técnicos.

RESPONSÁVEL TÉCNICO ASSINATURA:

Contato: civprojetos@gmail.com Fone: 71982591017 (whatsapp)

PREFETURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

Para Reparo Ferras - n° 02 - Centro

Bele Campo - Bahia

LOCALIZAÇÃO: AV. SATURNINO VIEIRA, S/N
CENTRO, BELO CAMPO –BAHIA – BRASIL

DATA: JAN/2024

PROJETO: PROJETO DE RECAPEAMENTO ASFALTICO EM PARALELO

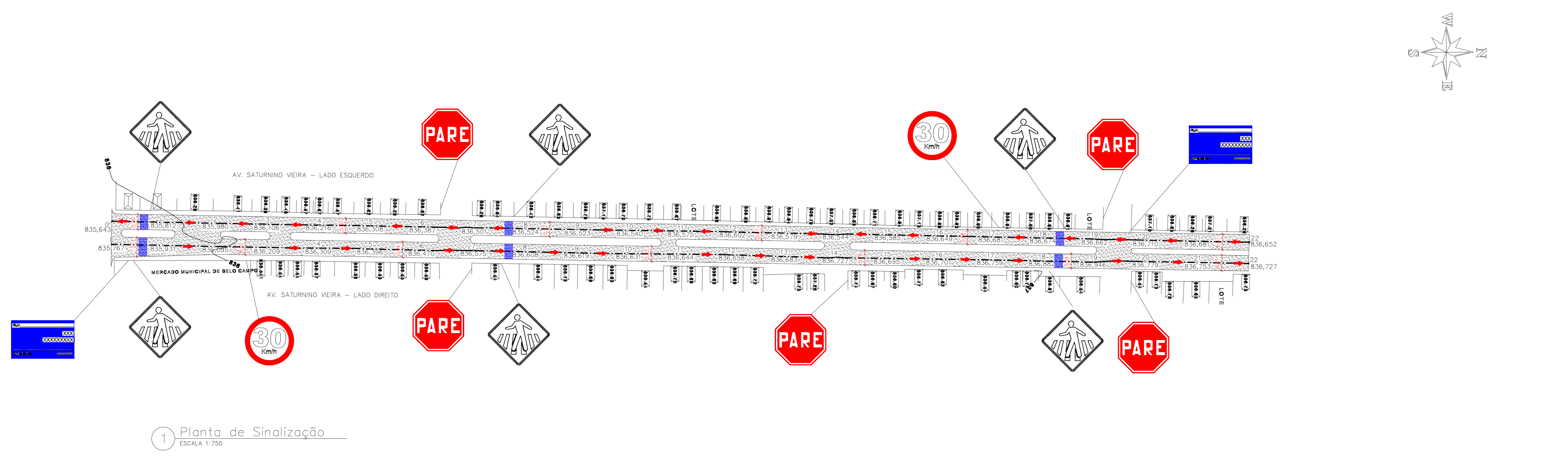
ESCALA: 1/1200

REFERENCIA: LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO

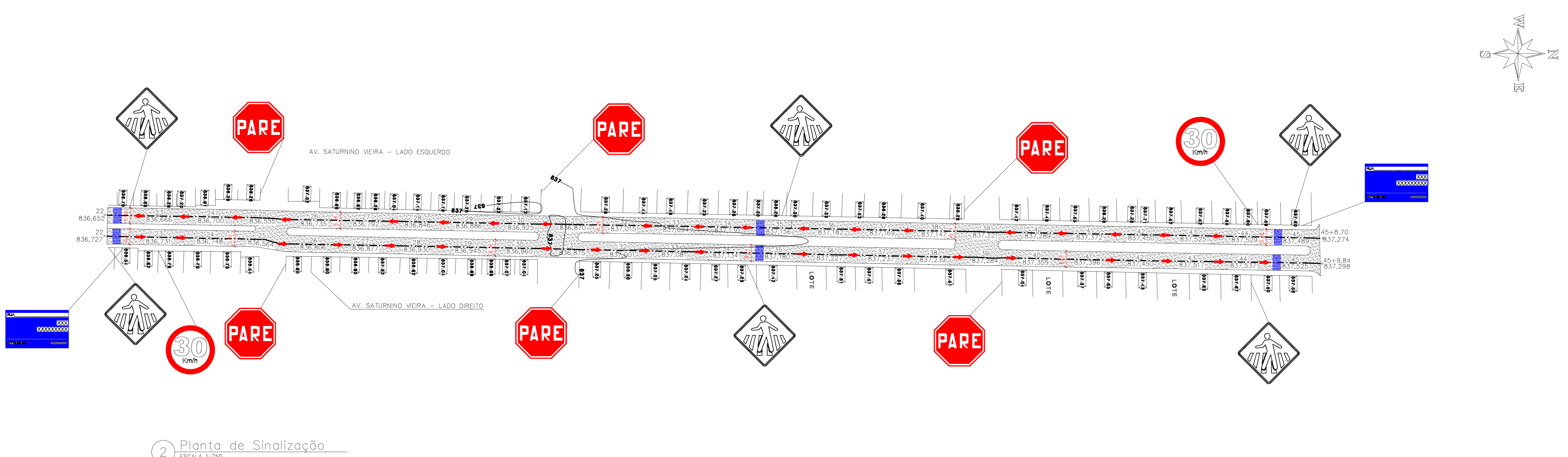
FL.Hª: 03/06

RESPONSÁVEL TÉCNICO: RÔMULO SOARES PENA CREA-BA 89426

REDA: Rômulo Pena (71)982591017



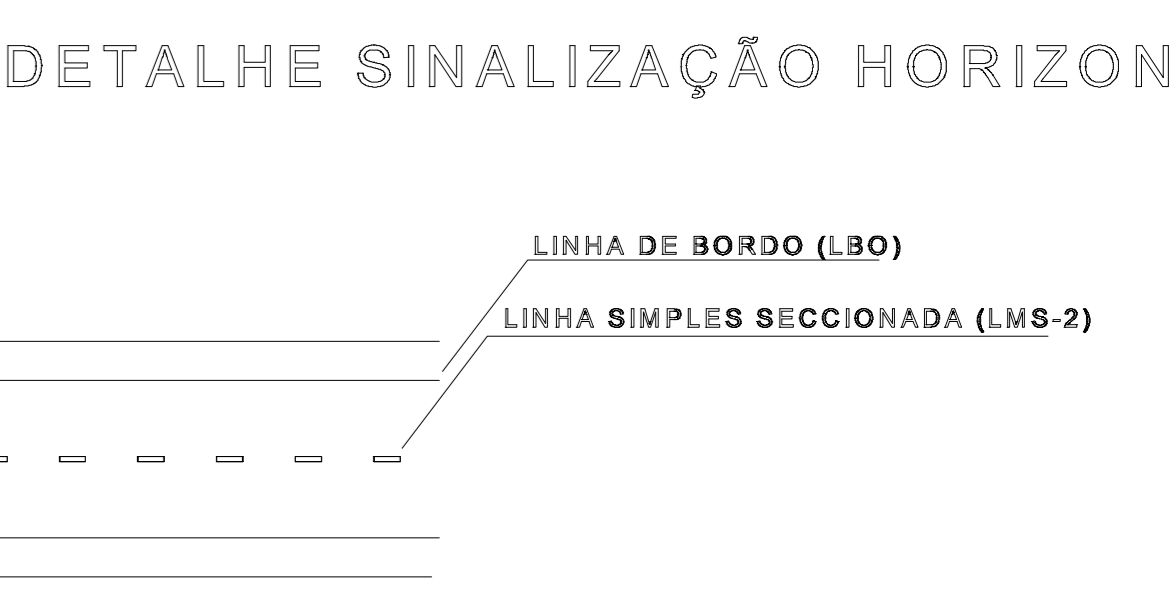
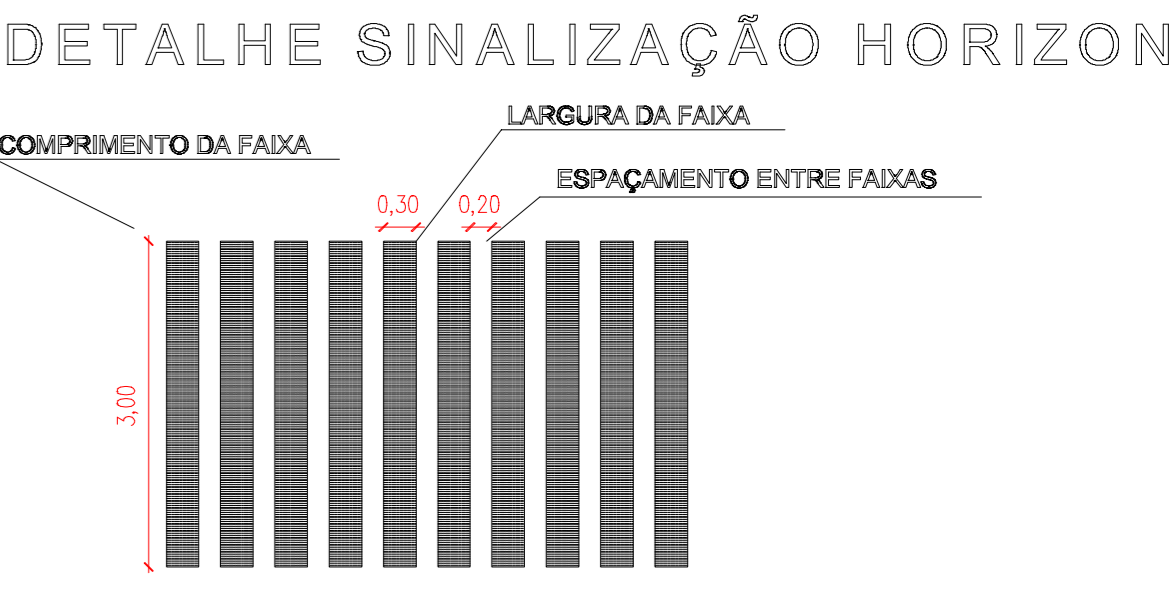
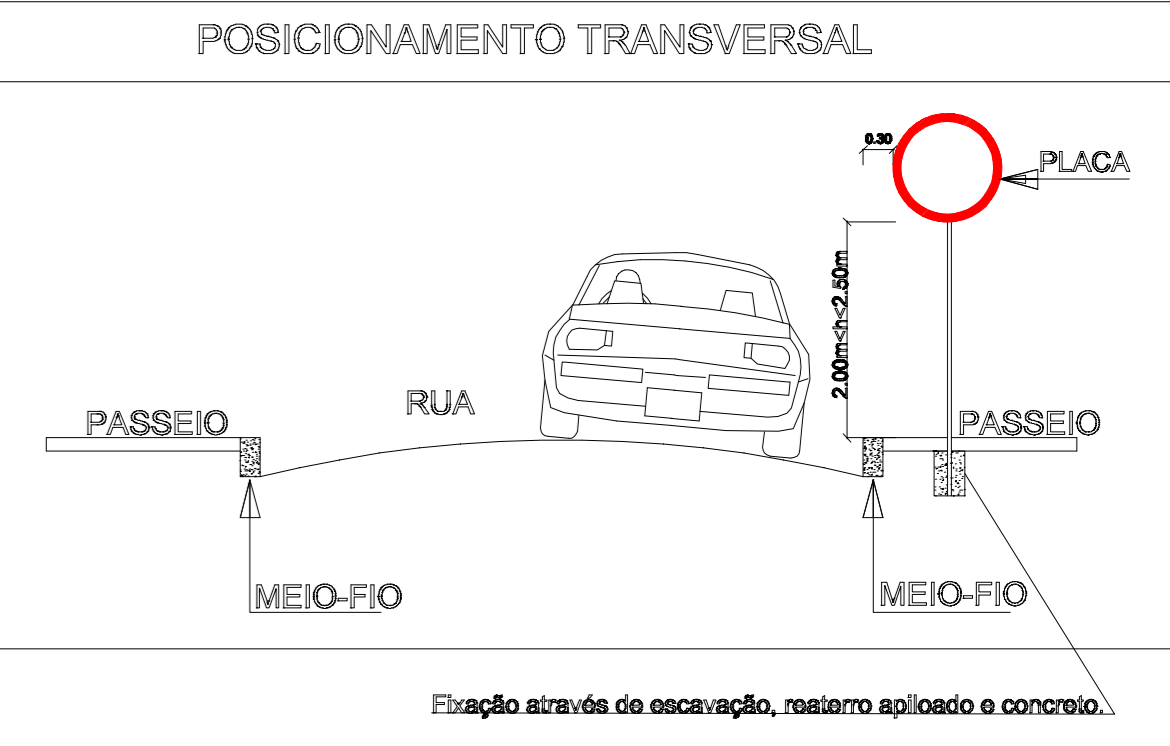
1 Planta de Sinalização
ESCALA 1:750



2 Planta de Sinalização
ESCALA 1:750

| SINALIZAÇÃO VERTICAL: | | |
|-----------------------|----------|---|
| X-X | LEGENDA: | Tipo de placa de sinalização padrão CONTRAN |
| DETALHES: | | |
| A-320 | | PASSAGEM DE PEDESTRE |
| R-19 | | PLACA VELOC. PREMIT. 30 Km |
| R-1 | | PARADA OBRIGATORIA |

NOTA:
1 - AS PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO DEVERÃO SER CONFECCIONADAS EM CHAPAS DE AÇO OU DE ALUMÍNIO, CONFORME ESPECIFICADO NO MANUAL DO DNT E DEVEM SER SEMPRE RECOBERTAS POR PELÍCULA REFLETIVA.
2 - AS PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO SÃO PREDOMINANTEMENTE DE FORMA CIRCULAR NA COR BRANCA EM SEU FUNDO E A COR VERMELHA EM SUA BORDA, TENDO COMO EXCEÇÃO A DE PARADA OBRIGATORIA QUE É OCTOGONAL COM FUNDO VERMELHO E LEGENDA BRANCA (D=500mm), E A PLACA DE DE PREFERÊNCIA QUE É TRIANGULAR COM FUNDO BRANCO E BORDAS VERMELHAS (D=500mm).
3 - AS PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO CIRCULAR SERÃO CONFECCIONADAS NO TAMANHO DE D=500mm.



| QUANTITATIVO DE PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO | | | |
|--|------------|-----------|---------------|
| VIAS | Retangular | Octagonal | Identificação |
| AV. SATURNINO VIEIRA - T01 | 06 | 05 | 02 |
| AV. SATURNINO VIEIRA - T02 | 06 | 06 | 02 |
| TOTAL | 12 | 11 | 04 |

Contato: civprojetos@gmail.com Fone: 71982591017 (whatsapp)

- Gestão em projeto de obras públicas.
- Orçamento de obras e projetos.
- Projeto e execução de edificações.
- Regularização de obras/imóveis.
- Viabilidade/Compatibilização/Assessoria Técnica.
- Gerenciamento de obras e projetos.
- Laudos técnicos.

RESPONSÁVEL TÉCNICO ASSINATURA

PRFETURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

Projeto de Recapeamento Asfáltico em Paralelo

Beleza e Conforto

REALIZAÇÃO: AV. SATURNINO VIEIRA, S/N, CENTRO, BELO CAMPO - BAHIA - BRASIL

PROJETO: PROJETO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM PARALELO

REFERÊNCIA: PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO E DETALHES

RESPONSÁVEL TÉCNICO: RÔMULO SOARES PENA CREA-BA 89426

DATA: JAN/2024

ESCALA: 1/750

FILHA: 06/06

PROJETO: Rômulo Pena (71)982591017



Coordenadas Geográficas

– AVENIDA SATURNINO VIEIRA

15°01'58.9"S 41°15'36.3"W

1 Planta de Localização

ESCALA 1:750



CIV
PROJETOS

Contato: civprojetos@gmail.com Fone: 71982591017 (whatsapp)

- Gestão em projeto de obras públicas.
- Desenho de obras e projetos.
- Projeto e execução de edificações.
- Regularização de obras/móveis.
- Viabilidade/Compatibilização/Assessoria Técnica
- Gerenciamento de obras e projetos.
- Laudos técnicos.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

SIGNATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

Praga Napoleão Ferraz - n.º 2 - Centro

Belô Campo - Bahia



| | | | |
|----------------------|---|----------|----------------------------|
| LOCALIZAÇÃO: | AV. SATURNINO VIEIRA, S/N CENTRO, BELÔ CAMPO –BAHIA – BRASIL | DATA: | JAN/2024 |
| PROJETO: | PROJETO DE RECAPEAMENTO ASFALTICO EM PARALELO | ESCALA: | 1/500 |
| REFERENCIA: | PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | FOLHA: | 01/06 |
| RESPONSÁVEL TÉCNICO: | ROMULO SOARES PENA CREA-BA 89426 | PROJETO: | Rômulo Pena 71982591017 |

Nº TC/CR
953011/2023PROPONENTE / TOMADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

OBJETO

Recapeamento de Ruas no município de Belo Campo – BA

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

DESONERAÇÃO

Não

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:

40,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):

5,00%

| Itens | Siglas | % Adotado | Situação | 1º Quartil | Médio | 3º Quartil |
|---|----------------|---------------|-----------|------------|--------|------------|
| Administração Central | AC | 4,01% | - | 3,80% | 4,01% | 4,67% |
| Seguro e Garantia | SG | 0,40% | - | 0,32% | 0,40% | 0,74% |
| Risco | R | 0,56% | - | 0,50% | 0,56% | 0,97% |
| Despesas Financeiras | DF | 1,11% | - | 1,02% | 1,11% | 1,21% |
| Lucro | L | 7,30% | - | 6,64% | 7,30% | 8,69% |
| Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%) | CP | 3,65% | - | 3,65% | 3,65% | 3,65% |
| Tributos (ISS, variável de acordo com o município) | ISS | 2,00% | - | 0,00% | 2,50% | 5,00% |
| Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração) | CPRB | 0,00% | OK | 0,00% | 4,50% | 4,50% |
| BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU) | BDI PAD | 20,70% | OK | 19,60% | 20,97% | 24,23% |

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.PAD = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas, é de 40%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

BELO CAMPO / BA

Local

quarta-feira, 24 de julho de 2024

Data

Responsável Técnico
Nome: ROMULO SOARES PENA
Título: ENGENHEIRO CIVIL
CREA/CAU: 89426
ART/RRT:

Responsável Tomador
Nome:
Cargo:



Atualize ou faça seu
cadastro [clikando aqui!!!](#)

ORÇAMENTO DE OBRAS DE SERGIPE

Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas

[Coleta de Preços](#) / [Fornecedores](#) / [Insumos](#) / [Especificações](#) / [Serviços](#) / [Downloads](#) / [Contato](#)

Composição de Preço de Serviço

Dezembro/2023-1

| Código | Serviço | Unidade |
|------------|--|---------|
| 10808/ORSE | Confecção suporte e travessa para placa de sinalização | un |

Composição de Preço

| * Código | Descrição da Composição | Unid | Quant | Custo Unit. | Custo Total |
|--------------|--|------|-------|-------------|-------------|
| 00054/ORSE | Encarregado de turma - SICRO | h | 0,5 | 8,60 | 4,30 |
| 01213/SINAPI | Carpinteiro de formas ou oficial (horista) | h | 1 | 8,57 | 8,57 |
| 04417/SINAPI | Sarrafo nao aparelhado *2,5 x 7* cm, em macaranduba/massaranduba, angelim, peroba-rosa ou equivalente da regioao - bruta | m | 1,4 | 6,61 | 9,25 |
| 04783/SINAPI | Pintor (horista) | h | 0,5 | 8,57 | 4,29 |
| 06111/SINAPI | Servente de obras (horista) | h | 2 | 6,00 | 12,00 |
| 07288/SINAPI | Tinta esmalte sintetico premium fosco | l | 0,33 | 38,87 | 12,83 |
| 04433/SINAPI | Caibro nao aparelhado *6 x 6* cm, em macaranduba/massaranduba, angelim ou equivalente da regioao - bruta | m | 3 | 23,76 | 71,28 |
| 10549/ORSE | Encargos Complementares - Servente | h | 2 | 3,82 | 7,64 |
| 10551/ORSE | Encargos Complementares - Carpinteiro | h | 1 | 3,71 | 3,71 |
| 10553/ORSE | Encargos Complementares - Pintor | h | 0,5 | 3,89 | 1,95 |

Totais

| Equipamento | Material | Mão-de-Obra | Enc. Social | Terceiros | Valor Total |
|-------------|----------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| 0,07 | 104,17 | 29,16 | 32,80 | 2,40 | 168,60 |

Relação Detalhada de Insumos

| * Código | Descrição do insumo | Unid | Quant | Custo Unit. | Custo Total |
|----------------|--|------|---------|-------------|-------------|
| M 00158/ORSE | Almoço (Participação do empregador) | un | 0,3563 | 14,00 | 4,99 |
| M 12893/SINAPI | Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado | par | 0,0027 | 67,20 | 0,18 |
| M 04433/SINAPI | Caibro nao aparelhado *6 x 6* cm, em macaranduba/massaranduba, angelim ou equivalente da regioao - bruta | m | 3 | 23,76 | 71,28 |
| M 12894/SINAPI | Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul) | un | 0,0007 | 18,20 | 0,01 |
| M 12895/SINAPI | Capacete de segurança aba frontal com suspensão de polietileno, sem jugular (classe b) | un | 0,0021 | 14,00 | 0,03 |
| P 01213/SINAPI | Carpinteiro de formas ou oficial (horista) | h | 1 | 18,21 | 18,21 |
| M 02711/SINAPI | Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com câmara | un | 0,0004 | 189,50 | 0,08 |
| M 10492/ORSE | Cesta Básica | un | 0,01575 | 175,00 | 2,76 |
| M 10579/ORSE | Chave de fenda chata 30 cm | un | 0,0002 | 26,89 | 0,01 |
| M 04174/ORSE | Desempenadeira de aço lisa, cabo madeira, ref:143, Atlas ou similar | un | 0,00025 | 10,80 | 0,00 |
| P 00054/ORSE | Encarregado de turma - SICRO | h | 0,5 | 18,28 | 9,14 |
| M 11252/ORSE | Escada de alumínio de abrir com 7 degraus | un | 0,00005 | 269,00 | 0,01 |
| M 04725/ORSE | Espátula | un | 0,0002 | 18,50 | 0,00 |
| S 10517/ORSE | Exames admissionais/demissionais (checkup) | cj | 0,0014 | 300,00 | 0,42 |
| M 00941/ORSE | Fardamento com mangas curta | un | 0,00525 | 193,41 | 1,02 |
| M 10578/ORSE | Formão grande | un | 0,0002 | 15,15 | 0,00 |
| E 11248/ORSE | Furadeira e Parafusadeira elétrica Bosch ou Similar profissional | un | 0,0001 | 246,00 | 0,02 |
| M 12892/SINAPI | Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm) | par | 0,00805 | 12,60 | 0,10 |
| M 04729/ORSE | Marreta 1 kg com cabo | un | 0,0002 | 31,50 | 0,01 |
| M 11244/ORSE | Martelo com unha | un | 0,0002 | 48,95 | 0,01 |
| M 01651/ORSE | Óculos branco proteção | pr | 0,0027 | 6,35 | 0,02 |
| M 10788/ORSE | Pá quadrada | un | 0,0004 | 36,90 | 0,01 |
| M 11251/ORSE | Pincel de seda 2" | un | 0,00225 | 26,90 | 0,06 |
| P 04783/SINAPI | Pintor (horista) | h | 0,5 | 18,21 | 9,11 |
| M 10596/ORSE | Protetor auricular | un | 0,01575 | 4,90 | 0,08 |
| M 10599/ORSE | Protetor solar fps 30 com 120ml | un | 0,0063 | 13,00 | 0,08 |
| S 10761/ORSE | Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga) | un | 0,3563 | 5,00 | 1,78 |
| M 11250/ORSE | Rolo lã de carneiro 20cm | un | 0,00115 | 17,50 | 0,02 |
| M 04417/SINAPI | Sarrafo nao aparelhado *2,5 x 7* cm, em macaranduba/massaranduba, angelim, peroba-rosa ou equivalente da regioao - bruta | m | 1,4 | 6,61 | 9,25 |
| S 10362/ORSE | Seguro de vida e acidente em grupo | un | 0,01575 | 12,54 | 0,20 |
| E 11249/ORSE | Serra circular elétrica portátil | un | 0,0001 | 518,00 | 0,05 |

| | | | | | |
|----------------|---------------------------------------|----|---------|-------|-------|
| M 10577/ORSE | Serrote 40cm | un | 0,0001 | 29,90 | 0,00 |
| P 06111/SINAPI | Servente de obras (horista) | h | 2 | 12,75 | 25,50 |
| M 04728/ORSE | Talhadeira chata 10" | un | 0,0006 | 18,58 | 0,01 |
| M 07288/SINAPI | Tinta esmalte sintetico premium fosco | l | 0,33 | 38,87 | 12,83 |
| M 10583/ORSE | Trincha 3" | un | 0,00225 | 11,98 | 0,03 |
| M 02378/ORSE | Vale transporte | un | 0,2863 | 4,50 | 1,29 |

Copyright 2004 cehop.se.gov.br

Este site é melhor visualizado com 800 x 600 pixels e com IE5 ou superior

Créditos



















Atualize ou faça seu
cadastro clicando aqui!!!

Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas

Coleta de Preços Fornecedores Insumos Especificações Serviços Downloads Contato

Composição de Preço de Serviço

Dezembro/2023-1

| Serviço | | | | | | |
|---|--|---|-------------|-----------|-------------|-------------|
| Código | Descrição do Serviço | Unidade | | | | |
| 10712/ORSE | Confecção de placa de sinalização totalmente refletiva | m2 | | | | |
| Composição de Preço | | | | | | |
| * | Código | Descrição da Composição | Unid | Quant | Custo Unit. | Custo Total |
|  | 00054/ORSE | Encarregado de turma - SICRO | h | 0,5 | 8,60 | 4,30 |
|  | 08820/ORSE | Chapa de aço galvanizado nº 16 - e=1,55mm - dimensões 2,00x1,00m | m2 | 1 | 175,52 | 175,52 |
|  | 10454/ORSE | Ajudante-pratico/Meio-Oficial | h | 4 | 6,12 | 24,48 |
|  | 11420/ORSE | Compressor de ar p/ pintura c/ filtro (2 kW) | h | 1 | 6,55 | 6,55 |
|  | 11421/ORSE | Prensa excêntrica - (1kW) | h | 1 | 13,23 | 13,23 |
|  | 11422/ORSE | Máquina universal de corte de chapa, de bancada, 4kw - C-6A | h | 1 | 12,10 | 12,10 |
|  | 11423/ORSE | Guilhotina de bancada - (4kW) | h | 1 | 15,19 | 15,19 |
|  | 11424/ORSE | Película refletiva lentes inclusas | m2 | 1,4 | 152,08 | 212,91 |
|  | 04783/SINAPI | Pintor (horista) | h | 0,3 | 8,57 | 2,57 |
|  | 06110/SINAPI | Serralheiro (horista) | h | 1 | 8,57 | 8,57 |
|  | 07288/SINAPI | Tinta esmalte sintetico premium fosco | l | 0,53 | 38,87 | 20,60 |
|  | 44497/SINAPI | Montador de estruturas metalicas horista | h | 2 | 7,94 | 15,88 |
|  | 10553/ORSE | Encargos Complementares - Pintor | h | 0,05 | 3,89 | 0,19 |
|  | 10576/ORSE | Encargos Complementares - Ajudante Pratico | h | 0,6666 | 3,82 | 2,55 |
|  | 10594/ORSE | Encargos Complementares - Serralheiro ou Operador de Equipamento Leve | h | 0,1666 | 3,64 | 0,61 |
|  | 10605/ORSE | Encargos Complementares - Montador | h | 0,3333 | 4,42 | 1,47 |
| Totais | | | | | | |
| Equipamento | Material | Mão-de-Obra | Enc. Social | Terceiros | Valor Total | |
| 13,17 | 412,99 | 9,31 | 10,46 | 0,84 | 446,77 | |

Relação Detalhada de Insumos

| * Código | Descrição do insumo | Unid | Quant | Custo Unit. | Custo Total | |
|----------------|---|------|------------|-------------|-------------|--|
| P 10454/ORSE | Ajudante-pratico/Meio-Oficial | h | 0,66666667 | 13,01 | 8,67 | |
| M 11272/ORSE | Alicate Climador (cripador) | un | 0,00003333 | 98,10 | 0,00 | |
| M 11275/ORSE | Alicate de pressão 11" | un | 0,00006666 | 59,35 | 0,00 | |
| M 11277/ORSE | Alicate de pressão para solda de chapa 18" (460mm), Ref.138 Z Gedore | un | 0,00006666 | 105,48 | 0,01 | |
| M 11276/ORSE | Alicate de pressão para solda tipo U, para apertar chapas, tiras e qualquer tipo de perfil. Niquelado, mordentes reforçados em aço laminado. Corpo em chapa dobrada extra-reforçada e rebites de aço, 11" (280mm). Ref. 138 Gedore. | un | 0,00006666 | 65,31 | 0,00 | |
| M 11278/ORSE | Alicate diagonal para corte rente 5" a 8" | un | 0,00006666 | 35,95 | 0,00 | |
| M 11279/ORSE | Alicate para anéis de pistão capacidade 50-100mm. ref.44044101 Tramontina ou similar | un | 0,00006666 | 84,81 | 0,01 | |
| M 00158/ORSE | Almoço (Participação do empregador) | un | 0,1238397 | 14,00 | 1,73 | |
| M 10585/ORSE | Arco de serra | un | 0,00003332 | 19,90 | 0,00 | |
| M 11281/ORSE | Bolsa de lona para ferramentas 40 x 30 x 20cm | un | 0,00026664 | 357,49 | 0,10 | |
| M 12893/SINAPI | Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado | par | 0,0009732 | 67,20 | 0,07 | |
| M 12894/SINAPI | Capa para chuva em pvc com forro de poliéster, com capuz (amarela ou azul) | un | 0,0002433 | 18,20 | 0,00 | |
| M 12895/SINAPI | Capacete de segurança aba frontal com suspensão de polietileno, sem jugular (classe b) | un | 0,0007299 | 14,00 | 0,01 | |
| M 02711/SINAPI | Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com câmara | un | 0,00013332 | 189,50 | 0,03 | |
| M 11284/ORSE | Cavalete de ferro nº 1 | un | 0,00006666 | 120,37 | 0,01 | |
| M 10492/ORSE | Cesta Básica | un | 0,00547425 | 175,00 | 0,96 | |
| M 08820/ORSE | Chapa de aço galvanizado nº 16 - e=1,55mm - dimensões 2,00x1,00m | m2 | 1 | 175,52 | 175,52 | |
| M 11280/ORSE | Chave Inglesa 15" ref. 012418012 carbografite | un | 0,00006666 | 60,50 | 0,00 | |
| E 11420/ORSE | Compressor de ar p/ pintura c/ filtro (2 kW) | h | | 6,55 | 3,10 | |
| M 04174/ORSE | Desempenadeira de aço lisa, cabo madeira, ref:143, Atlas ou similar | un | 0,000025 | 10,80 | 0,00 | |
| P 00054/ORSE | Encarregado de turma - SICRO | h | 0,08333333 | 18,28 | 1,52 | |
| M 11252/ORSE | Escada de alumínio de abrir com 7 degraus | un | 0,000005 | 269,00 | 0,00 | |

| | | | | | |
|----------------|---|-----|------------|--------|--------|
| M 11282/ORSE | Esmerilhadeira angular elétrico portátil 4 1/2" - 1000 watts - ref. G1000kB2 Black e Decker | un | 0,00006666 | 362,00 | 0,02 |
| M 04725/ORSE | Espátula | un | 0,00002 | 18,50 | 0,00 |
| M 11273/ORSE | Esquadro de alumínio para soldagem de peças, com duas morsas, 35 x 35 x 4,5cm, marca Black Jack | un | 0,00006666 | 218,27 | 0,01 |
| S 10517/ORSE | Exames admissionais/demissionais (checkup) | cj | 0,0004866 | 300,00 | 0,15 |
| M 00941/ORSE | Fardamento com mangas curta | un | 0,00182475 | 193,41 | 0,35 |
| M 11285/ORSE | Fonte inversora de solda WMI 140ED 220V - BAMBOZZI - WMI-140ED | un | 0,00003333 | 917,00 | 0,03 |
| M 11274/ORSE | Grampo de de aperto rápido 16" Ref. 60987 Beltools | un | 0,00009999 | 18,72 | 0,00 |
| E 11423/ORSE | Guilhotina de bancada - (4kW) | h | | 15,19 | 3,43 |
| M 12892/SINAPI | Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm) | par | 0,00279795 | 12,60 | 0,04 |
| M 11286/ORSE | Macariço de solda Ref. CG201 código 010414410 carbografite | un | 0,00009999 | 397,52 | 0,04 |
| E 11422/ORSE | Máquina universal de corte de chapa, de bancada, 4kw - C-6A | h | | 12,10 | 3,41 |
| M 04729/ORSE | Marreta 1 kg com cabo | un | 0,00006666 | 31,50 | 0,00 |
| M 11270/ORSE | Martelo de solda do tipo picareta, cabo de madeira, 300x0,4x0,5mm | un | 0,00009999 | 27,39 | 0,00 |
| P 44497/SINAPI | Montador de estruturas metálicas horista | h | 0,33333333 | 16,88 | 5,63 |
| M 01651/ORSE | Óculos branco proteção | pr | 0,0009732 | 6,35 | 0,01 |
| M 10788/ORSE | Pá quadrada | un | 0,00013332 | 36,90 | 0,00 |
| M 11424/ORSE | Película refletiva lentes inclusas | m2 | 1,4 | 152,08 | 212,91 |
| M 11251/ORSE | Pincel de seda 2" | un | 0,000225 | 26,90 | 0,01 |
| P 04783/SINAPI | Pintor (horista) | h | 0,05 | 18,21 | 0,91 |
| E 11421/ORSE | Prensa excêntrica - (1kW) | h | | 13,23 | 3,23 |
| M 10596/ORSE | Protetor auricular | un | 0,00547425 | 4,90 | 0,03 |
| M 10599/ORSE | Protetor solar fps 30 com 120ml | un | 0,0021897 | 13,00 | 0,03 |
| S 10761/ORSE | Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga) | un | 0,1238397 | 5,00 | 0,62 |
| M 11250/ORSE | Rolo lâ de carneiro 20cm | un | 0,000115 | 17,50 | 0,00 |
| S 10362/ORSE | Seguro de vida e acidente em grupo | un | 0,00547425 | 12,54 | 0,07 |
| M 11283/ORSE | Selador horizontal para fita de aço 1" | un | 0,00003333 | 462,58 | 0,02 |
| P 06110/SINAPI | Serralheiro (horista) | h | 0,16666667 | 18,21 | 3,04 |
| M 04728/ORSE | Talhadeira chata 10" | un | 0,00019998 | 18,58 | 0,00 |
| M 11271/ORSE | Talhadeira com punho de proteção 22 x225mm ref.207206BR Belzer | un | 0,00003333 | 27,93 | 0,00 |
| M 07288/SINAPI | Tinta esmalte sintético premium fosco | l | 0,53 | 38,87 | 20,60 |
| M 10586/ORSE | Torquesa | un | 0,00003332 | 36,90 | 0,00 |
| M 10583/ORSE | Trincha 3" | un | 0,000225 | 11,98 | 0,00 |
| M 02378/ORSE | Vale transporte | un | 0,09869052 | 4,50 | 0,44 |



Atualize ou faça seu
cadastro [clikando aqui!!!](#)

Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas

[Coleta de Preços](#) [Fornecedores](#) [Insumos](#) [Especificações](#) [Serviços](#) [Downloads](#) [Contato](#)

Composição de Preço de Serviço

Dezembro/2023-1

| Código | Serviço | Unidade |
|------------|--|----------------|
| 06191/ORSE | Limpeza de ruas (varrição e remoção de entulhos) | m ² |

Composição de Preço

| * Código | Descrição da Composição | Unid | Quant | Custo Unit. | Custo Total |
|--------------|---|------|--------|-------------|-------------|
| 06111/SINAPI | Servente de obras (horista) | h | 0,0278 | 6,00 | 0,17 |
| 05073/ORSE | Transporte local com caminhão basculante de 10m ³ , em rodovia pavimentada (conservação) densidade=1,5t/m ³ | tkm | 0,0626 | 1,17 | 0,07 |
| 10549/ORSE | Encargos Complementares - Servente | h | 0,0278 | 3,82 | 0,11 |

Totais

| Equipamento | Material | Mão-de-Obra | Enc. Social | Terceiros | Valor Total |
|-------------|----------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| 0,06 | 0,08 | 0,17 | 0,19 | 0,01 | 0,51 |

Relação Detalhada de Insumos

| * Código | Descrição do insumo | Unid | Quant | Custo Unit. | Custo Total |
|----------------|--|------|------------|-------------|-------------|
| M 00158/ORSE | Almoço (Participação do empregador) | un | 0,00284278 | 14,00 | 0,04 |
| M 12893/SINAPI | Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado | par | 0,00002234 | 67,20 | 0,00 |
| E 02450/ORSE | Caminhão basc. 15,0t/10,0m ³ (m. benz lk 1418 -170,0kw ou equivalente) | h | | 66,39 | 0,06 |
| M 12894/SINAPI | Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul) | un | 0,00000558 | 18,20 | 0,00 |
| M 12895/SINAPI | Capacete de segurança aba frontal com suspensão de polietileno, sem jugular (classe b) | un | 0,00001675 | 14,00 | 0,00 |
| M 02711/SINAPI | Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com câmara | un | 0,00000558 | 189,50 | 0,00 |
| M 10492/ORSE | Cesta Básica | un | 0,00012566 | 175,00 | 0,02 |
| S 10517/ORSE | Exames admissionais/demissionais (checkup) | cj | 0,00001117 | 300,00 | 0,00 |
| M 00941/ORSE | Fardamento com mangas curta | un | 0,00004188 | 193,41 | 0,01 |
| M 12892/SINAPI | Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm) | par | 0,00006422 | 12,60 | 0,00 |
| M 04729/ORSE | Marreta 1 kg com cabo | un | 0,00000279 | 31,50 | 0,00 |
| M 01651/ORSE | Óculos branco proteção | pr | 0,00002234 | 6,35 | 0,00 |
| M 10788/ORSE | Pá quadrada | un | 0,00000558 | 36,90 | 0,00 |
| M 10596/ORSE | Protetor auricular | un | 0,00012566 | 4,90 | 0,00 |
| M 10599/ORSE | Protetor solar fps 30 com 120ml | un | 0,00005026 | 13,00 | 0,00 |
| S 10761/ORSE | Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga) | un | 0,00284278 | 5,00 | 0,01 |
| S 10362/ORSE | Seguro de vida e acidente em grupo | un | 0,00012566 | 12,54 | 0,00 |
| P 06111/SINAPI | Servente de obras (horista) | h | 0,02792371 | 12,75 | 0,36 |
| M 04728/ORSE | Talhadeira chata 10" | un | 0,00000837 | 18,58 | 0,00 |
| M 02378/ORSE | Vale transporte | un | 0,00262776 | 4,50 | 0,01 |



Atualize ou faça seu
cadastro [clikando aqui!!!](#)

Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas

[Coleta de Preços](#) [Fornecedores](#) [Insumos](#) [Especificações](#) [Serviços](#) [Downloads](#) [Contato](#)

Composição de Preço de Serviço

Dezembro/2023-1

| Código | Serviço | Unidade |
|------------|---|---------|
| 02593/ORSE | Execução de pintura asfáltica de ligação, inclusive fornecimento de ligante, exclusive transporte | m2 |

Composição de Preço

| * Código | Descrição da Composição | Unid | Quant | Custo Unit. | Custo Total |
|--------------|--|------|--------|-------------|-------------|
| 00054/ORSE | Encarregado de turma - SICRO | h | 1 | 8,60 | 8,60 |
| 00895/ORSE | Emulsão asfáltica rr-1c | t | 0,0004 | 3.430,81 | 1,37 |
| 02453/ORSE | Caminhao esparg. asf. 6000 l | h | 1 | 69,19 | 69,19 |
| 02496/ORSE | Tanque estacionário 30.000 l (pre-aquecedor taa-serpentina ou equivalente) | h | 1 | 17,68 | 17,68 |
| 02499/ORSE | Trator agrícola pneu (massey ferguson - mf 292/4 - 105,0 hp) | h | 1 | 84,86 | 84,86 |
| 02507/ORSE | Vassoura mecânica CMV: VM 7 rebocável ou equivalente | h | 1 | 14,37 | 14,37 |
| 06111/SINAPI | Servente de obras (horista) | h | 3 | 6,00 | 18,00 |
| 10549/ORSE | Encargos Complementares - Servente | h | 0,0018 | 3,82 | 0,01 |

Totais

| Equipamento | Material | Mão-de-Obra | Enc. Social | Terceiros | Valor Total |
|-------------|----------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| 0,18 | 1,37 | 0,02 | 0,01 | 0,00 | 1,58 |

Relação Detalhada de Insumos

| * Código | Descrição do insumo | Unid | Quant | Custo Unit. | Custo Total |
|----------------|--|------|------------|-------------|-------------|
| M 00158/ORSE | Almoço (Participação do empregador) | un | 0,00018324 | 14,00 | 0,00 |
| M 12893/SINAPI | Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado | par | 0,00000144 | 67,20 | 0,00 |
| E 02453/ORSE | Caminhao esparg. asf. 6000 l | h | | 69,19 | 0,11 |
| M 12894/SINAPI | Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul) | un | 0,00000036 | 18,20 | 0,00 |
| M 12895/SINAPI | Capacete de segurança aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b) | un | 0,00000108 | 14,00 | 0,00 |
| M 02711/SINAPI | Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com câmara | un | 0,00000036 | 189,50 | 0,00 |
| M 10492/ORSE | Cesta Básica | un | 0,0000081 | 175,00 | 0,00 |
| M 00895/ORSE | Emulsão asfáltica rr-1c | t | 0,0004 | 3.430,81 | 1,37 |
| P 00054/ORSE | Encarregado de turma - SICRO | h | 0,00059277 | 18,28 | 0,01 |
| S 10517/ORSE | Exames admissionais/demissionais (checkup) | cj | 0,00000072 | 300,00 | 0,00 |
| M 00941/ORSE | Fardamento com mangas curta | un | 0,0000027 | 193,41 | 0,00 |
| M 12892/SINAPI | Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm) | par | 0,00000414 | 12,60 | 0,00 |
| M 04729/ORSE | Marreta 1 kg com cabo | un | 0,00000018 | 31,50 | 0,00 |
| M 01651/ORSE | Óculos branco proteção | pr | 0,00000144 | 6,35 | 0,00 |
| M 10788/ORSE | Pá quadrada | un | 0,00000036 | 36,90 | 0,00 |
| M 10596/ORSE | Protetor auricular | un | 0,0000081 | 4,90 | 0,00 |
| M 10599/ORSE | Protetor solar fps 30 com 120ml | un | 0,00000324 | 13,00 | 0,00 |
| S 10761/ORSE | Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga) | un | 0,00018324 | 5,00 | 0,00 |
| S 10362/ORSE | Seguro de vida e acidente em grupo | un | 0,0000081 | 12,54 | 0,00 |
| P 06111/SINAPI | Servente de obras (horista) | h | 0,0017783 | 12,75 | 0,02 |
| M 04728/ORSE | Talhadeira chata 10" | un | 0,00000054 | 18,58 | 0,00 |
| E 02496/ORSE | Tanque estacionário 30.000 l (pre-aquecedor taa-serpentina ou equivalente) | h | | 17,68 | 0,01 |
| E 02499/ORSE | Trator agrícola pneu (massey ferguson - mf 292/4 - 105,0 hp) | h | | 84,86 | 0,06 |
| M 02378/ORSE | Vale transporte | un | 0,00016938 | 4,50 | 0,00 |
| E 02507/ORSE | Vassoura mecânica CMV: VM 7 rebocável ou equivalente | h | | 14,37 | 0,00 |



Atualize ou faça seu
cadastro [clikando aqui!!!](#)

Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas









Coleta de Preços Fornecedoros Insumos Especificações Serviços Downloads Contato

Composição de Preço de Serviço

Dezembro/2023-1

| Código | Serviço | Unidade |
|------------|--|---------|
| 00051/ORSE | Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022 | m2 |

Composição de Preço

| * Código | Descrição da Composição | Unid | Quant | Custo Unit. | Custo Total |
|--|---|------|-------|-------------|-------------|
|  01569/ORSE | Madeira mista serrada (barrote) 6 x 6cm - 0,0036 m3/m (angelim, louro) | m | 4 | 7,19 | 28,76 |
|  06995/ORSE | Madeira mista serrada (sarrafo) 2,2 x 5,5cm - 0,00121 m³/m | m | 1 | 3,51 | 3,51 |
|  01213/SINAPI | Carpinteiro de formas ou oficial (horista) | h | 1 | 8,57 | 8,57 |
|  04813/SINAPI | Placa de obra (para construçao civil) em chapa galvanizada *n. 22*, adesivada, de *2,4 x 1,2* m (sem postes para fixaçao) | m2 | 1 | 260,00 | 260,00 |
|  05075/SINAPI | Prego de aço polido com cabeça 18 x 30 (2 3/4 x 10) | kg | 0,15 | 17,04 | 2,56 |
|  06111/SINAPI | Servente de obras (horista) | h | 2 | 6,00 | 12,00 |
|  10549/ORSE | Encargos Complementares - Servente | h | 2 | 3,82 | 7,64 |
|  10551/ORSE | Encargos Complementares - Carpinteiro | h | 1 | 3,71 | 3,71 |

Totais

| Equipamento | Material | Mão-de-Obra | Enc. Social | Terceiros | Valor Total |
|-------------|----------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| 0,07 | 304,04 | 20,57 | 23,14 | 2,06 | 349,88 |

Relação Detalhada de Insumos

| * Código | Descrição do insumo | Unid | Quant | Custo Unit. | Custo Total |
|----------------|---|------|--------|-------------|-------------|
| M 00158/ORSE | Almoço (Participação do empregador) | un | 0,3054 | 14,00 | 4,28 |
| M 12893/SINAPI | Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado | par | 0,0023 | 67,20 | 0,15 |
| M 12894/SINAPI | Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul) | un | 0,0006 | 18,20 | 0,01 |
| M 12895/SINAPI | Capacete de segurança aba frontal com suspensão de polietileno, sem jugular (classe b) | un | 0,0018 | 14,00 | 0,03 |
| P 01213/SINAPI | Carpinteiro de formas ou oficial (horista) | h | 1 | 18,21 | 18,21 |
| M 02711/SINAPI | Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com câmara | un | 0,0004 | 189,50 | 0,08 |
| M 10492/ORSE | Cesta Básica | un | 0,0135 | 175,00 | 2,36 |
| M 10579/ORSE | Chave de fenda chata 30 cm | un | 0,0002 | 26,89 | 0,01 |
| S 10517/ORSE | Exames admissionais/demissionais (checkup) | cj | 0,0012 | 300,00 | 0,36 |
| M 00941/ORSE | Fardamento com mangas curta | un | 0,0045 | 193,41 | 0,87 |
| M 10578/ORSE | Formão grande | un | 0,0002 | 15,15 | 0,00 |
| E 11248/ORSE | Furadeira e Parafusadeira elétrica Bosch ou Similar profissional | un | 0,0001 | 246,00 | 0,02 |
| M 12892/SINAPI | Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm) | par | 0,0069 | 12,60 | 0,09 |
| M 01569/ORSE | Madeira mista serrada (barrote) 6 x 6cm - 0,0036 m3/m (angelim, louro) | m | 4 | 7,19 | 28,76 |
| M 06995/ORSE | Madeira mista serrada (sarrafo) 2,2 x 5,5cm - 0,00121 m³/m | m | 1 | 3,51 | 3,51 |
| M 04729/ORSE | Marreta 1 kg com cabo | un | 0,0002 | 31,50 | 0,01 |
| M 11244/ORSE | Martelo com unha | un | 0,0002 | 48,95 | 0,01 |
| M 01651/ORSE | Óculos branco proteção | pr | 0,0023 | 6,35 | 0,01 |
| M 10788/ORSE | Pá quadrada | un | 0,0004 | 36,90 | 0,01 |
| M 04813/SINAPI | Placa de obra (para construçao civil) em chapa galvanizada *n. 22*, adesivada, de *2,4 x 1,2* m (sem postes para fixaçao) | m2 | 1 | 260,00 | 260,00 |
| M 05075/SINAPI | Prego de aço polido com cabeça 18 x 30 (2 3/4 x 10) | kg | 0,15 | 17,04 | 2,56 |
| M 10596/ORSE | Protetor auricular | un | 0,0135 | 4,90 | 0,07 |
| M 10599/ORSE | Protetor solar fps 30 com 120ml | un | 0,0054 | 13,00 | 0,07 |
| S 10761/ORSE | Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga) | un | 0,3054 | 5,00 | 1,53 |
| S 10362/ORSE | Seguro de vida e acidente em grupo | un | 0,0135 | 12,54 | 0,17 |
| E 11249/ORSE | Serra circular elétrica portátil | un | 0,0001 | 518,00 | 0,05 |
| M 10577/ORSE | Serrote 40cm | un | 0,0001 | 29,90 | 0,00 |
| P 06111/SINAPI | Servente de obras (horista) | h | 2 | 12,75 | 25,50 |
| M 04728/ORSE | Talhadeira chata 10" | un | 0,0006 | 18,58 | 0,01 |
| M 02378/ORSE | Vale transporte | un | 0,2536 | 4,50 | 1,14 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO
ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 14.237.333/0001-43
Praça Napoleão Ferraz, 02, Centro – BELO CAMPO – BAHIA



COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO - CPU

Objeto/obra = Pavimentação Asfáltica - Recapeamento de Rua em CBUQ no Município de Belo Campo – BA
Local/implantação = Avenida Saturnino Vieira, S/N, Bairro Centro, Zona Urbana Do Município De Belo Campo - Ba.
Proponente = PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

| 001. | ADMINISTRAÇÃO DE OBRA | Un | | | 14747,38 |
|--------------------|---|------|--------|----------|------------------|
| Encargos | | | | | |
| | | | | | |
| Item | Descrição | Unid | Quant. | Unitário | Total |
| SERVIÇO | | | | | |
| 93572/SINAPI | ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | MÊS | 1,500 | 6513,57 | 9770,36 |
| 93565/SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | MÊS | 0,250 | 19908,09 | 4977,02 |
| | | | | | |
| Custo Total | | | | | 14.747,38 |

ENSAIOS

| 002. | ENSAIOS - CONTROLE | Un | | | 5885,00 |
|--------------------|--|------|--------|----------|-----------------|
| Encargos | | | | | |
| | | | | | |
| Item | Descrição | Unid | Quant. | Unitário | Total |
| SERVIÇO | | | | | |
| 06940/ORSE | Ensaio - Marshall | Unid | 17,000 | 235,00 | 3995,00 |
| 13164/ORSE | Ensaio - Extração de concreto betuminoso com recuperação da granulometria da mistura | Unid | 9,000 | 210,00 | 1890,00 |
| | | | | | |
| Custo Total | | | | | 5.885,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO
ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 14.237.333/0001-43
Praça Napoleão Ferraz, 02, Centro – BELO CAMPO – BAHIA



Memória de Cálculo da DMT

Objeto/obra = Pavimentação Asfáltica - Recapeamento de Rua em CBUQ no Município de Belo Campo – BA
Local/implantação = Avenida Saturnino Vieira, S/N, Bairro Centro, Zona Urbana Do Município De Belo Campo - Ba.
Proponente = PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL - DMT

| | | | | | |
|--------------------------|--------|------------------|------------------|------|------------------|
| Densidade (T/L) | 0,0012 | t/m ³ | Peso específico: | 2,40 | t/m ³ |
| Distância entre estacas: | 20,0 | m | Espessura: | 0,04 | m |
| Largura Média: | 6,26 | m | | | |

CÁLCULO DA DMT - TRECHO 01 -

| TRECHO 01 | LOCALIZAÇÃO | EXTENSÃO DO TRECHO - Refinaria a Usina (Km) | DESTINO | EXTENSÃO DO TRECHO - Usina a Belo Campo (Km) | DESTINO FINAL |
|-----------|------------------------------|---|------------------------------|--|---------------|
| REFINARIA | 12°42'17.0"S 38°33'58.2"W | 495,00 | USINA / VITÓRIA DA CONQUISTA | 64,50 | BELO CAMPO |

DMT 01 -----> 559,50 KM

CÁLCULO DA DMT - TRECHO 02

| TRECHO 02 | LOCALIZAÇÃO | EXTENSÃO DO TRECHO - Usina ao Destino (Km) | DESTINO | LOCALIZAÇÃO FINAL |
|------------------------------|------------------------------|--|------------|--|
| USINA / VITÓRIA DA CONQUISTA | 14°49'44.7"S 40°50'56.5"W | 64,50 | BELO CAMPO | AVENIDA SATURNINO VIEIRA = 15°01'58.9"S 41°15'36.3"W |

DMT 02 -----> 64,50 KM



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

Praça Napoleão Ferraz, 02, Centro – BELO CAMPO – BAHIA
CNPJ:14.237.333/0001-43



DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS

| ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA | | | | | |
|--------------------------------------|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | COM DESONERAÇÃO | | SEM DESONERAÇÃO | |
| | | HORIST A % | MENSALIST A % | HORIST A % | MENSALIST A % |
| GRUPO A | | | | | |
| A1 | INSS | 0,00% | 0,00% | 20,00% | 20,00% |
| A2 | SESI | 1,50% | 1,50% | 1,50% | 1,50% |
| A3 | SENAI | 1,00% | 1,00% | 1,00% | 1,00% |
| A4 | INCRA | 0,20% | 0,20% | 0,20% | 0,20% |
| A5 | SEBRAE | 0,60% | 0,60% | 0,60% | 0,60% |
| A6 | Salário Educação | 2,50% | 2,50% | 2,50% | 2,50% |
| A7 | Seguro Contra Acidentes de Trabalho | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% |
| A8 | FGTS | 8,00% | 8,00% | 8,00% | 8,00% |
| A9 | SECONCI | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| A | Total | 16,80% | 16,80% | 36,80% | 36,80% |
| GRUPO B | | | | | |
| B1 | Repouso Semanal Remunerado | 17,97% | Não incide | 17,97% | Não incide |
| B2 | Feriados | 3,97% | Não incide | 3,97% | Não incide |
| B3 | Auxílio - Enfermidade | 0,87% | 0,66% | 0,87% | 0,66% |
| B4 | 13º Salário | 11,02% | 8,33% | 11,02% | 8,33% |
| B5 | Licença Paternidade | 0,07% | 0,05% | 0,07% | 0,05% |
| B6 | Faltas Justificadas | 0,73% | 0,56% | 0,73% | 0,56% |
| B7 | Dias de Chuvas | 2,05% | Não incide | 2,05% | Não incide |
| B8 | Auxílio Acidente de Trabalho | 0,11% | 0,08% | 0,11% | 0,08% |
| B9 | Férias Gozadas | 11,21% | 8,47% | 11,21% | 8,47% |
| B10 | Salário Maternidade | 0,04% | 0,03% | 0,04% | 0,03% |
| B | Total | 48,04% | 18,18% | 48,04% | 18,18% |
| GRUPO C | | | | | |
| C1 | Aviso Prévio Indenizado | 5,47% | 4,13% | 5,47% | 4,13% |
| C2 | Aviso Prévio Trabalhado | 0,13% | 0,10% | 0,13% | 0,10% |
| C3 | Férias Indenizadas | 2,95% | 2,23% | 2,95% | 2,23% |
| C4 | Depósito Rescisão Sem Justa Causa | 3,13% | 2,37% | 3,13% | 2,37% |
| C5 | Indenização Adicional | 0,46% | 0,35% | 0,46% | 0,35% |
| C | Total | 12,14% | 9,18% | 12,14% | 9,18% |
| GRUPO D | | | | | |
| D1 | Reincidência de Grupo A sobre Grupo B | 8,07% | 3,05% | 17,68% | 6,69% |
| D2 | Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado | 0,46% | 0,35% | 0,49% | 0,37% |
| D | Total | 8,53% | 3,40% | 18,17% | 7,06% |
| TOTAL(A+B+C+D) | | 85,51% | 47,56% | 115,15% | 71,22% |